



DIA DA DEFESA NACIONAL

OS JOVENS E AS FORÇAS ARMADAS

Estudo desenvolvido

no âmbito do DIA DA DEFESA NACIONAL

2019

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

Março de 2020

Título

Os Jovens e as Forças Armadas:

Estudo desenvolvido no âmbito do Dia da Defesa Nacional - 2019

Equipa de Investigação

Cláudio Costa Reis

Ana Tinoco

António Ideias Cardoso

Apoio Técnico/Informático

José Nogueira

Pedro Nunes

Coordenação Geral

Alberto Rodrigues Coelho

Vitor Borlinhas



Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

Divisão de Recrutamento e Efetivos Militares

Av. Ilha da Madeira, nº 1 – 4º Piso
1400-204 Lisboa, Portugal

Sítio da internet: www.dgrdn.pt

Índice

Enquadramento	1
Nota Metodológica	3
1. Caracterização da população participante no DDN	8
Principais Indicadores.....	9
Aprofundamento sobre a escolaridade dos jovens.....	13
Aprofundamento sobre a situação atual dos jovens.....	21
O exercício físico	24
Utilização da internet	26
2. Apreciação do Dia da Defesa Nacional	30
Informação prévia.....	30
Apreciação Geral.....	32
Apreciação dos conteúdos programáticos	37
Apreciação de aspetos de funcionamento do DDN	40
Validação e sugestões de melhoria para o Dia da Defesa Nacional	46
Influências sobre a apreciação global do DDN.....	51
3. Representações sobre as Forças Armadas	54
Representações de tipo institucional.....	55
Sentimento de Segurança.....	57
Conhecimento sobre a OTAN	58
Representações de tipo profissional sobre as Forças Armadas.....	59
A atratividade dos ramos das Forças Armadas.....	62
4. A Predisposição para o ingresso nas Forças Armadas	67
Modelo explicativo da intenção de ingresso nas Forças Armadas.....	85
O que procuram os jovens num trabalho?	92
Notas Conclusivas	96

Enquadramento

O Dia da Defesa Nacional (DDN) visa “sensibilizar os jovens para a temática da defesa nacional e divulgar o papel das Forças Armadas, a quem incumbe a defesa militar da República” (LSM, 1999). Decorre nos Centros de Divulgação do Dia da Defesa Nacional (CDDN), sedeados em unidades militares dos três ramos das Forças Armadas (FA). A comparência ao DDN é um dever militar para todos os cidadãos portugueses a cumprir no ano em que perfazem 19 anos de idade.

Nesta iniciativa são desenvolvidas um conjunto de atividades destinadas a sensibilizar os jovens para a importância da Defesa Nacional e para o papel e missão das Forças Armadas Portuguesas.

Para além disso, o DDN é também um momento privilegiado de recolha de informação acerca dos jovens e da sua relação (sob a forma de opiniões e representações) sobre as Forças Armadas. Este facto transforma este relatório num importante instrumento de monitorização do DDN, mas com muito mais abrangência e com um grande potencial prospetivo.

Assim, o presente relatório visa apresentar os principais dados globais referentes à 15.^a edição do DDN, que decorreu entre janeiro e dezembro de 2019 em 30 centros de divulgação por todo o país, procurando fornecer aos principais intervenientes institucionais uma caracterização sociodemográfica dos jovens participantes, a avaliação que estes formulam sobre este dever militar, assim como o seu posicionamento face às FA, numa perspetiva institucional e profissional.

Relativamente à organização estrutural, o presente relatório possui uma primeira parte que caracteriza a população participante no DDN, uma segunda parte que explora a apreciação do Dia da Defesa Nacional (conteúdos; aspetos de funcionamento; efeitos), uma terceira parte que procura aflorar alguns dos contornos da relação dos jovens com as FA, abarcando o domínio das representações sociais, e, por fim, uma quarta parte que complementa esta análise relacional com a temática da predisposição para ingresso nas FA.

Acrescentando à função de monitorização do DDN, pretende-se também contribuir, através do presente documento, para a delimitação do potencial de sustentabilidade da profissionalização do serviço militar, uma vez que a análise incide sobre um segmento populacional que é estratégico para o efeito: a população jovem.

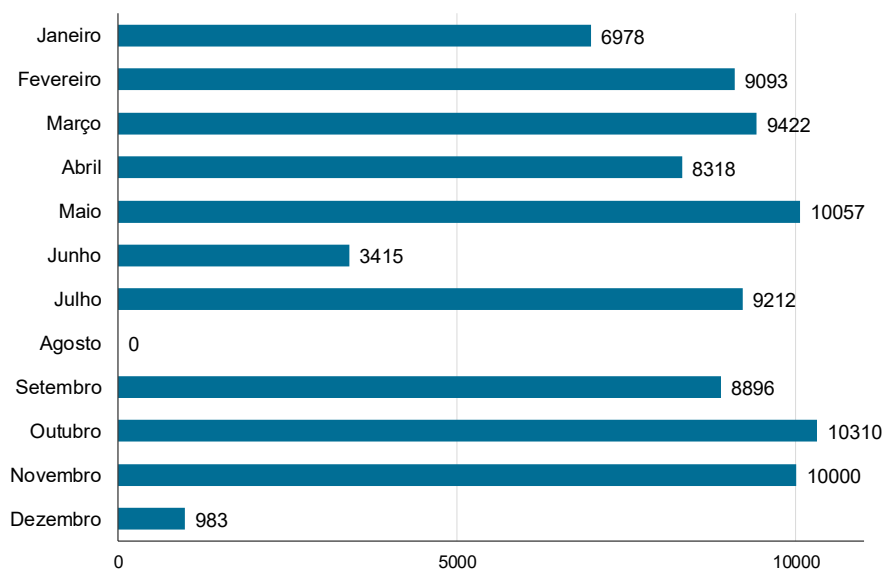
Nota Metodológica

O presente relatório foi elaborado pela equipa de investigação da Divisão de Recrutamento e Efetivos Militares, da Direção de Serviços da Profissionalização do Serviço Militar, da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, do Ministério da Defesa Nacional.

A 15ª edição do Dia da Defesa Nacional contou com a presença de 104 320 jovens, dos quais resultaram 86 684 inquéritos preenchidos, correspondendo a uma taxa de cobertura de 83,1% (com garantia de representatividade de todos os CDDN e de todos os distritos). Esta taxa é calculada com base nos questionários válidos em relação com o número total de jovens presentes, tendo subido 18,39 pontos percentuais relativamente ao ano transato. Esta diferença representa um aumento de 20 118 questionários válidos face ao ano passado, e, decorre principalmente da mitigação de problemas técnicos existentes na edição anterior.

Com o objetivo de providenciar uma apreciação detalhada da recolha efetuada, atente-se ao gráfico 1 que demonstra o número de inquéritos recolhidos distribuídos ao longo do ano e à tabela 1 que reflete a taxa de cobertura por CDDN.

Gráfico 1. Número de inquéritos recolhidos em cada mês do ano de 2019.



No gráfico acima, é possível verificar a distribuição mensal da recolha do total de 86 684 questionários válidos. Denote-se que no mês de agosto, em que não houve atividade do DDN, o número de recolhas é nulo.

Tabela 1.

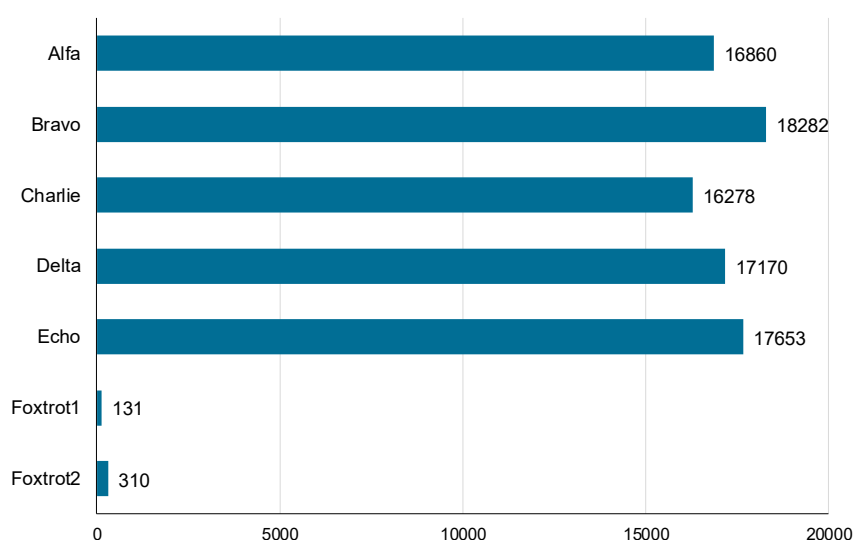
Taxa de cobertura por CDDN.

CDDN	Jovens convocados	Jovens presentes	Inquiridos válidos	Taxa de cobertura (%)
AM1 - Ovar	9364	8101	6340	78,3%
AM3 - Porto Santo	68	29	29	100,0%
BA1 - Sintra	3893	3627	3485	96,1%
BA4 - Lajes	722	412	352	85,4%
BA5 - Monte Real	7444	6545	5299	81,0%
BNL - Alfeite	7891	6763	6093	90,1%
CBI - Coimbra	2494	2386	2277	95,4%
CMSG - Ponta Delgada	2104	1606	1439	89,6%
CMSM - Santa Margarida	5307	4665	3791	81,3%
EFUZ - Barreiro	2385	2073	2042	98,5%
ES - Póvoa de Varzim	3502	3084	2549	82,7%
NAV1 - Flores	42	35	20	57,1%
NAV2 - Graciosa	50	42	15	35,7%
NAV3 - Faial	188	172	168	97,7%
NAV4 - São Jorge	94	79	77	97,5%
NAV5 - Pico	172	151	96	63,6%
NAV6 - Santa maria	81	73	65	89,0%
PAN - Portimão	4662	4013	3888	96,9%
RA5 - Vendas Novas	1918	1717	1644	95,7%
RAA1 - Queluz	10130	8506	5012	58,9%
RC3 - Estremoz	1252	1071	1044	97,5%
RC6 - Braga	12994	11245	9286	82,6%
RG3 - Funchal	3514	2462	2146	87,2%
RII - Beja	2267	1996	1670	83,7%
RII3 - Vila Real	8913	7265	5821	80,1%
RII4 - Viseu	5193	4187	3773	90,1%
RII9 - Chaves	2077	1516	1344	88,7%
RT - Lisboa	9061	7961	7245	91,0%
RTMPT - Porto	6906	6175	4650	75,3%
UACP - Vila Nova de Gaia	6821	6363	5024	79,0%
Total	121509	104320	86684	83,1%

Reitera-se que as diferentes (e por vezes baixas) taxas de resposta se devem a problemas na recolha da informação (e.g., insuficiência de tablets para todos os presentes) e não à baixa participação por parte dos jovens que se demonstraram disponíveis para o fazer. Independentemente deste facto, a representatividade dos dados está assegurada, quer pela quantidade de respostas, quer pela aleatoriedade não estatística que foi observada na recolha das mesmas. Acresce-se que em todos os dias em que decorreu a iniciativa foram recolhidos questionários, variando a taxa de cobertura, mas nunca sendo nula. Aliás, nos CDDN que não assentam em meios navais (os não NAV) o valor mais baixo de representatividade é de quase 60% (registado em Queluz).

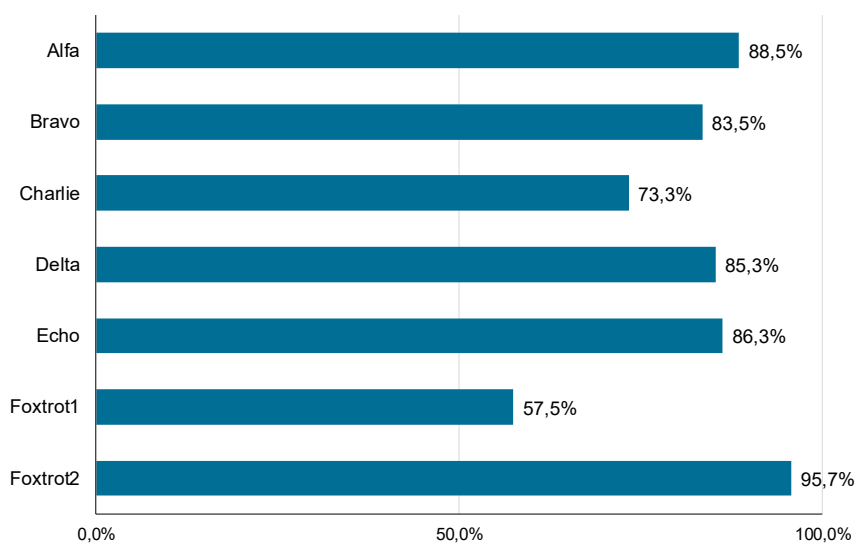
No que concerne às equipas de divulgadores, é possível analisar a sua capacidade de recolha de informação, que engloba não só a aplicação dos questionários aos participantes, mas também a sua capacidade de resolução de problemas relacionados com esta aplicação e a organização quanto aos diversos procedimentos necessários. Através do gráfico 2, percebe-se que a equipa que recolheu um maior número de questionários foi a Bravo, contribuindo assim com 21,1% da amostra final. As duas equipas a atuar fora de Portugal Continental, Foxtrot1 e Foxtrot2, recolheram o menor número de questionários, facto expectável devido à sua atividade se restringir ao mês de julho e decorrer nas diversas NAV.

Gráfico 2. Questionários válidos recolhidos por cada equipa de divulgadores.



Por outro lado, a taxa de cobertura (número de questionários recolhidos em relação ao total de jovens que participaram) de cada equipa não corresponde diretamente ao número bruto de questionários recolhidos, como se pode observar no gráfico 3. Ou seja, a equipa Bravo que recolheu o maior número bruto de questionários, possuiu 83,5% de cobertura face ao total de participantes que teve. Para esta equipa, atingir uma taxa de cobertura de 100% significaria um acréscimo de 3 625 questionários, um número que não deve ser desprezado. Verifica-se que a equipa com maior taxa de cobertura (95,7%) foi a Foxtrot2 seguida pela Alfa (88,5%). Estes dados são muito influenciados pelo número de equipamentos que cada equipa tem disponível, mas também pelos seus procedimentos internos de organização e operacionalização, pelo que deverão ser tidos em conta, numa ótica de melhoria contínua.

Gráfico 3. Taxa de cobertura dos questionários, por equipa de divulgadores.



A extração inicial dos dados providenciou 86 875 casos que, idealmente, corresponderiam ao mesmo número de respostas aos questionários. Durante a preparação e tratamento dos dados, foram executados os seguintes procedimentos:

- Verificou-se que todas as variáveis do inquérito estão presentes na sua versão de 2019;
- Cerca de 7000 questionários poderão ter sido aplicados na sua versão antiga, pois não possuem resposta às novas questões (e pelo menos quatro deveriam ser de resposta obrigatória);

- As respostas às variáveis P_1002a – P_1002y tiveram que ser recodificadas, pois os extremos das escalas estavam em texto;
- Relativamente a instâncias de casos repetidos, foram identificados 387 casos com uma identificação repetida – com causas similares às encontradas em 2018. Deste bloco de casos fragmentados foi compilado um total de 197 casos;
- Retiraram-se 16 casos que correspondiam ao CDDN 32, valor utilizado para testar o inquérito na pré-aplicação;
- Recuperaram-se 15 casos novos que estavam presentes nos ficheiros enviados na primeira extração de março/abril de 2019;
- Foram corrigidos os questionários com datas e Centros que não correspondem ao planeamento, perfazendo um total de 1513 casos classificados erradamente: na equipa Alfa foram registados 73 erros; na equipa Bravo 421 erros; na equipa Charlie 483 erros; na equipa Delta 174 erros; na equipa Echo 220 erros; as equipas Foxtrot registaram-se 142 erros;
- Foi recodificada a variável da escolaridade. O nível CET foi integrado na categoria do 12º ano e o CTSP na da frequência do ensino superior.

Deste procedimento resultou uma base de dados com maior qualidade contendo um total de 86 684 questionários.

Como nota final desta secção, e previamente a qualquer análise dos dados recolhidos, é necessário alertar para o facto de que, em alguma da informação apresentada, o número total de inquiridos considerados (N) ser inferior aos 86 684 participantes que correspondem à nossa amostra total. Esta diferença decorre de inquiridos que para essa análise em específico não foram considerados devido a uma das seguintes situações: (1) não preencheram uma ou mais das variáveis ou categorias em estudo; (2) o preenchimento do questionário foi feito erradamente; (3) para uma mesma questão é possível assinalar mais do que uma resposta, pelo que a informação analisada são as respostas em si e não os indivíduos. Nada do referido anteriormente afeta a representatividade ou validade dos dados recolhidos, nem da informação apresentada.

1. Caracterização da população participante no DDN

Os participantes no DDN são os jovens com nacionalidade portuguesa, residentes em território nacional ou estrangeiro, quando estes se encontram em condições de cumprir os seus deveres militares, destacando-se para o efeito atingirem a idade mínima de 18 anos.

A universalidade desta iniciativa, que abrange mais de 100 000 jovens anualmente, garante um contacto entre os órgãos de Defesa Nacional e aqueles que são os futuros contribuintes e decisores do nosso país. Alguns tornar-se-ão militares nas nossas FA. Todos impactarão a nossa sociedade de alguma forma. É por isso iminentemente evidente que esta oportunidade deve ser utilizada pela Defesa Nacional para comprometer os jovens com temáticas às quais pouco estão expostos no seu quotidiano. Este é, de facto, um momento único para as FA e outras entidades parceiras com papel ativo num conceito amplo de Defesa Nacional proporcionarem aos jovens um exercício de cidadania.

As mudanças demográficas, económicas, culturais e sociais ao longo dos anos, assim como as mudanças individuais neste período de transição entre a infância e a idade adulta, em que se procura uma emancipação positiva, implicam que esta faixa da população se vá modificando de ano para ano.

A consciencialização bem-sucedida para as temáticas da Defesa, que poderá ter como repercussão, também positiva, a descoberta de uma vontade de servir o País através do Serviço Militar, apenas poderá ser possível se o público-alvo para o qual esta iniciativa é realizada for compreendido.

Nesse sentido, o presente capítulo apresenta um conjunto de indicadores base relativos a características sociodemográficas dos jovens participantes, na sua maioria da faixa etária dos 18-19 anos, procurando delimitar os traços constitutivos do seu perfil. A informação aqui presente poderá servir de base para, por exemplo, alterar os conteúdos programáticos do Dia ou para ser partilhada com outras instituições que beneficiem de um conhecimento desta realidade. Adicionalmente, estas características sociodemográficas servirão ainda para enquadrar os resultados apresentados nos próximos capítulos.

Principais Indicadores

A distribuição dos respondentes quanto ao sexo, no ano de 2019, mostra-se relativamente homogénea com uma distância de 1,4% entre os jovens do sexo masculino e as jovens do sexo feminino.

Gráfico 4. Sexo dos participantes no Dia da Defesa Nacional, em percentagem (N=86389).



Na tabela 2, é possível comparar a distribuição do distrito de residência dos jovens participantes no DDN no ano de 2019.

Tabela 2.

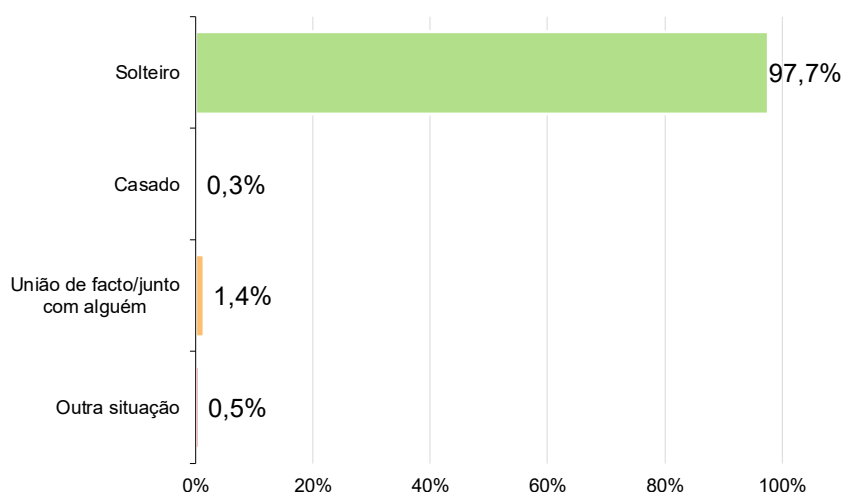
Distribuição dos distritos de residência dos participantes.

Distrito de residência	2019	%
Aveiro	5822	6,8%
Beja	1101	1,3%
Braga	8232	9,6%
Bragança	900	1,0%
Castelo Branco	1287	1,5%
Coimbra	3436	4,0%
Évora	1331	1,5%
Faro	3857	4,5%
Guarda	1109	1,3%
Leiria	3728	4,3%
Lisboa	16825	19,6%
Portalegre	877	1,0%
Porto	15031	17,5%
Santarém	3141	3,7%
Setúbal	7700	9,0%
Viana do Castelo	1850	2,2%
Vila Real	1678	2,0%
Viseu	3310	3,8%
Angra Heroísmo	485	0,6%
Horta	294	0,3%
Ponta Delgada	1511	1,8%
Madeira	2471	2,9%
Total	85976	100,0%

Pode constatar-se que a tendência de distribuição da residência é congruente com o padrão de desenvolvimento do país, em que a grande concentração populacional é no litoral e nos centros urbanos da Grande Lisboa (N=16825) e Grande Porto (N=15031). O distrito de Braga aparece como o terceiro mais representado (N=8232), seguido de Setúbal (N=7700) e Aveiro (N=5822).

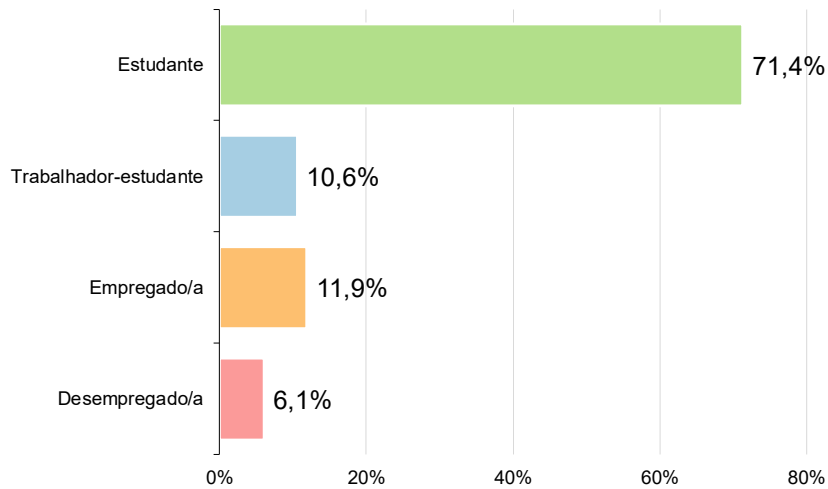
Relativamente ao estado civil observa-se que os jovens, quase na sua totalidade, se encontram solteiros/as. Este facto não é surpreendente quando se considera a faixa etária que é objeto de estudo.

Gráfico 5. Estado civil dos participantes no Dia da Defesa Nacional, em percentagem (N=86450).



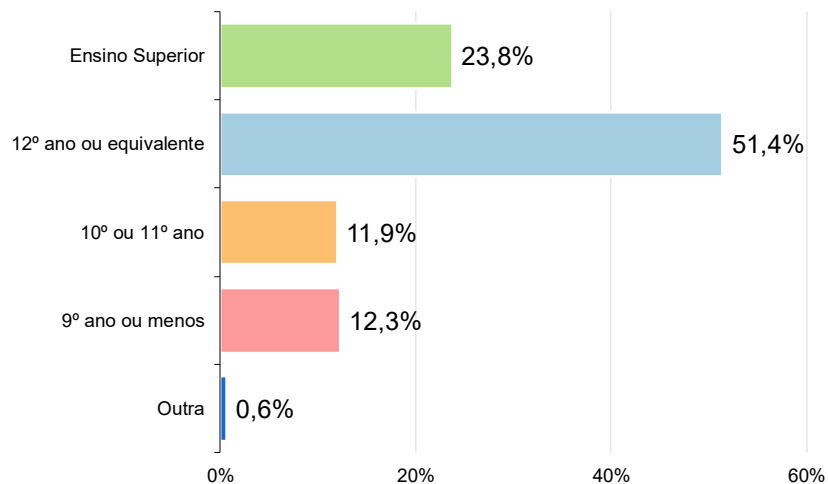
No que concerne à situação atual dos jovens participantes no DDN, e como exposto no gráfico 6, constata-se que 71,4% são estudantes (72,4% em 2018), 10,6% são trabalhadores-estudantes (10% em 2018), 11,9% estão empregados (11,4% em 2018) e 6,1% estão desempregados (6,2% em 2018). Parece haver, face ao ano passado, um muito ligeiro aumento de situações que envolvem o emprego em detrimento da prossecução da escolaridade ou do desemprego. É de relevo, o facto de 18% dos jovens já terem abandonado o sistema de ensino, não estando atualmente a prosseguir com o aumento das suas qualificações escolares/académicas.

Gráfico 6. Situação atual dos participantes no Dia da Defesa Nacional, em percentagem (N=86455).



Relativamente ao nível de escolaridade (frequentado ou concluído) atente-se ao gráfico 7. É possível verificar que 75,2% dos jovens assinalou o 12.º ano ou a frequência do ensino superior, valor semelhante ao registado em 2018. Por outro lado, 11,9% apenas concluíram ou frequentam o 10.º ou o 11.º ano, e, 12,3% possuem o 9.º ano de escolaridade ou menos.

Gráfico 7. Nível de escolaridade dos participantes no Dia da Defesa Nacional (N=86580).



Apesar de todos os jovens terem aproximadamente a mesma idade e de a grande maioria estar a estudar, estão em situações diferentes em matéria de percurso escolar,

constituindo-se esta diversidade como um desafio para o próprio DDN em matéria de comunicação e de adequação dos conteúdos, assim como para a comunicação das Forças Armadas em sentido mais lato

Complementando esta informação, a tabela 3, na qual é possível observar a comparação direta entre a situação atual do inquirido e a sua escolaridade, releva-se o facto de que a percentagem de estudantes tende a aumentar com o aumento da escolaridade. A categoria do ensino superior representa a frequência do mesmo (e não o nível de habilitação) já que estes jovens não têm, na sua maioria, idades compatíveis com a conclusão de uma licenciatura. Isto é pertinente porque, além de uma ambição académica revela também, em princípio, um maior comprometimento com um percurso formativo que pode ser difícil de compatibilizar, com outras atividades a tempo inteiro. Também relevante é o facto de 44,7% dos inquiridos com o 9.º ano de escolaridade ou menos se encontrarem empregados ou desempregados, tendo abandonado o percurso escolar. Estas duas categorias da situação atual tendem a diminuir na sua expressividade com o aumento da escolaridade, sendo residual nos inquiridos frequentam o ensino superior.

Tabela 3.

Comparação entre a situação atual e a escolaridade.

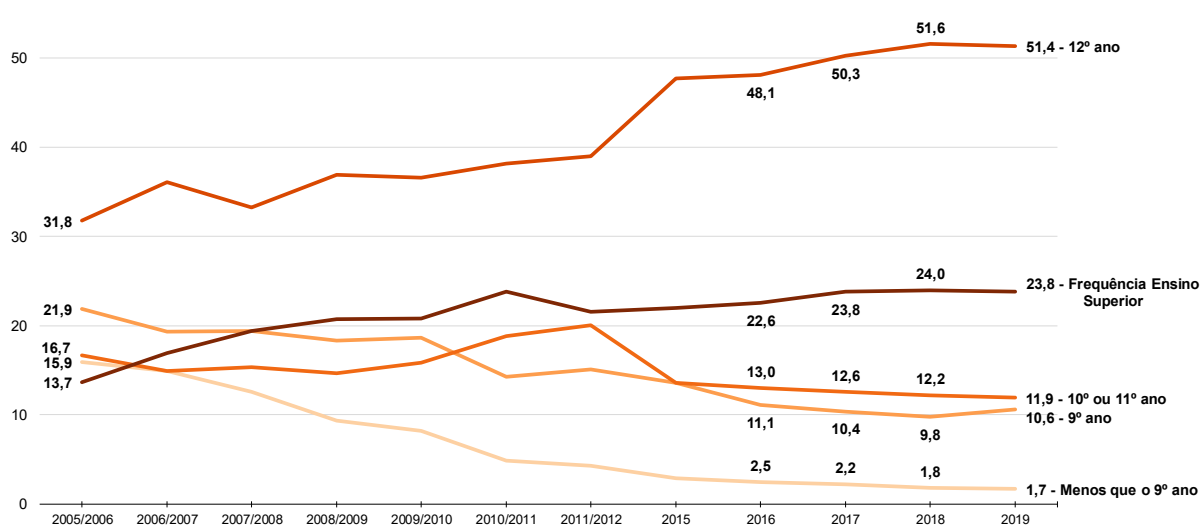
		Situação atual								Total	
		Estudante		Trabalhador-estudante		Empregado(a)		Desempregado(a)			
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Nível de Escolaridade que concluiu ou frequenta	9º ano ou menos	4529	42,7%	1342	12,7%	2953	27,9%	1776	16,8%	10600	100%
	10º ou 11º ano	8132	78,7%	1402	13,6%	547	5,3%	248	2,4%	10329	100%
	12º ano ou equivalente	29316	65,9%	5292	11,9%	6692	15,1%	3154	7,1%	44454	100%
	Ensino Superior	19391	94,5%	1017	5,0%	72	0,4%	49	0,2%	20529	100%
	Outra	328	63,9%	82	16,0%	60	11,7%	43	8,4%	513	100%
Total	61696	71,4%	9135	10,6%	10324	11,9%	5270	6,1%	86425	100%	

Aprofundamento sobre a escolaridade dos jovens

O percurso escolar é central na vida dos jovens, podendo considerar-se como um aspeto estruturante do seu desenvolvimento. A escolaridade obrigatória em Portugal é atualmente de 12 anos, facto que apenas entrou em vigor no ano de 2013. Desde então, tem-se vindo a observar um incremento significativo na taxa de escolarização da população portuguesa.

Em congruência com o parágrafo anterior, observa-se no gráfico 8 a notória evolução da população jovem no domínio das habilitações escolares. Desde 2005 que é visível um claro aumento da população que frequenta o ensino superior (passou de 13,7% para 23,8%) ou que concluiu/frequenta o 12.º ano (de 31,8% para 51,4%). Já os níveis mais baixos de escolaridade evoluíram em sentido inverso. A população com menos que o 9.º ano passou de 15,9% para 1,7%, ao passo que os que têm/frequentam o 9.º ano representavam 21,9% e agora são 10,6%. Aparentemente, a tendência será para a continuação da polarização dos diferentes tipos de situação escolar. Prova disso, embora não sendo dados possíveis de apurar neste inquérito, Portugal aumentou a taxa de pessoas que completaram o ensino superior, que subiu de 9,4% em 2005 para 19,6% dos portugueses em 2019 (PORDATA).

Gráfico 8. Evolução da situação escolar dos participantes entre 2005 e 2019, em percentagem.



Mas a configuração dos níveis de escolaridade tem ainda um padrão de distribuição regional. A situação é muito diferente consoante a região do país, o que faz com que a população que se apresenta em cada CDDN seja, conseqüentemente, diferente.

Tabela 4.

Escolaridade dos participantes, por distrito.

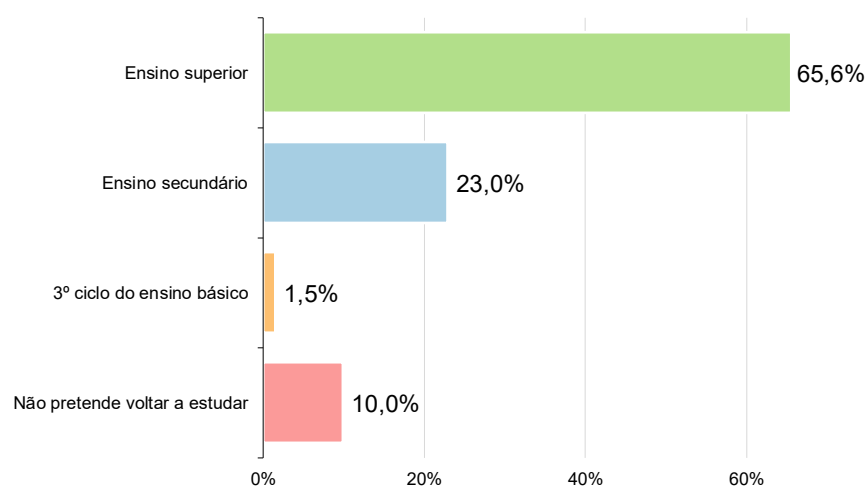
Distrito de residência	Menos que o 9º ano	9º ano	10º ou 11º ano	12º ano	Freq. ensino superior	N total
Aveiro	1,0%	9,5%	8,1%	53,5%	27,5%	5821
Beja	2,6%	12,2%	6,6%	51,5%	26,6%	1101
Braga	0,6%	9,4%	11,2%	53,9%	24,2%	8231
Bragança	2,4%	9,6%	7,7%	50,4%	28,5%	898
Castelo Branco	2,2%	6,8%	5,5%	49,9%	34,9%	1284
Coimbra	0,8%	6,5%	8,7%	56,1%	27,5%	3436
Évora	2,3%	9,6%	8,4%	49,9%	29,1%	1328
Faro	2,0%	14,9%	17,9%	47,4%	17,3%	3855
Guarda	1,4%	8,7%	9,0%	54,6%	25,6%	1109
Leiria	1,1%	6,4%	8,7%	56,0%	27,1%	3727
Lisboa	1,9%	9,6%	15,2%	48,5%	24,4%	16822
Portalegre	2,1%	11,0%	6,5%	50,7%	29,2%	876
Porto	1,6%	11,7%	10,4%	52,7%	23,0%	15026
Santarém	1,8%	10,4%	5,9%	50,3%	31,0%	3134
Setúbal	2,2%	12,3%	20,3%	48,8%	15,8%	7698
Viana do Castelo	0,3%	8,6%	5,0%	54,7%	30,8%	1849
Vila Real	1,3%	9,9%	6,8%	54,6%	26,7%	1677
Viseu	0,6%	11,7%	11,2%	52,2%	23,8%	3309
Angra do Heroísmo	4,9%	19,8%	8,5%	50,1%	16,3%	485
Horta	4,1%	16,0%	15,0%	50,7%	13,6%	294
Ponta Delgada	9,5%	21,2%	10,2%	45,6%	12,8%	1511
Madeira	2,5%	11,4%	17,0%	51,4%	17,3%	2471
Total	1,9%	10,7%	9,8%	51,8%	25,1%	81960

A tabela 4 retrata essa diversidade regional, podendo notar-se os menores níveis de escolaridade existentes nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, assim como algumas diferenças nas regiões do Continente. A este nível, Faro, Beja e Setúbal são os distritos onde os níveis mais baixos de escolaridade têm mais expressão. Pelo contrário, os distritos de Coimbra, Leiria, Viana do Castelo e Castelo Branco são os que

apresentam população jovem mais escolarizada. É importante esta noção da variação da escolaridade porque, como se verá adiante, ela tem influência na forma como os jovens se relacionam com o DDN e com as FA e uma qualquer análise por distrito ou CDDN encerra em si especificidades próprias do Centro, mas também esta diversidade da população que nele se apresenta.

Observando agora as ambições escolares dos jovens, revela-se que a maioria (65,6%) almeja a conclusão do ensino superior, sendo que é relevante (atém em termos quantitativos) o facto de 23% destes jovens perspetivarem apenas concluir o ensino secundário. Para além disso, há 10% não pretendem voltar a estudar e para 1,5% a intenção restringe-se ao 3.º ciclo do ensino básico. Daqui resulta que a tendência maioritária passa pela intenção de aumentar o grau de escolarização por parte dos jovens, a qual já se tem vindo a observar ao longo dos últimos anos e que, se se vier a materializar, contribuirá diretamente para o aumento global do grau de escolarização da população portuguesa.

Gráfico 9. Escolaridade máxima que os inquiridos pretendem concluir (N=86596).



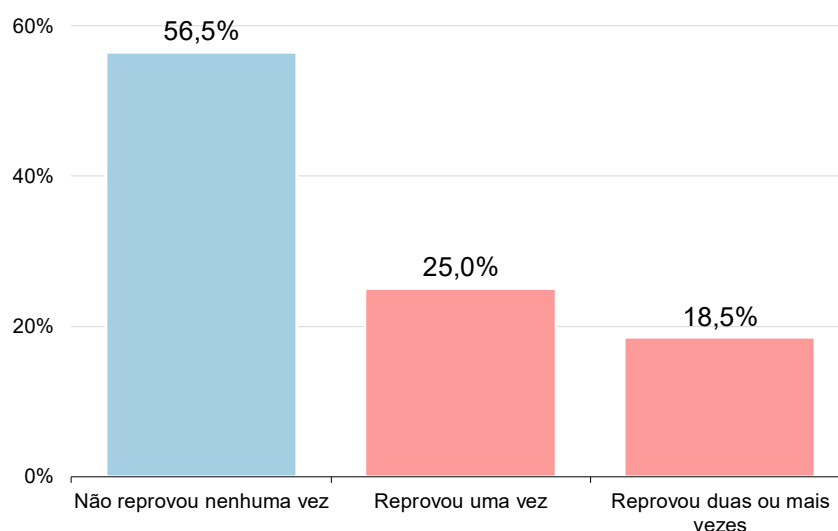
Relativamente ao sucesso escolar, o indicador mais direto deste questionário encontra-se plasmado no gráfico 10, no qual se pode observar que 56,5% dos participantes nunca vivenciou uma situação de reprovação escolar, ao passo que em 25% já houve uma reprovação e em 18,5% duas ou mais reprovações. Estes dados parecem associar-se

com a escolaridade atual, mas também com a intenção generalizada dos jovens de a incrementar, como explícito no parágrafo anterior.

De uma forma mais concreta, 94,2% dos participantes que frequentam atualmente o ensino superior nunca reprovaram, número que desce para 60% dos participantes que possuem/frequentam o 12.º ano de escolaridade. Um decréscimo ainda mais acentuado verifica-se nos participantes com o 10.º ou o 11.º ano de escolaridade, sendo que apenas 16% nunca reprovou.

Relativamente ao nível de ambição escolar, do número de participantes que não pretende voltar a estudar, 52,3% já reprovou uma ou mais vezes. Dos que pretendem apenas concluir o 3º ciclo do ensino básico, 90,8% já reprovou uma ou mais vezes. Dos que pretendem concluir o ensino secundário, 83,4% já reprovou uma ou mais vezes. Por fim, dos que ambicionam concluir o ensino superior, apenas 27,2% reprovaram uma ou mais vezes.

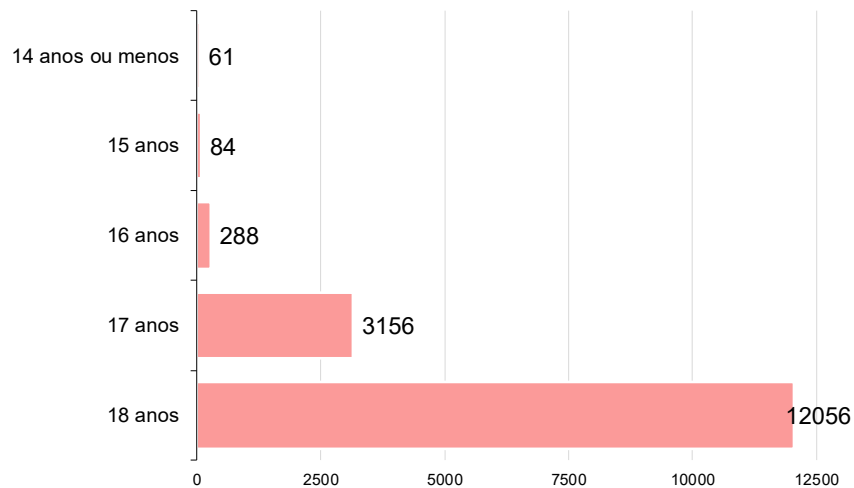
Gráfico 10. Reprovações de ano dos participantes, em percentagem (N= 86599).



Portugal reduziu, em 2019, a taxa de abandono precoce de educação e formação para 10,6%, facto que se tem vindo a verificar ao longo dos últimos anos (a título de exemplo, em 2005 esta taxa situava-se em 38,3%). Os dados do DDN indicam que, para os jovens na idade de cumprir os seus deveres militares, este número se situa nos 5%. No gráfico

11 é possível observar a idade em que os participantes deixaram de estudar (independentemente de terem cumprido ou não a escolaridade obrigatória). Embora a grande maioria o tenha feito aos 18 anos, 3 589 jovens abandonaram a escola antes de serem maiores de idade, situação que não deixa de ser merecedora de atenção.

Gráfico 11. Número de jovens não estudantes e idade em que deixaram de estudar.



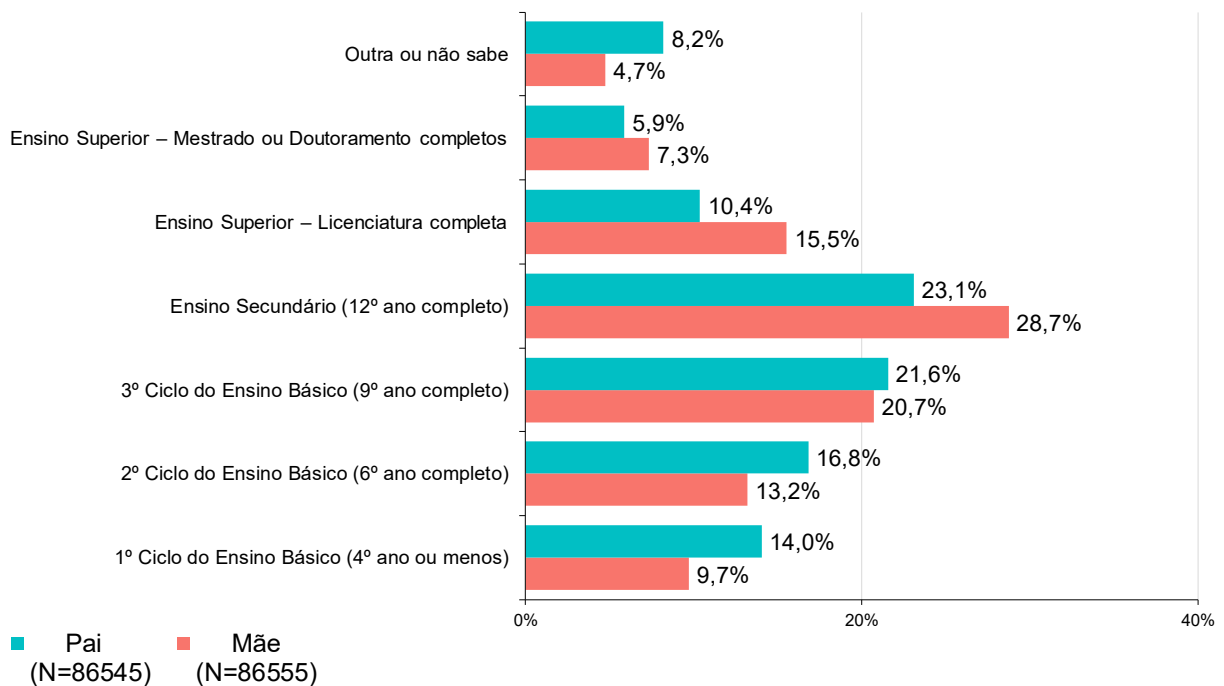
No gráfico 12 constata-se que as duas razões mais referidas para deixar de estudar foram o desejo de começar a trabalhar, possivelmente associado à procura de autonomia económica e ao segundo fator mais assinalado, a conclusão da escolaridade pretendida. Surgem também como relevantes para a interrupção dos estudos as questões económicas, que poderão englobar a dificuldade em pagar o curso, as dificuldades de autossustento ou necessidade de apoiar financeiramente a família, entre outras. O penúltimo motivo mais assinalado foi ter um percurso marcado por algumas reprovações, o que se torna compreensível na medida em que este insucesso escolar pode, em si mesmo, ser um fator de desmotivação para continuar a estudar e para procurar outras alternativas, nomeadamente o ingresso no mercado de trabalho. Em último lugar, com baixa frequência, surge a desvalorização da escola, que poderá ser um indicador sensível à deseabilidade social (não é bom dizer que a escola é inútil), mas também poderá refletir que mesmo para os jovens que escolhem deixar de estudar existe a noção da importância da escola.

Gráfico 12. Razões indicadas para deixarem de estudar, por ordem de referência.



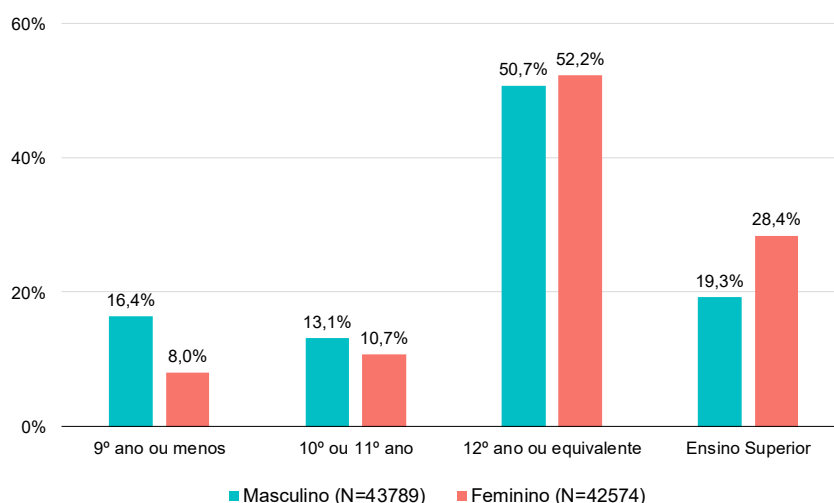
Na escolaridade dos pais encontra-se um fenómeno que já tem sido referenciado, em que as mulheres tendem a estar mais representadas nas escolaridades mais elevadas. No gráfico 13, existem mais 6,5% de mães do que pais com o ensino superior (licenciatura, mestrado ou doutoramento). O mesmo se verifica para o ensino secundário com uma diferença de 5,6%. Outra consideração relevante é a de que a escolaridade dos filhos tende a ser mais elevada se os pais também forem mais escolarizados.

Gráfico 13. Escolaridade dos pais dos participantes, em percentagem.



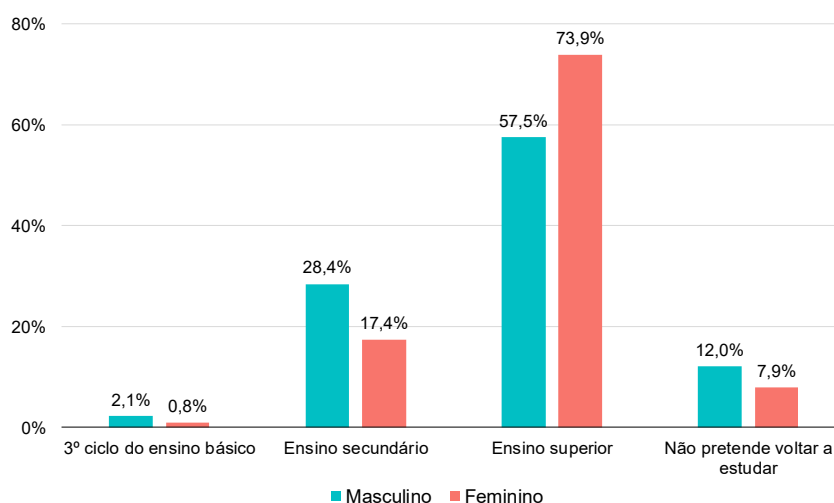
Procurando agora elucidar a relação entre o nível de escolaridade e o sexo dos inquiridos (gráfico 14), é possível verificar uma diferença de 9,1% a favor da população feminina quando se compara os jovens a frequentar o ensino superior. Ao nível do 12.º ano ou equivalente existe uma maior equiparação, ainda que com uma diferença de 1,5% a favor da população feminina. Nas escolaridades inferiores ao 12.º ano verifica-se uma inversão nesta tendência com uma diferença de 2,4% a favor da população masculina ao nível do 10.º e 11.º ano, e uma diferença de 8,4% a favor da população masculina ao nível do 9.º ano ou inferior. Analisadas globalmente, estas diferenças percentuais parecem indicar que as inquiridas do sexo feminino demonstram uma maior ambição na esfera escolar/académica.

Gráfico 14. Comparação percentual dos níveis de escolaridade *versus* o sexo dos participantes.



De facto, a ideia transmitida no parágrafo anterior é reforçada pelo gráfico 15 que evidencia uma clara diferença entre as jovens do sexo feminino e os do sexo masculino quanto à escolaridade máxima que pretendem concluir: 73,9% das jovens ambicionam o ensino superior, uma diferença de 16,4% quando comparado com o sexo masculino. Este parece ser um traço distintivo da população jovem portuguesa, que será necessário saber entender.

Gráfico 15. Comparação percentual dos níveis de escolaridade pretendidos, por sexo.



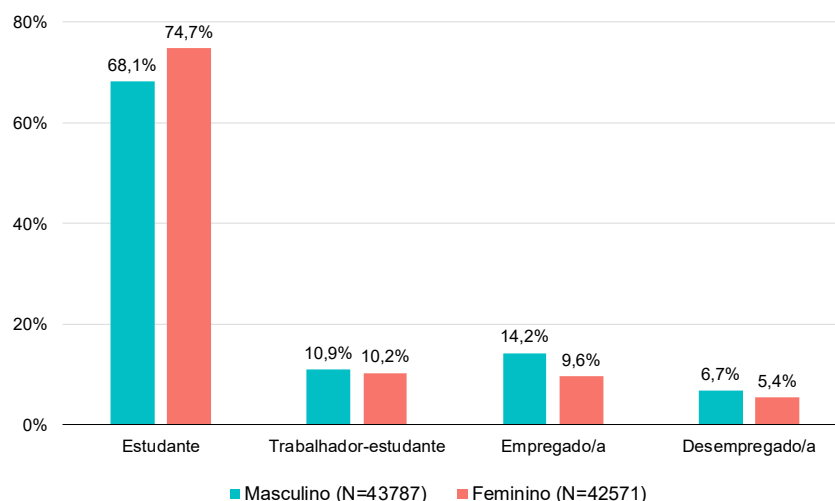
Em suma, não restam dúvidas que os jovens portugueses estão mais escolarizados e é com esta realidade, bastante positiva para o País, que o DDN e as FA têm de saber lidar. Uma das evoluções proporcionada por este aumento de literacia será a procura de oportunidades ou percursos mais diferenciados (e que implicam um maior investimento de esforço e tempo) e, conseqüentemente, uma maior exigência desta população face ao mercado de trabalho e aos empregadores.

Aprofundamento sobre a situação atual dos jovens

Nesta secção será abordada a situação atual dos jovens e a sua relação com algumas variáveis. Não obstante a idade semelhante, os jovens inquiridos podem estar em várias situações. Desde logo, poderão ainda estar a estudar, a tempo inteiro ou parcialmente, como trabalhadores-estudantes, conjugando a atividade no mercado de trabalho com a prossecução de estudos. Poderão também estar já empregados e inseridos de forma cabal no mercado de trabalho ou, inversamente, em situação de desemprego. Nesta última categoria poderão encontrar-se os jovens que estão à procura de emprego (seja o primeiro emprego ou não), mas também os denominados jovens NEEF (Nem em Emprego, nem em Educação ou Formação), ou seja, a população dos 15 aos 24 anos que não se encontra empregada nem a desenvolver qualquer atividade de educação ou formação e cuja situação não se enquadra nas categorias tradicionais.

Iniciando a análise cruzamento do sexo dos inquiridos com a sua situação atual, exposta no gráfico 16, observa-se uma ligeira diferença entre os sexos visível essencialmente em duas situações. Existem mais jovens do sexo feminino exclusivamente a estudar e mais jovens do sexo masculino inseridos no mercado de trabalho.

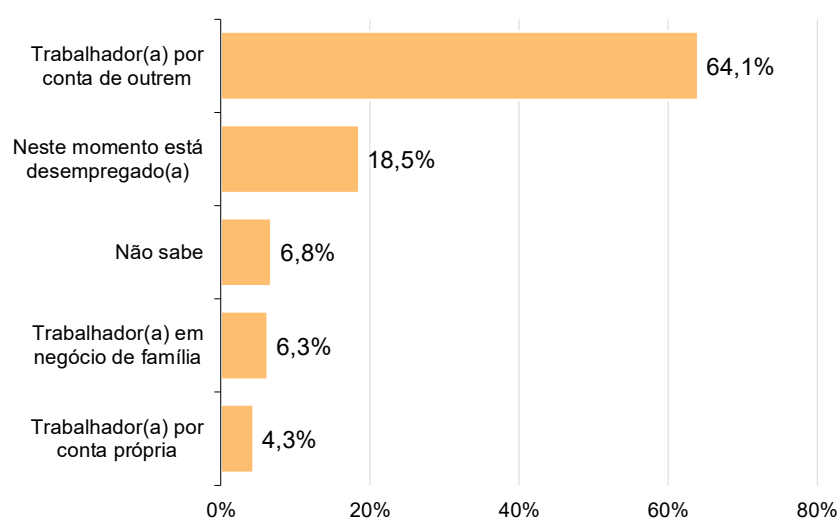
Gráfico 16. Comparação percentual da situação atual dos participantes, por sexo



Relativamente a este grupo de participantes que se encontram no mercado de trabalho, é relevante perceber qual a sua situação face ao emprego (ou desemprego). No gráfico

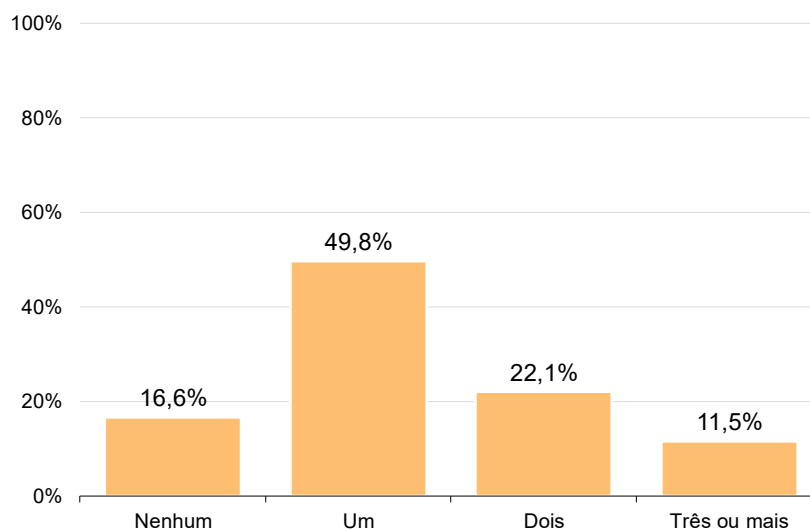
17, constata-se que 64,1% dos jovens são trabalhadores por conta de outrem, valor que aumenta para 70,4% se incluirmos os trabalhadores em negócio de família. Jovens que optam pela via do empreendedorismo ou exercem a sua atividade por conta própria representam apenas 4,3% do total. De notar ainda que 18,5% dos jovens que se encontram no mercado de trabalho referiram que se encontram atualmente desempregados.

Gráfico 17. Situação na profissão dos participantes no mercado de trabalho, em % (N= 24758).



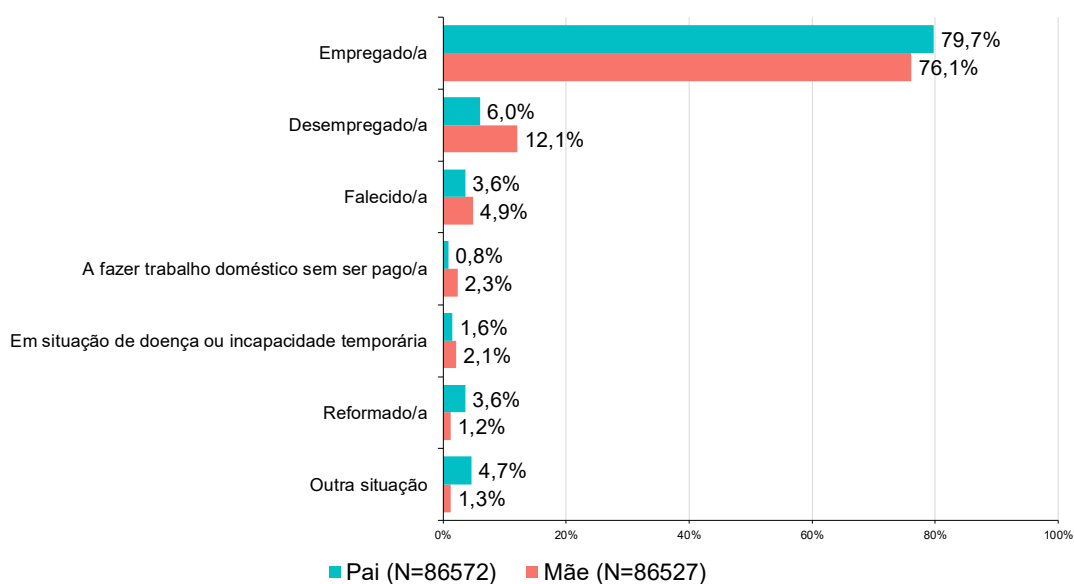
No que diz respeito ao histórico profissional destes jovens, no gráfico 18 é possível perceber que cerca de metade dos inquiridos teve apenas um emprego, 22,1% teve dois e 11,5% teve três ou mais. Torna-se interessante o facto de 16,6% referir nunca ter tido nenhum emprego o que, associado ao número de desempregados dos gráficos anteriores, poderão indicar um número aproximado de jovens NEEF.

Gráfico 18. Número de empregos que os participantes já tiveram, de entre desempregados/as e trabalhadores/as, por percentagem (N=24736).



Relativamente à situação dos progenitores, como é expectável, tem-se a grande maioria inseridos no mercado de trabalho (gráfico 19). É interessante notar que o número de mulheres desempregadas se configura como o dobro do número de homens desempregados (12,1% *versus* 6%) e que até se revela um número superior à taxa de desemprego nacional global verificada no final do ano de 2019 (6,5% - segundo dados da PORDATA).

Gráfico 19. Situação profissional dos progenitores dos participantes, em percentagem.

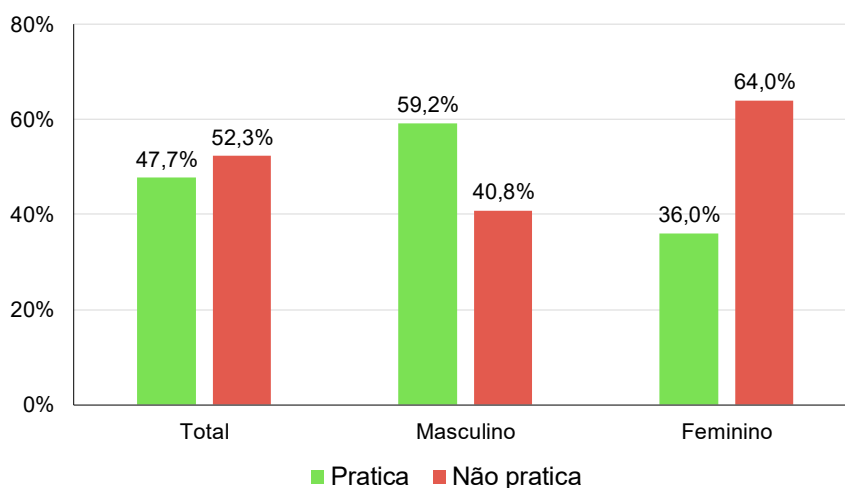


O exercício físico

O sedentarismo é uma das preocupações da saúde pública na atualidade, pelo que é de extrema relevância conhecer alguns hábitos associados à prática de exercício físico por parte dos jovens, que possam informar as entidades responsáveis pela definição de políticas específicas para este segmento populacional.

Nos participantes desta edição do DDN observa-se um quase equilíbrio entre os praticantes de desporto (47,7% do total) e os que não praticam qualquer tipo de desporto (52,3%) – cf. gráfico 20. Esta situação não se verifica quando se decompõe este indicador por sexo: 59,2% dos jovens do sexo masculino praticam desporto *versus* apenas 36% das jovens do sexo feminino que se assumem como praticantes. Estando o exercício profissional nas Forças Armadas muitas vezes associado à prática de desporto ou a níveis de alguma exigência física, este tipo de dados tem alguma relevância interpretativa.

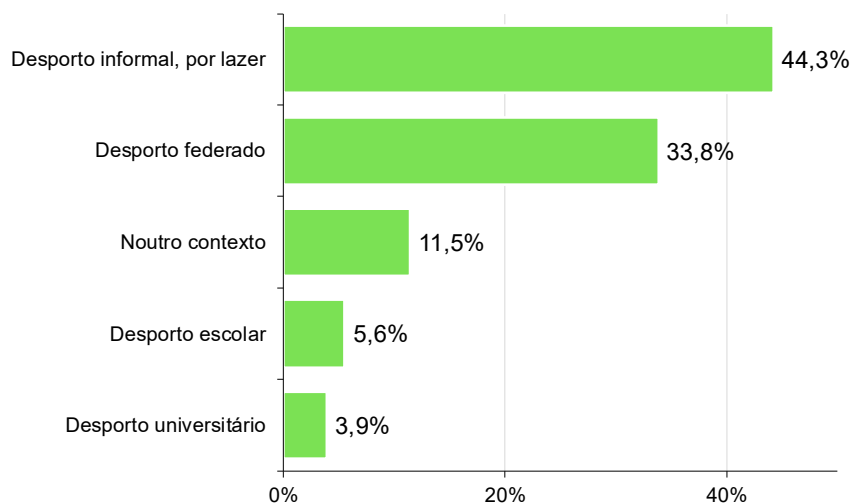
Gráfico 20. Prática desportiva regular por parte dos participantes, em percentagem
(N_{total}=85549; N_{sexo_masculino}=43281; N_{sexo_feminino}=42268).



De entre os jovens que praticam desporto é possível ainda indicar a tipologia desta prática, como demonstrado pelo gráfico 21. O desporto informal, por lazer, é praticado por cerca de 44,4% do total de praticantes. Esta tipologia caracterizada, provavelmente, por uma grande variedade na prática (atividade/modalidade, frequência, intensidade,

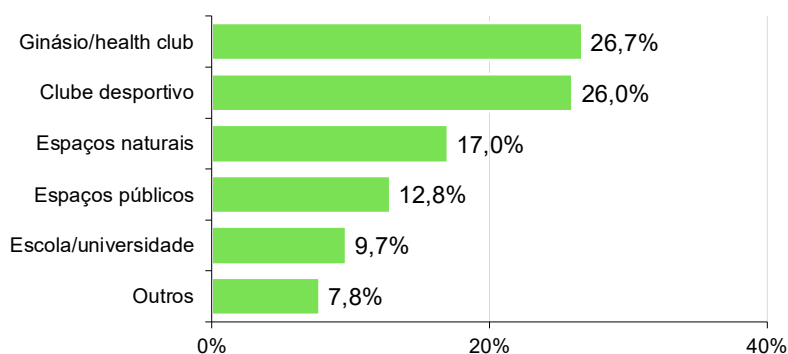
plano de treino, etc.) é a mais heterogénea de todas. É seguida pela tipologia de desporto federado com 33,9% dos praticantes. O desporto associado às instituições de ensino (desporto escolar ou universitário) são as práticas menos representadas.

Gráfico 21. Âmbito em que se realiza a prática desportiva, em percentagem (N= 40811).



Quanto ao local onde se realiza a prática desportiva (gráfico 22), cada praticante poderia escolher no máximo duas opções. Como o número total de respostas é 1,45x maior do que o número de jovens praticantes de desporto, é possível afirmar que quase metade dos praticantes o faz, preferencialmente, em dois locais. Foi possível aferir que os locais mais referidos foram os ginásios/*health clubs* ou os clubes desportivos, facto congruente com a informação apresentada no gráfico anterior.

Gráfico 22. Local preferencial para prática de desporto ou exercício físico, em percentagem (N=59225).



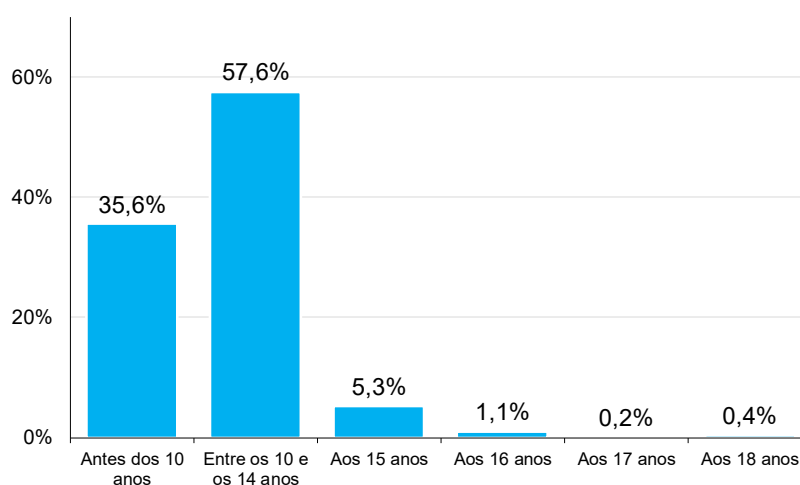
Utilização da internet

Outro indicador que tem vindo a alterar-se significativamente com a progressiva revolução tecnológica é o acesso e utilização da internet. De acordo com dados da PORDATA, em 2002 apenas 19,4% dos portugueses com 16 e mais anos utilizava a internet. Em 2019 este número aumentou para 75,3% dos portugueses.

Nesta edição do DDN foi possível aferir que 97,6% dos participantes utiliza atualmente ou já utilizou a internet e que 96,8% dos participantes possui pelo menos um equipamento (computador ou outro) com acesso à internet. Poderá assim afirmar-se que a internet é uma ferramenta ou comodidade universal nesta faixa de jovens portugueses.

Não só é a utilização quase universal como é também precoce, já que 93,2% dos jovens tinha iniciado a utilização da internet até aos 14 anos de idade, sendo que 35,6% tinha mesmo iniciado a utilização antes dos 10 anos de idade (cf. gráfico 23). É possível prever que estes valores tendam a extremar para idades cada vez mais jovens à medida que este sistema global de redes se continua a entrosar com o quotidiano dos cidadãos. Este é também um dado de extrema relevância no que concerne à estruturação ou desenvolvimento de processos de comunicação, pois diz-nos qual o canal privilegiado na busca de informação.

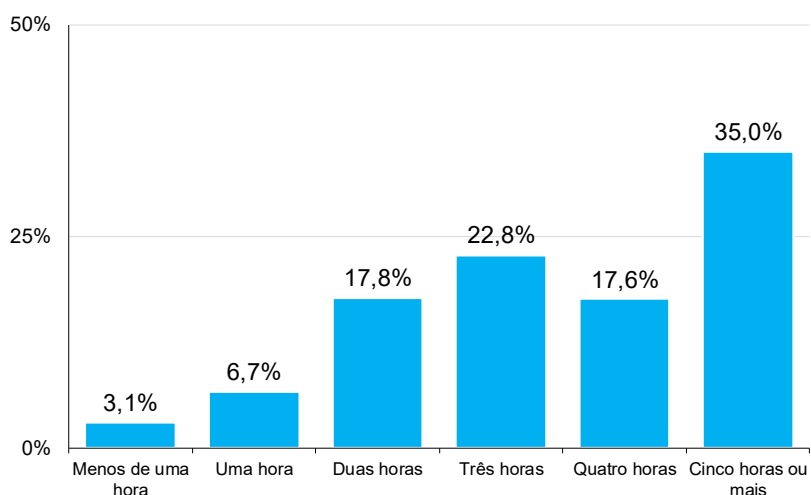
Gráfico 23. Idade de início de utilização da internet, em percentagem (N=84129).



Já o tempo médio de utilização apresenta uma maior variação, como plasmado no gráfico 24. Considere-se, para interpretar este gráfico, a percentagem de 35% dos jovens que referiu utilizar diariamente a internet durante 5 horas ou mais. Numa primeira impressão, este número é alarmante, mas considere-se que: (1) é difícil manter uma utilização consecutiva durante 5 horas ou mais e conjugar com outra atividade a tempo inteiro (escola ou trabalho) e ainda com tempos de repouso (por muito diminutos que possam ser); (2) é provável que os inquiridos tenham interpretado “utilização” como o tempo em que se encontram conectados/ligados à internet, pelo que é possível que um cidadão se encontre ligado 24 horas por dia (através de dados móveis no telemóvel, por exemplo), embora não se encontre a fazer uma utilização intensiva; (3) poderá ser necessário aprofundar futuros questionários para melhor discriminar ou definir o tipo de utilização – conectado/ligado *versus* utilização efetiva. Estas considerações poderão mitigar de alguma forma o alarmismo associado a estes resultados. No entanto, não se deve descartar totalmente a hipótese de que uma percentagem elevada passe efetivamente aquele tempo todo a utilizar a internet com alguma intensidade – mas é necessário aprofundar a análise.

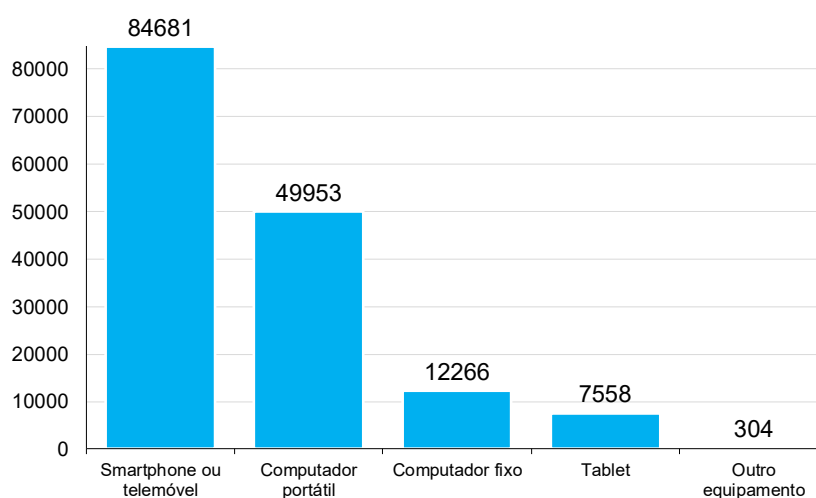
Não obstante as considerações anteriores, os jovens passam bastante tempo conectados: apenas 3,1% admite utilizar a internet menos de uma hora diária, pelos que esta comodidade assume um papel central nas suas vidas.

Gráfico 24. Tempo médio de utilização diária da internet, em percentagem (N=81229).



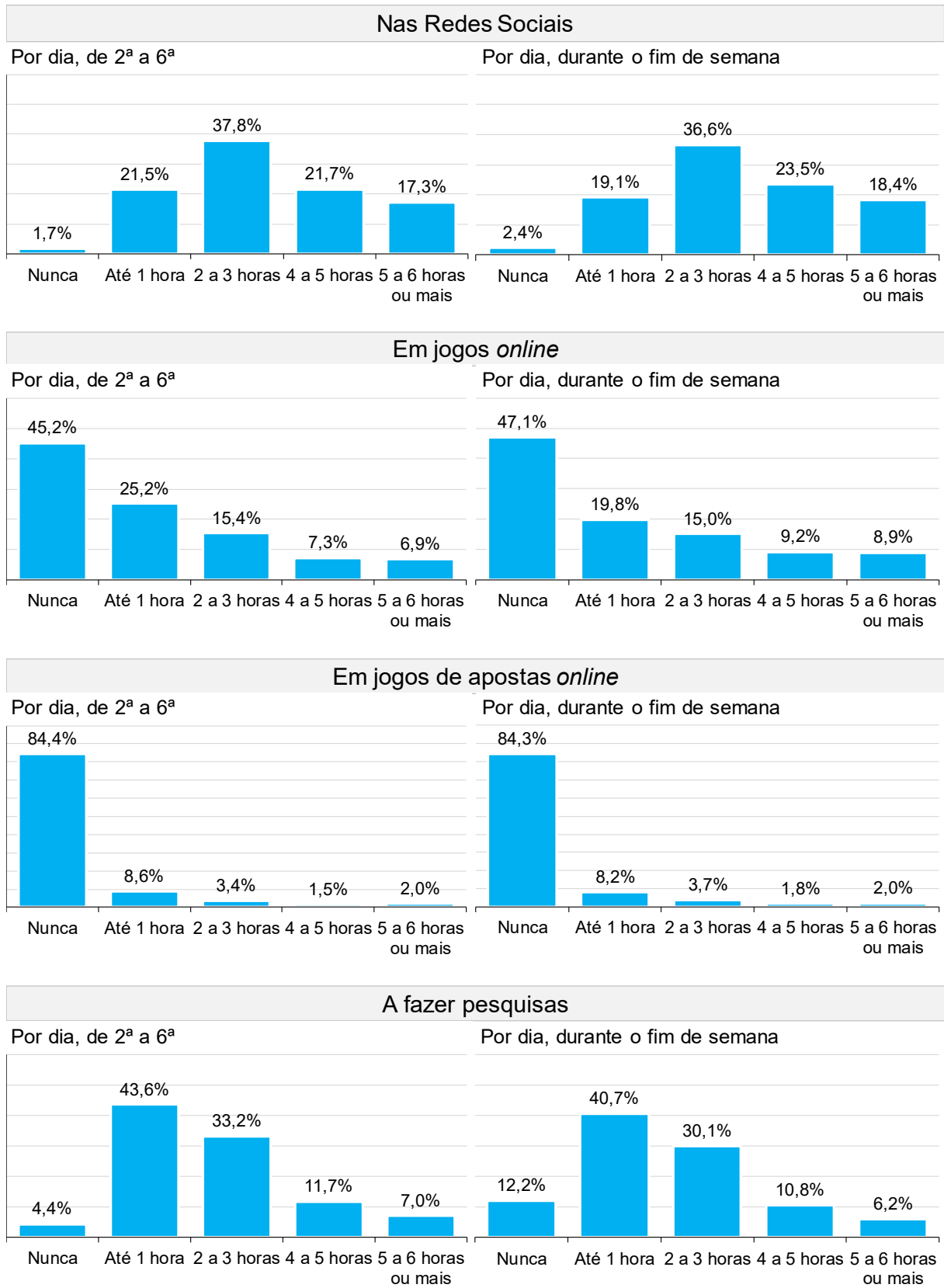
Considerando agora o tipo de dispositivos mais frequentemente utilizados para aceder à internet (cada inquirido poderia selecionar no máximo dois tipos), foi possível aferir que os participantes no DDN, quase na sua totalidade, possuem e acedem à internet através de um *smartphone* ou telemóvel (97,7% dos participantes). O segundo dispositivo mais utilizado é o computador portátil referenciado por 57,6% dos participantes, o computador fixo referenciado por 14,1% dos participantes e o *tablet* referenciado por 8,7% dos participantes.

Gráfico 25. Dispositivos utilizados mais frequentemente para aceder à internet.



O gráfico 26 apresenta diferentes tipos de utilização pelos jovens, assim como o tempo médio de utilização diária e ao fim de semana. Uma observação inicial interessante é a de que, de uma maneira geral, não existem grandes diferenças percentuais entre a utilização durante a semana e ao fim de semana dentro do mesmo tipo de utilização. A título de exemplo, 17,3% dos jovens passa 5 a 6 horas ou mais nas redes sociais, por dia, durante a semana e 18,4% dos jovens também passa o mesmo tempo, por dia, durante o fim de semana. A este nível, o padrão de utilização aparenta ser bastante semelhante. Quanto aos tipos, as redes sociais consomem a maior quantidade de tempo, seguido da atividade de fazer pesquisas, seguido por jogos *online* e, por último, apostas *online*. Neste último poderão existir casos de risco devido aos tempos de utilização diária registada, ainda que a sua expressão em termos de frequência seja baixa.

Gráfico 26. Tempos médios de diferentes utilizações da internet, em percentagem.



2. Apreciação do Dia da Defesa Nacional

O sucesso ou insucesso de uma iniciativa cuja missão é sensibilizar a camada jovem da sociedade para a Defesa Nacional e que, em última análise, corresponde a um exercício de cidadania, depende e pode ser medido pela reação do público-alvo às diversas facetas dessa mesma iniciativa.

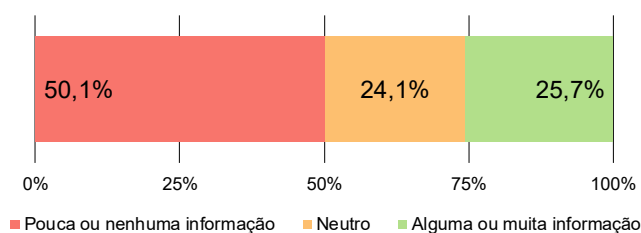
Neste âmbito, o presente capítulo expõe diversos indicadores-chave sobre a edição de 2019 do DDN quanto à sua apreciação geral, conteúdos programáticos e validação do modelo em que a iniciativa assenta.

Informação prévia

Configurando-se o DDN como um dever militar obrigatório para todos os jovens portugueses, é importante quantificar o seu grau de informação prévio relativamente ao Dia propriamente dito. No gráfico 27, é possível observar que cerca de metade dos jovens inquiridos considera que possuía pouca ou nenhuma informação sobre o DDN. Dos restantes, apenas 25,7% consideravam ter alguma ou muita informação.

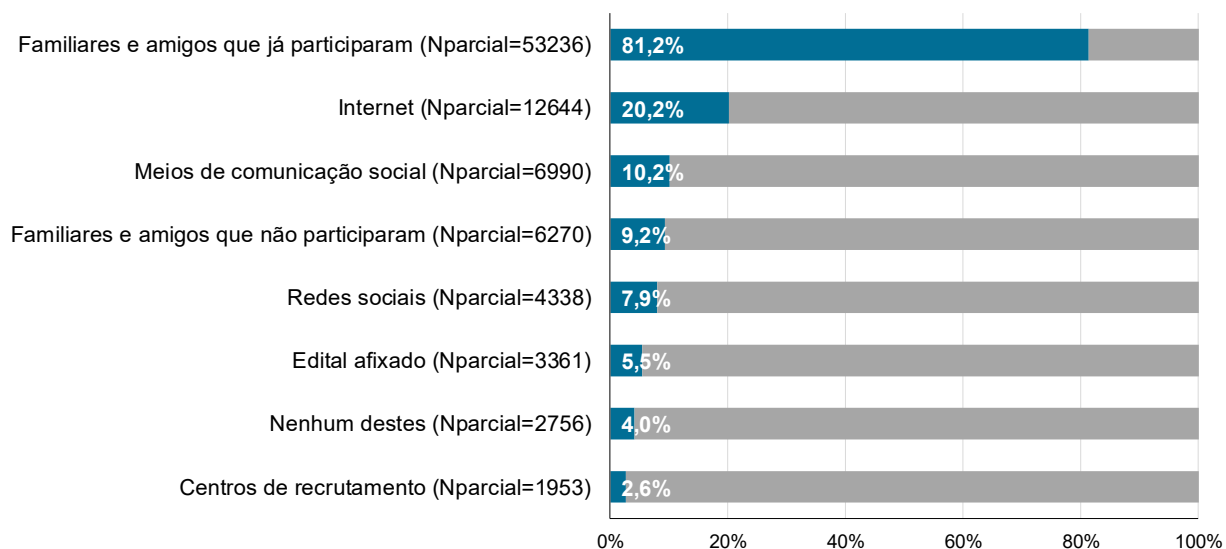
Destes dados não se apura se o aparente desconhecimento decorre da falta de procura de informação por parte dos próprios ou de eventual dificuldade de acesso à informação que os jovens consideram relevante. O facto de este dever militar ser de carácter obrigatório também significa que não é essencial para a sua taxa de participação que o público-alvo tenha um elevado conhecimento prévio sobre a iniciativa.

Gráfico 27. Grau de informação acerca do DDN, antes da participação (N=86602).



No gráfico 28 é possível perceber qual a fonte da informação que chega aos jovens, independentemente da sua quantidade. Denote-se que cada jovem poderia escolher, ou não, mais do que uma fonte de informação pelo que o N_{parcial} representa o número de jovens que escolheram determinada fonte de informação e a percentagem correspondente é calculada face ao total de jovens que responderam ao inquérito. O que se pode observar é que as fontes informais dominam completamente o plano de aquisição de informação. De facto, 81,2% dos jovens referiu que quem os informou acerca do Dia foram outros amigos ou familiares que participaram anteriormente. A internet (nomeadamente o portal do Ministério da Defesa ou dos ramos das FA) encontra-se em segundo lugar com 20,2% dos jovens a referirem este canal de informação. Já num patamar distanciado surgem os meios de comunicação social (10,2%) e os amigos ou familiares que não participaram no DDN (9,2%). Interessante notar o posicionamento das redes sociais, forma de comunicação bastante disseminada pela faixa etária da população-alvo, mas que, no entanto, tem um alcance bastante reduzido, sendo referenciada por apenas 7,9% dos jovens. Da informação apresentada, conclui-se que existe uma clara possibilidade de melhorar a quantidade de informação prestada e a capacidade dos canais institucionais em a fazer chegar ao público-alvo. Por outro lado, releva-se a importância das edições anteriores, na medida em que comprovam que o tradicional “passa a palavra” continua a ser o método mais eficaz de transmissão de informação sobre o DDN.

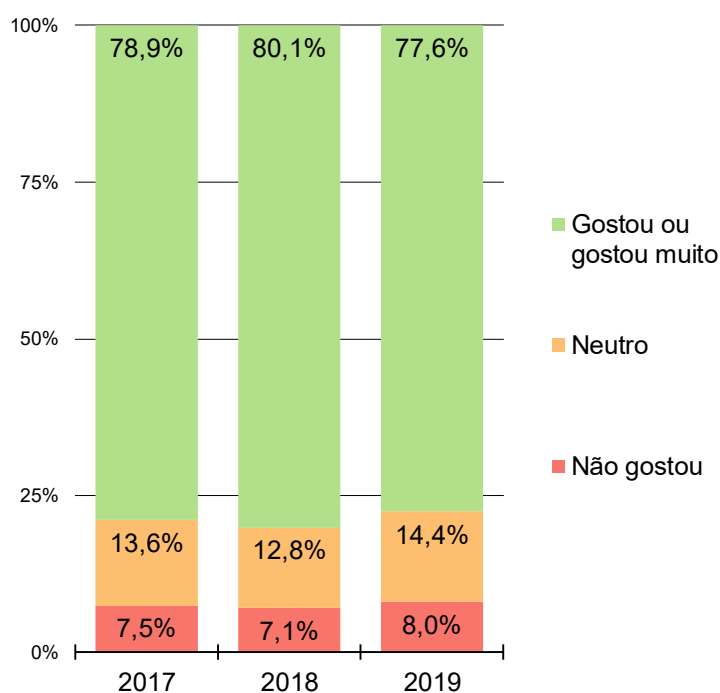
Gráfico 28. Fonte da informação que os participantes tinham acerca do DDN, antes de participarem (N=86684).



Apreciação Geral

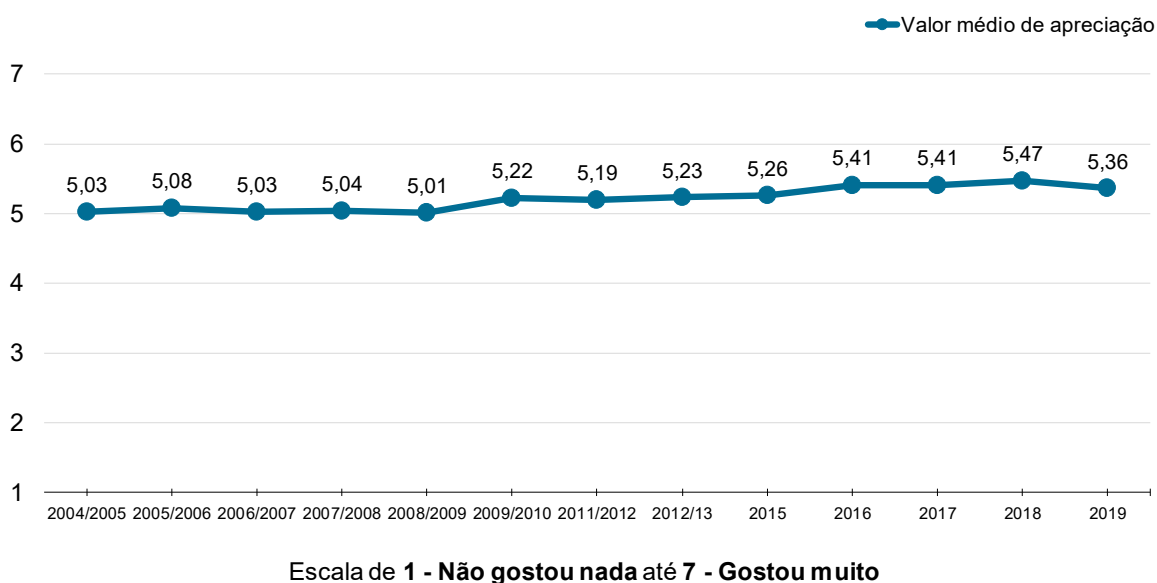
A opinião geral que os jovens manifestaram sobre o evento, observável no gráfico 29, é bastante positiva, com 77,6% dos inquiridos a referir que gostaram ou gostaram muito do Dia. Dada a heterogeneidade do público participante (em termos de escolaridade, situação escolar/profissional, de origem geográfica e preferências individuais), assim como o próprio caráter obrigatório associado à participação, atingir estes valores de aceitação é bastante significativo, até porque ao longo dos vários anos de realização se tem conseguido uma tendência geral de evolução positiva.

Gráfico 29. Dispersão da opinião geral sobre o DDN por parte dos inquiridos, em percentagem
(N₂₀₁₇=82450; N₂₀₁₈=66463; N₂₀₁₉=86599).



Ao observar estes valores de apreciação ao longo dos anos de implementação do DDN, percebe-se que as alterações que foram introduzidas não baixaram a sua atratividade, mantendo-se em 2019 um valor muito positivo (5,36), ainda que ligeiramente inferior aos registados nos três anos anteriores.

Gráfico 30. Evolução da apreciação média sobre o Dia da Defesa Nacional ao longo das edições.



No que respeita à variação da apreciação do evento, face à homogeneidade do público em termos de idade, considerou-se que os principais fatores a testar (por serem estatisticamente discriminativos) são: o sexo, a situação atual, a escolaridade, e o Centro de Divulgação onde assistiram ao DDN, este último por poder englobar iniciativas individuais diferenciadoras levadas a cabo pelos diversos Centros.

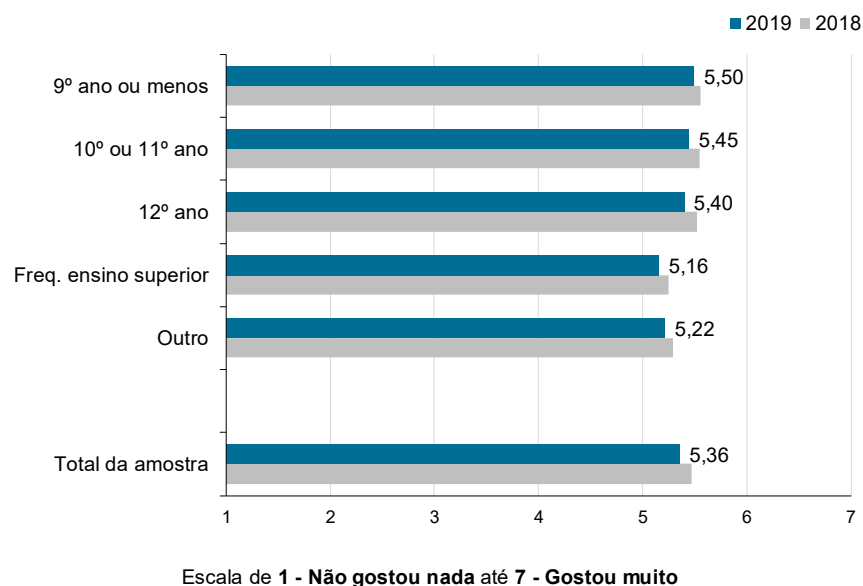
Relativamente à variável sexo, existem evidências estatísticas para afirmar que a média de apreciação do DDN é diferente entre o ambos os sexos ($t_{(86191,834)} = -9,555$; $p < 0,001$). De facto, a apreciação média do DDN feita pelos inquiridos do sexo masculino é de 5,32 (desvio-padrão = 1,355), enquanto a avaliação feita pelas inquiridas do sexo feminino é de 5,40 (desvio-padrão = 1,264). Sendo ambas as médias positivas, as mulheres avaliam o DDN de forma mais positiva.

Relativamente à variável situação atual e à sua relação com a apreciação do DDN, é possível aferir que existem evidências estatísticas para se afirmar que a apreciação feita sobre o DDN é significativamente diferente em pelo menos um dos grupos em diferente situação ($\chi^2_{(3)} = 671,003$; $p < 0,001$). Assim, os jovens estudantes apresentam uma média de apreciação mais baixa, com um valor médio de 5,30, seguido pelos trabalhadores-estudantes e pelos desempregados com valores idênticos (5,46). A média de apreciação mais elevada surge na categoria dos jovens já empregados, com um valor

médio de 5,56 numa escala de 1 a 7. Mas mais uma vez referimos que estamos perante valores médios positivos em todas as categorias.

Relativamente à variável escolaridade e à sua relação com a apreciação do DDN, é possível aferir que existem também evidências estatísticas para se afirmar que a apreciação feita é significativamente diferente em pelo menos um dos grupos de escolaridade ($\chi^2_{(4)} = 953,413$; $p < 0,001$). Por outras palavras, a escolaridade influencia a apreciação feita ao DDN. Justifica-se assim a inclusão do gráfico 31 no qual se podem verificar estes efeitos.

Gráfico 31. Variação da apreciação média sobre o DDN em função da escolaridade.



Analisando com mais detalhe estes resultados, em primeiro lugar, importa destacar que os valores de apreciação são bastante positivos em todos os níveis considerados (sendo a população muito diversa neste domínio). Isto significa que, em termos de inclusão, o DDN consegue ter um impacto positivo e ajustar-se à diversidade da escolaridade dos jovens. No entanto, importa referir que a relação entre o aumento da escolaridade e a apreciação do DDN é ainda inversamente proporcional, já que à medida que a escolaridade aumenta o grau de apreciação tende a diminuir ligeiramente. Ainda assim, em todos os níveis de escolaridade a média de apreciação está mais de 1 valor acima do ponto médio da escala utilizada no questionário (4,00).

Relativamente ao CDDN e à sua relação com a apreciação do DDN, é possível aferir que existem evidências estatísticas para se afirmar que a apreciação feita é significativamente diferente em pelo menos dois grupos que frequentaram diferentes CDDN ($F_{(29, 1392.693)} = 61,906; p < 0,001$). Por outras palavras, o CDDN parece influenciar a apreciação feita sobre o DDN. Justifica-se assim, a inclusão do gráfico 32, exposto na página seguinte.

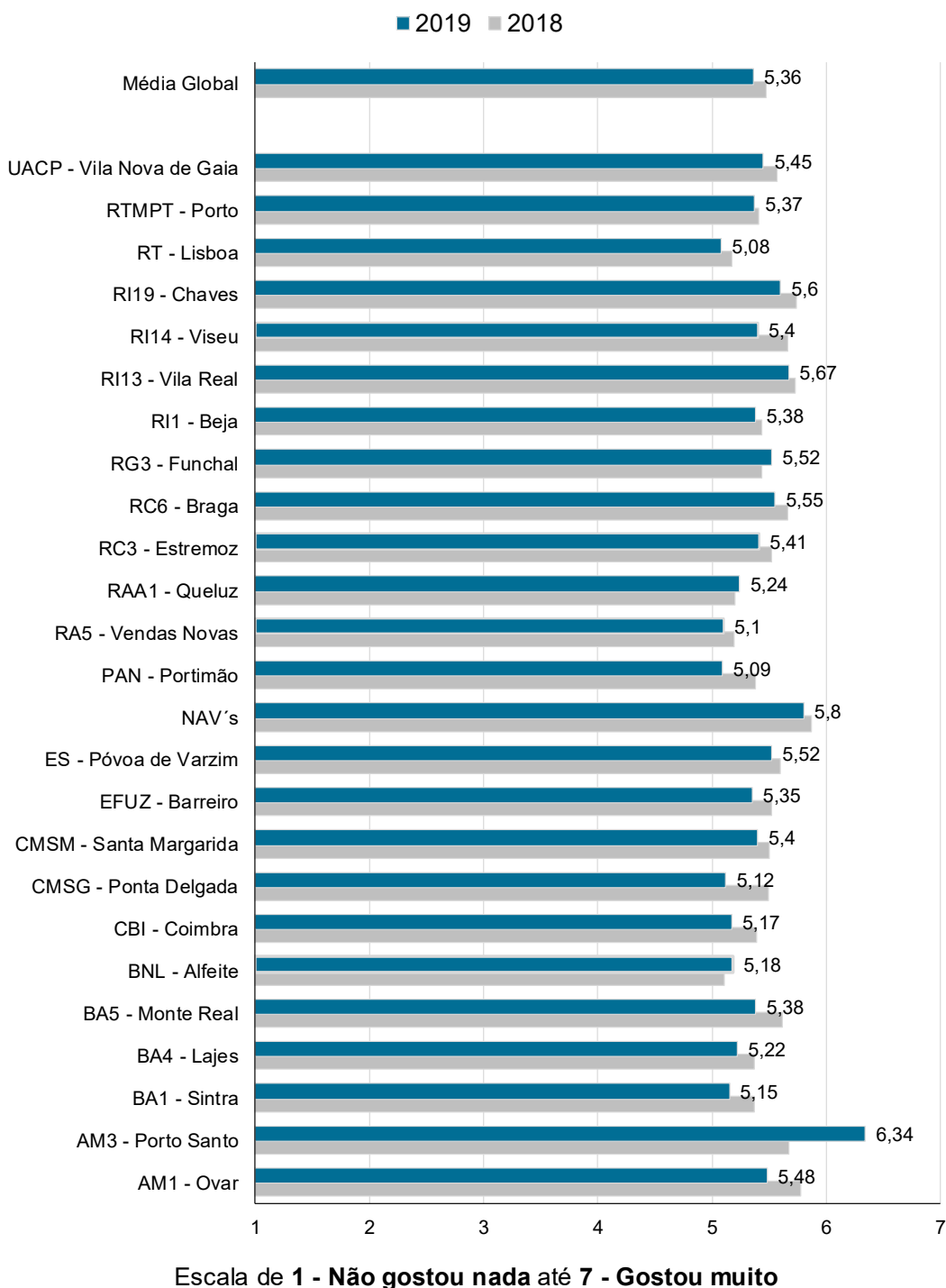
Neste sentido, importa desde logo clarificar que não se pretende que estes dados se constituam como um *ranking* de desempenho, porque as condições de execução do evento são muito específicas em cada CDDN e a própria população participante também apresenta, em cada um, características sociodemográficas algo distintas. . Porém, é possível demonstrar que a diversidade da implementação territorial do DDN não prejudica os resultados alcançados, já que em todos os locais onde se realizou este evento os valores de apreciação foram muito positivos.

Acresce-se que, para além da monitorização interna que os responsáveis poderão desenvolver, esta análise proporciona uma visão sobre a dimensão regional desta apreciação. O gráfico 32 poderá ser utilizado como um instrumento de gestão para cada CDDN individual, comparando o seu resultado deste ano com o do ano passado, podendo aferir se eventuais mudanças que tenham implementado surtiram efeitos (positivos ou negativos) sobre a apreciação final. Denote-se que, de uma forma global, os resultados são todos positivos, tendo-se registado uma tendência geral muito ténue de diminuição dos valores de apreciação quando comparados com os do ano transato. A exceção a esta tendência verifica-se nos CDDN do Funchal, do Alfeite, de Queluz e de Porto Santo, que registaram um incremento nos valores de apreciação. Por oposição, foram os CDDN de Ponta Delgada, de Ovar, de Portimão e de Viseu os que registaram decréscimos mais significativos face ao ano anterior.

Existe também alguma variação regional que é relevante. Nos Centros de Divulgação da região norte (Vila Real, Chaves, Braga, Póvoa de Varzim, Ovar), a apreciação tende a ser mais positiva. Já na área metropolitana de Lisboa (Lisboa, Queluz, Alfeite, Vendas Novas), os valores são tendencialmente mais baixos. Os valores de apreciação na Madeira (Funchal e Porto Santo) estão elevados, assim como os das NAV. Há, certamente, um efeito da variação regional da escolaridade a exercer alguma influência nestes resultados, mas é visível um efeito específico da região. Como nota final da interpretação deste gráfico, e como sustentação para o facto de que não deve ser

utilizado como “*ranking* de sucesso no DDN”, denota-se que o número de jovens que participaram no DDN é bastante díspar de um CDDN para outro. Dado que a média é particularmente sensível ao tamanho da amostra, este facto pode explicar oscilações em resultados com um número mais reduzido de participantes.

Gráfico 32. Variação da apreciação média sobre o DDN por CDDN.

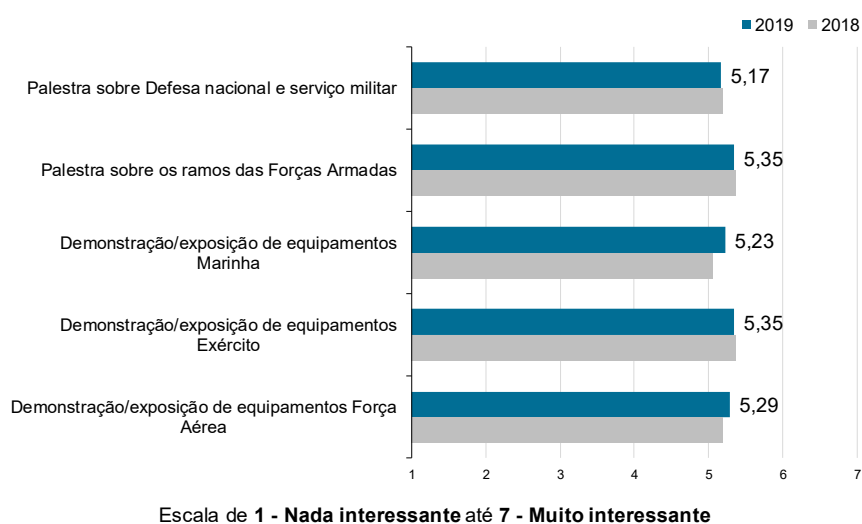


Apreciação dos conteúdos programáticos

Nos diversos componentes que constituem o programa do DDN, nomeadamente na dimensão que é responsabilidade da Defesa Nacional e das FA, os resultados de 2019 seguem, globalmente, a tendência do ano anterior.

Observando o gráfico 33, verifica-se uma estabilidade dos valores médios dos diferentes aspetos analisados, que se situam sempre acima do ponto 5 da escala de resposta, evidenciando, portanto, apreciações bastante positivas. No entanto, uma média positiva não significa que não haja espaço para melhorias, pelo que deverá ser reconhecido o potencial benefício que se poderia ver refletido nas apreciações, caso se proceda a um aperfeiçoamento dos diferentes conteúdos apresentados.

Gráfico 33. Apreciação média dos elementos do programa do DDN.



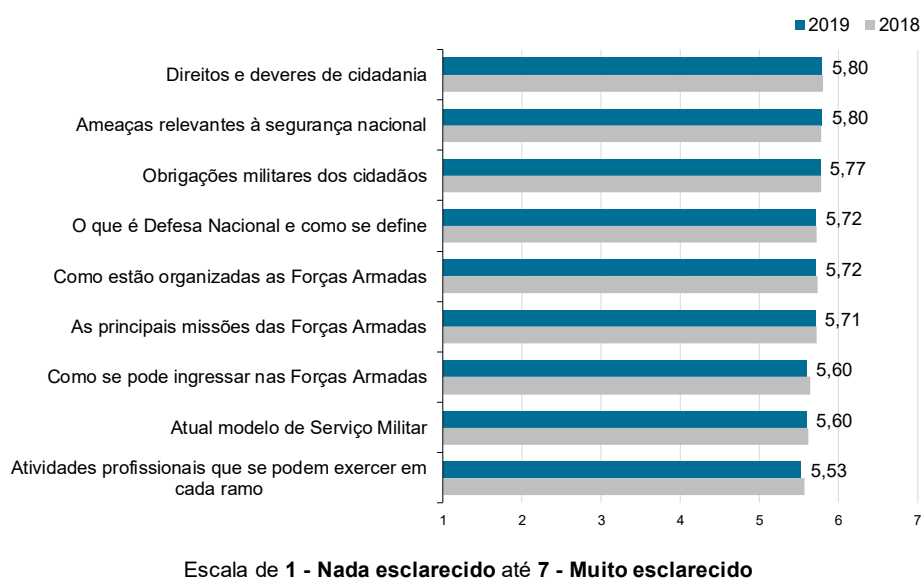
É de notar que a palestra sobre as Forças Armadas, cujo conteúdo é essencialmente teórico, obteve o valor médio mais elevado, a par com a demonstração/exposição de equipamentos do Exército. Este facto é relevante pois valida a escolha das temáticas ministradas, especialmente quando comparada com conteúdos interativos (as demonstrações/exposições de equipamento) que seriam tendencialmente mais atrativos para os jovens. A palestra sobre a Defesa Nacional e serviço militar, também de índole teórica e com valores médios bastante positivos, demonstra que existe ainda algum espaço de evolução.

No que respeita às demonstrações de atividades importa ainda considerar que os três ramos não as desenvolvem em todos os centros de divulgação. Todos os participantes

assistiram a uma demonstração por parte do Exército, mas apenas 19,8% (17175) assistiram a uma demonstração por parte da Força Aérea e só 14,4% (12464) assistiram a uma demonstração por parte da Marinha. Estes dois últimos ramos não têm assegurado nenhum tipo de demonstração pratica nos centros de divulgação que estão fora das suas unidades militares. É também relevante ressaltar que os meios empregues para as ditas demonstrações são heterogéneos entre os CDDN e dentro do próprio ramo que os emprega.

Relativamente ao grau de esclarecimento sobre as diversas temáticas, o gráfico 34 providencia um escalonamento do que os inquiridos julgam ter sido mais esclarecedor por oposição ao menos esclarecedor. É possível verificar uma maior perceção de compreensão face a fatores mais gerais e abrangentes como os direitos e deveres de cidadania, tendendo esta média a decrescer à medida em que a temática é mais particularizada e específica das FA, registando-se o valor mais baixo no esclarecimento acerca das atividades profissionais que se podem exercer em cada ramo. Dado que os valores estão todos acima do ponto médio da escala (e até acima do ponto 5 da escala), estes resultados são positivos. Não obstante, não deve ser esquecido que, se existe a intenção de utilizar o DDN também para transmitir informação concreta sobre a prestação de serviço militar, estas áreas de menor compreensão deverão ser trabalhadas.

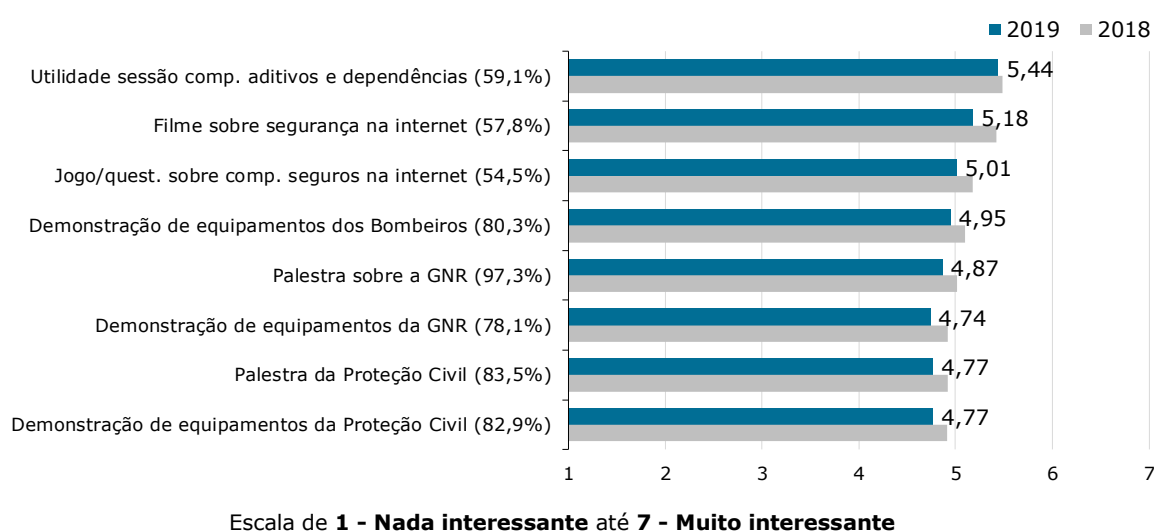
Gráfico 34. Média do grau de esclarecimento nas diversas temáticas abordadas no DDN.



No que concerne às atividades desenvolvidas pelas entidades parceiras, o propósito não é, aqui, proceder a uma avaliação das mesmas no sentido de as qualificar, até porque os conteúdos e respetiva configuração são da responsabilidade das próprias. No entanto, interessa dedicar um breve olhar à forma como os jovens as apreciam, no sentido de aferir o equilíbrio das várias dimensões que constituem o programa do DDN. Assim, através do gráfico seguinte é possível identificar valores de apreciação média positivos em todas as variáveis e, no geral, até equilibrados. Existe, no entanto, um percurso de melhoria e desenvolvimento a considerar decorrentes do facto de, à exceção da palestra sobre comportamentos aditivos e dependências (do SICAD), todos os restantes resultados estão abaixo do valor médio de apreciação do DDN (5,36), o que sugere que as entidades parceiras em causa (ANEPC, GNR e DGE) poderão desenvolver esforços no sentido de potenciar estes valores de apreciação.

Outra dimensão de análise presente no gráfico são as percentagens apresentadas em cada um dos elementos do programa das entidades parceiras. Estas percentagens representam a proporção de jovens que assistiu a esses elementos. Nesta dimensão, a disparidade é maior. A entidade com maior presença é a GNR, tendo ministrado a sua palestra a quase todos os jovens, seguido pelas atividades da Proteção Civil e Bombeiros. Por último, mais de 40% dos jovens não presenciaram a sessão sobre comportamentos aditivos e dependências, não visionaram o filme sobre segurança na internet, nem interagiram com o conteúdo inerente aos comportamentos seguros na internet.

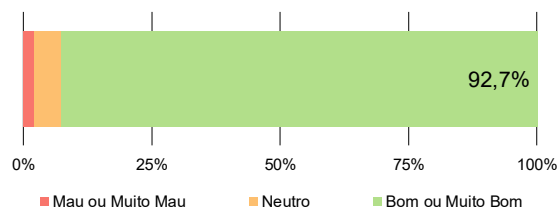
Gráfico 35. Apreciação média dos elementos do programa do DDN das entidades parceiras.



Apreciação de aspetos de funcionamento do DDN

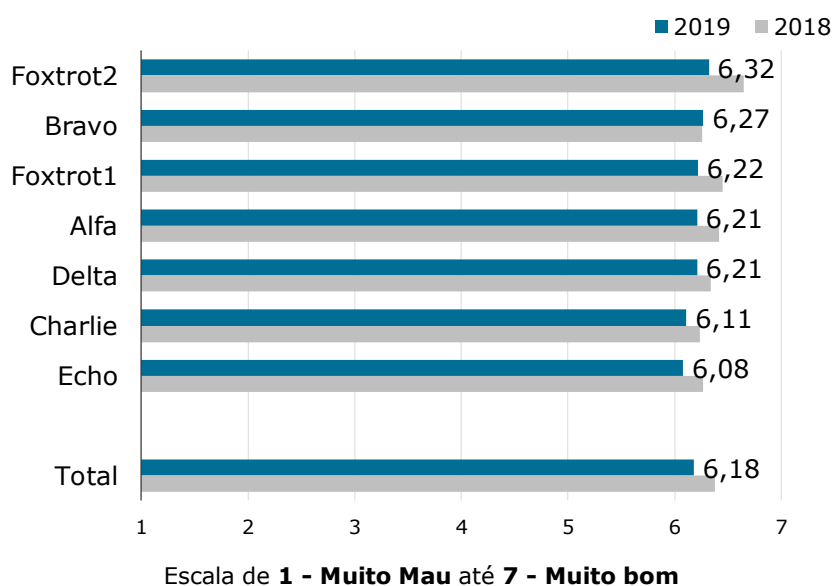
Neste domínio, uma das dimensões analisadas prende-se com o desempenho das equipas de divulgação da Defesa Nacional. Os valores obtidos são muito positivos, com 92,7% dos jovens a considerarem o desempenho global das equipas de divulgação bom ou muito bom, permitindo afirmar que estas se constituem como um dos elementos estruturantes para o desenvolvimento do próprio DDN.

Gráfico 36. Avaliação do desempenho das equipas de divulgação (N=86588).



Considerando agora as diferentes equipas de divulgação, plasmadas no gráfico abaixo, é possível observar que todas obtiveram avaliações médias bastante positivas. Ainda assim, é possível escaloná-las, criando aqui uma oportunidade de identificar, junto das mesmas, boas práticas que possam ser estandardizadas e disseminadas por todas.

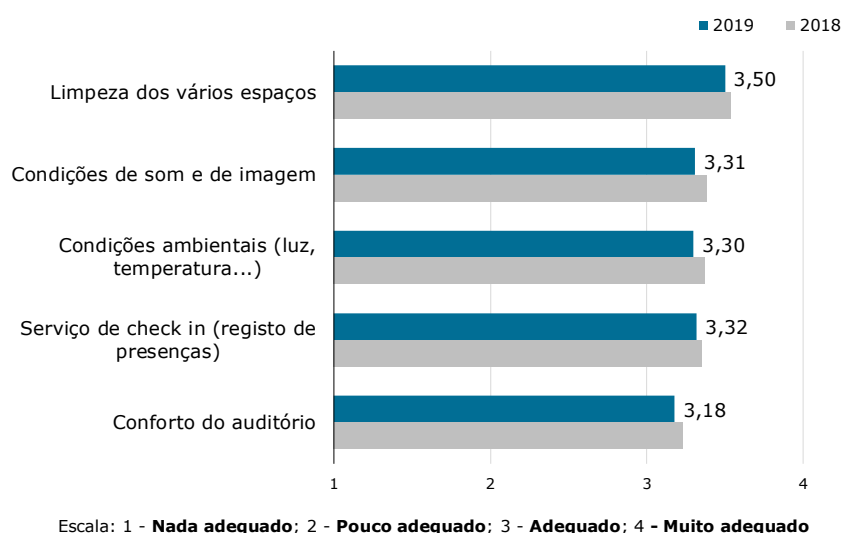
Gráfico 37. Dispersão média da avaliação de cada equipa de divulgação.



Além disso, o gráfico 37 permite também perceber que, quer o valor global de avaliação, quer os de cada equipa são inferiores aos registados em 2018, com exceção da equipa Bravo. Importaria aqui perceber se existiram fenómenos de alteração na composição das equipas (por exemplo, saída de divulgadores mais experientes) ou questões motivacionais dos militares que as compõem que possam ter impactado no seu desempenho.

Focando agora as condições dos espaços físicos onde se realiza e se desenvolvem as atividades do DDN, é possível aferir que, numa perspetiva global, os jovens estão satisfeitos com as condições que lhes são proporcionadas. A limpeza dos espaços utilizados é o fator com a apreciação média mais elevada, por oposição ao conforto dos auditórios que apresenta uma média mais baixa. Ainda assim, mesmo este último encontra-se acima do ponto médio da escala de medição utilizada. Face ao ano passado, os valores são muito ligeiramente inferiores, demonstrando, portanto, haver alguma margem de progressão (ver gráfico 38).

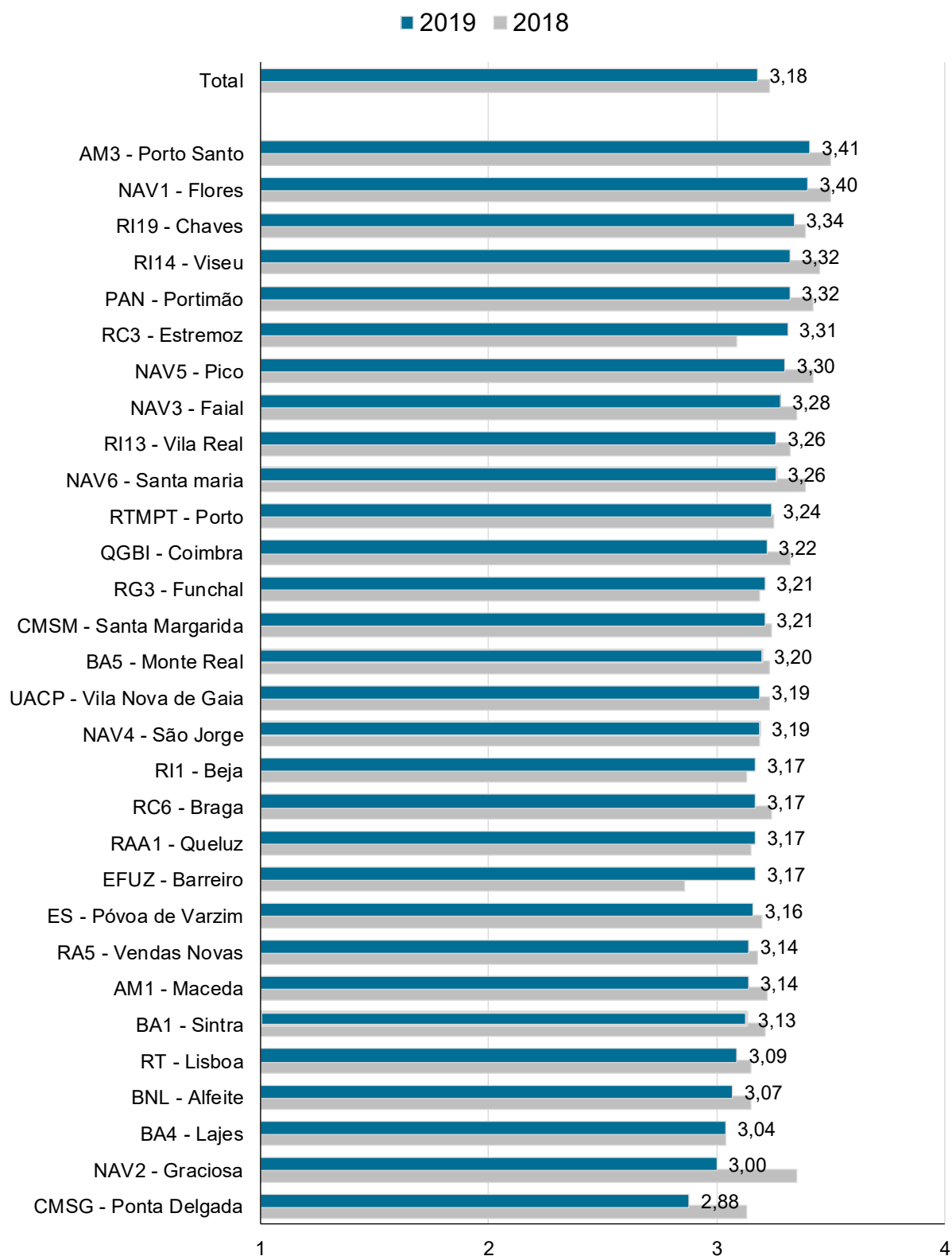
Gráfico 38. Apreciação média dos espaços associados aos CDDN.



Na página seguinte (gráfico 39), apresenta-se a variável sobre o conforto do auditório em cada um dos CDDN onde decorreu esta edição do DDN. Incluiu-se também o valor obtido na mesma variável, por cada CDDN, na edição do DDN do ano anterior. Este instrumento permite a comparação direta entre os dois anos, o que significa que é possível identificar o impacto positivo, neutro ou negativo de eventuais mudanças que tenham sido executadas quanto aos espaços onde decorre o DDN.

De uma maneira geral, a maioria dos espaços manteve o seu nível de apreciação média ainda que a tendência global seja de uma ligeira diminuição dos valores. Não entrando na análise as NAV dada a sua especificidade, foi nos CDDN de Ponta Delgada e de Viseu que se registaram as maiores descidas que, ainda assim, foram de baixa magnitude. De forma inversa, os incrementos mais significativos registaram-se nos CDDN de Estremoz e do Barreiro, ainda que neste último caso a apreciação se mantenha abaixo da média nacional global.

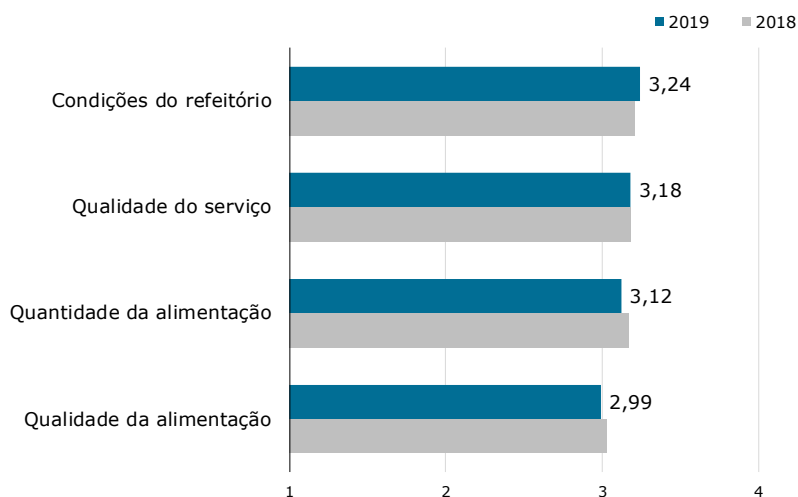
Gráfico 39. Apreciação média da condição dos espaços nos diversos CDDN.



Escala: 1 - Nada adequado; 2 - Pouco adequado; 3 - Adequado; 4 - Muito adequado

A última dimensão analisada diz respeito às várias componentes associadas à alimentação que é fornecida aos jovens participantes. Os valores, ainda que positivos, são um pouco mais baixos quando comparados com as outras dimensões, principalmente no que concerne à quantidade e qualidade de alimentação.

Gráfico 40. Apreciação média da alimentação fornecida.

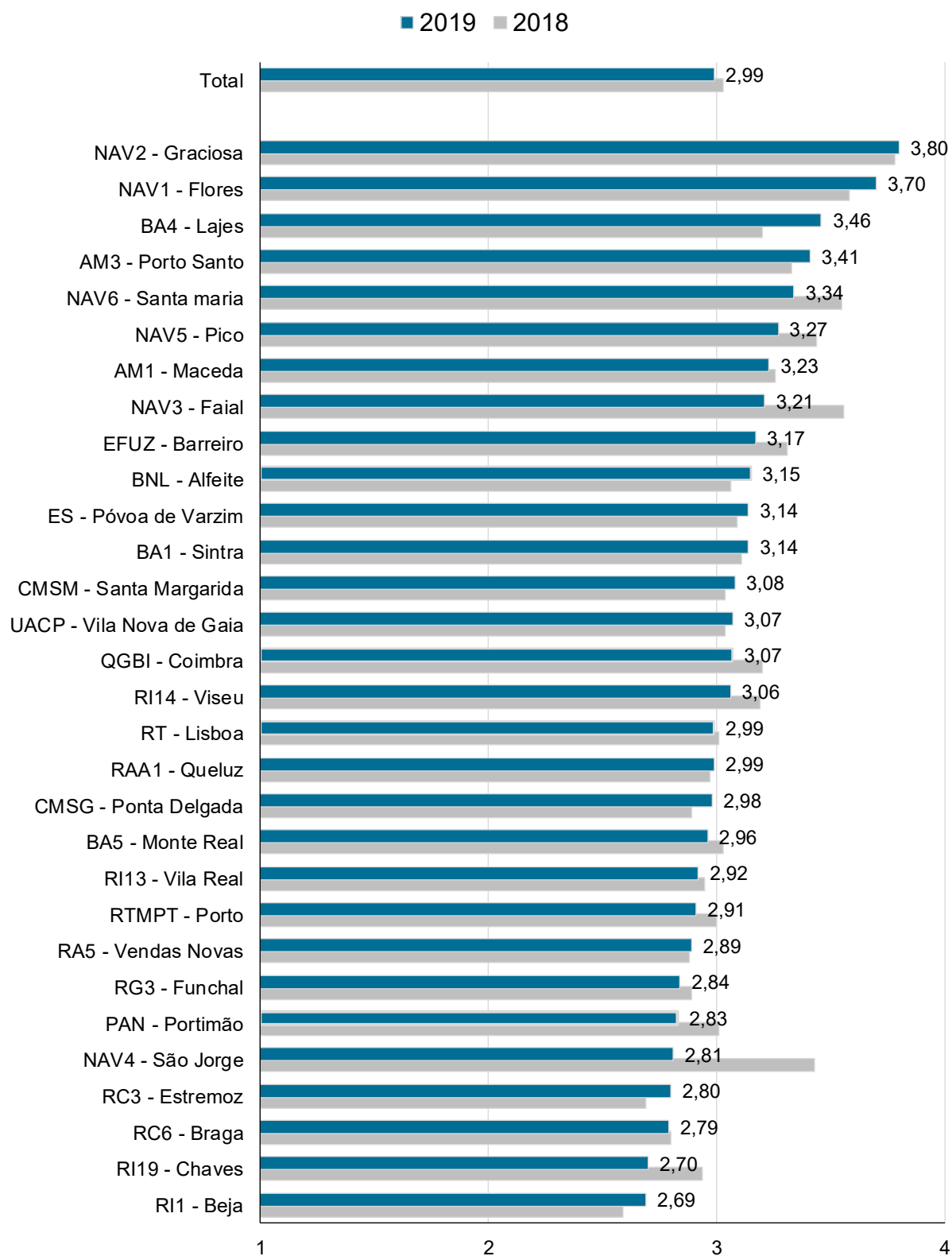


Escala: 1 - Nada adequado; 2 - Pouco adequado; 3 - Adequado; 4 - Muito adequado

A qualidade da alimentação é especialmente relevante dado que, embora se encontre acima de um ponto médio teórico desta escala (que seria o 2,5), na realidade o valor de 2,99 indica que um grande número de jovens considerou que a qualidade foi pouco adequada, sendo inclusive o valor médio deste ano inferior ao registado em 2018 (3,03).

Justifica-se, portanto, discriminar a avaliação da alimentação para cada CDDN com o objetivo de os Centros possuírem informação mais específica, caso pretendam melhorar este indicador ou aferir o impacto de eventuais medidas que tenham implementado (gráfico 41). Como se pode verificar através da leitura do gráfico abaixo, a variabilidade dos valores registados em função do CDDN é imensa e demonstra claramente que há margem/necessidade de desenvolver medidas para garantir um maior equilíbrio entre os vários centros.

Gráfico 41. Apreciação da qualidade da alimentação fornecida pelos diversos CDDN.



Escala: 1 - Nada adequado; 2 - Pouco adequado; 3 - Adequado; 4 - Muito adequado

Validação e sugestões de melhoria para o Dia da Defesa Nacional

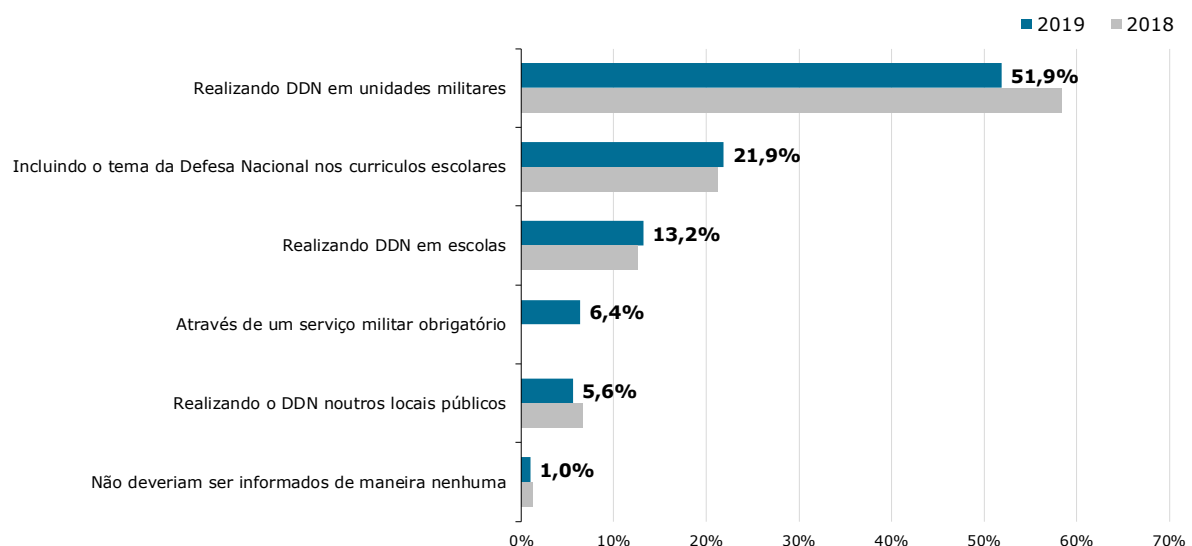
A validação do atual modelo em que assenta a operacionalização do DDN é um aspeto muito relevante. Ainda que se trate de um dever militar no qual a participação assume o carácter de obrigatoriedade, a perceção dos jovens acerca desta iniciativa e dos seus objetivos contribuiu para a aferição da sua eficácia no cumprimento da missão que lhe está conferida.

Nesta linha, não pode, portanto, ser desconsiderado o facto de apenas 1% dos jovens afirmarem que não deveria existir qualquer mecanismo de transmissão de informação sobre a Defesa Nacional e as FA (Gráfico 42).

Para a grande maioria dos restantes, o mais adequado é a realização do DDN em Unidades Militares ou com presença militar (51,9%), tal como é a base do atual modelo. No entanto, são também muito relevantes os 35,1% que apontam para uma maior interligação com o universo escolar, seja em termos de espaço de realização, seja em termos de inclusão do tema nos seus programas. À semelhança do que aconteceu de 2017 para 2018, este é um valor que voltou a subir face ao ano passado.

Talvez o que de mais significativo se retire desta informação é o facto de, apesar do carácter de obrigatoriedade, os jovens considerarem que o DDN é relevante e que a Instituição Militar deve continuar a assegurar o seu enquadramento.

Gráfico 42. Como devem os jovens ser informados sobre Defesa Nacional e as FA, em percentagem (N₂₀₁₈=66456; N₂₀₁₉=86522).

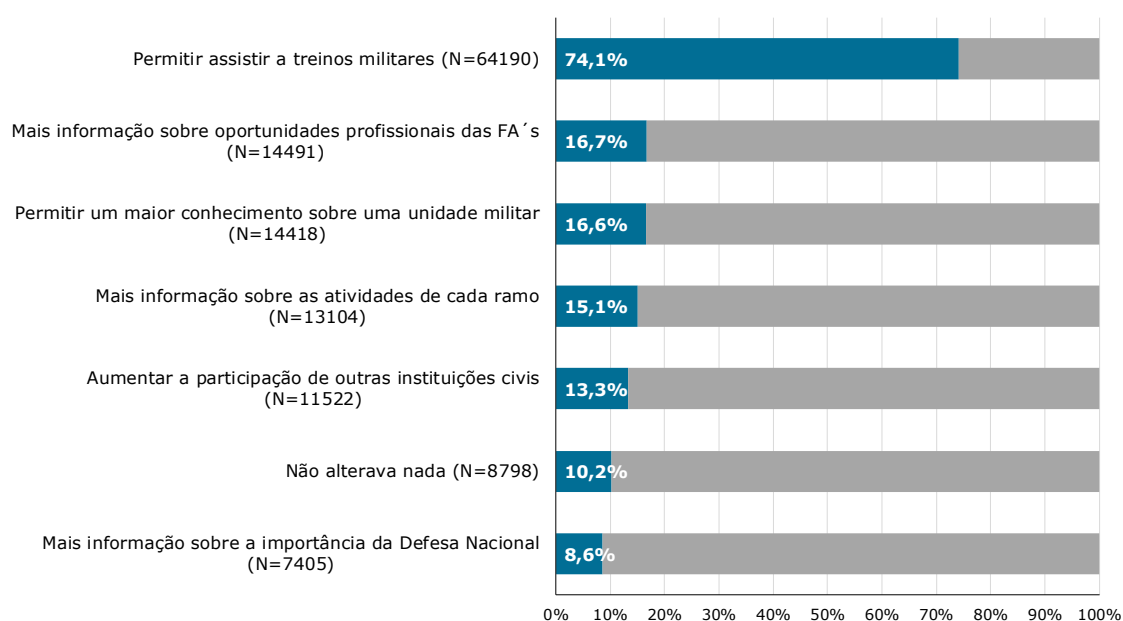


Em matéria de sugestões concretas relativamente ao programa do DDN, a opinião dos jovens é apresentada no gráfico 43. Cada jovem poderia sinalizar até duas sugestões, pelo que as percentagens apresentadas se referem ao número total de inquiridos, e os N apresentados se referem ao número de jovens que assinalou aquela sugestão.

Verifica-se que 74,1% do total de jovens inquiridos, ou 61 190 jovens, propõem que o DDN lhes proporcione a possibilidade de assistir a treinos militares. Poderá, eventualmente, considerar-se que subjacente a esta sugestão esteja o facto de ser esta a melhor maneira de compreender, de uma forma mais direta e realista, um contexto que lhes é algo desconhecido.

Com uma expressividade muito inferior, mas ainda relevante, salientam o aumento da informação sobre oportunidades profissionais das FA (16,7%), de um maior conhecimento sobre uma Unidade Militar (16,6%) e de mais informação sobre as atividades de cada ramo (15,1%). Agrupando estas sugestões, percebe-se que as temáticas relacionadas com as FA e com as suas atividades são as dimensões que os jovens mais querem ver abordadas no DDN. Poderá equacionar-se que isto revela, por um lado, interesse pelas FA e vontade de descobrir mais e, por outro, a eventual insuficiência da quantidade e/ou qualidade da informação que lhes foi prestada sobre estas matérias.

Gráfico 43. Sugestões de melhoria do DDN assinaladas pelos inquiridos, em percentagem.

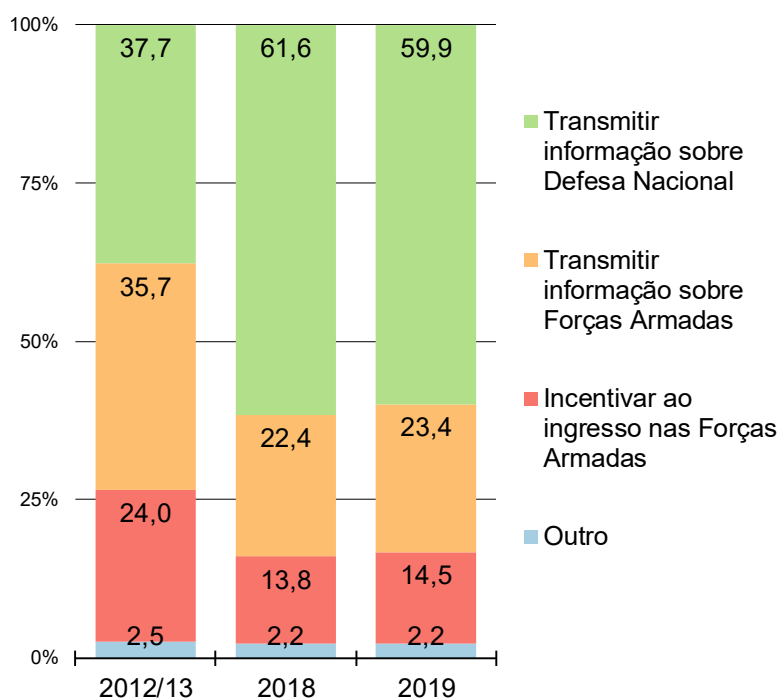


No gráfico 44 é apresentado outro indicador que poderá ser considerado complementar ao de apreciação sobre o DDN já que se relaciona com o que os jovens consideram ter sido o principal objetivo deste Dia.

No modelo anterior do DDN, mais concretamente até 2012/2013, os jovens consideravam como objetivo principal do mesmo a transmissão de informação sobre FA (35,7%) e a informação sobre Defesa Nacional (37,7%), perfazendo estes dois objetivos 73,4% da amostra. Após a reformulação do modelo do DDN, e consequente implementação em 2015, verificaram-se alterações na perceção do principal objetivo desta iniciativa. Em 2018, por exemplo, apenas 22,4% dos jovens consideram que o objetivo do DDN passa por transmitir informação sobre as FA, ao passo que 61,6% consideram que visa transmitir informação sobre a Defesa Nacional.

Em 2019, estes valores permanecem muito semelhantes, com 59,9% dos jovens a considerarem que o objetivo do DDN é transmitir informação sobre a Defesa Nacional, reforçando a conclusão de que está de facto a ser transmitido um conceito mais amplo de Defesa Nacional, com alguma perda de relevância para a componente militar do mesmo.

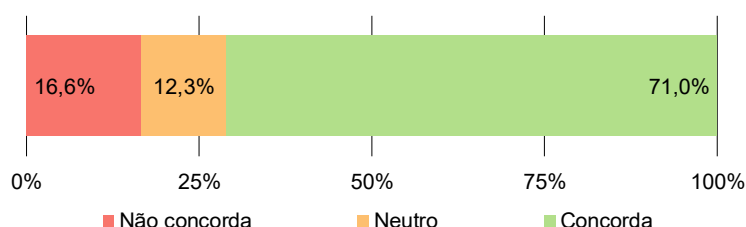
Gráfico 44. Perceção sobre o principal objetivo do DDN, em percentagem.



Para finalizar este ponto, segue-se uma breve referência ao “efeito” do Dia da Defesa Nacional. É certo que esta é uma matéria que não é passível de se medir no próprio dia, nem sequer com apenas um ou dois indicadores. Visando (in)formar sobre a Defesa Nacional e as sobre as FA, pode dizer-se que o seu real efeito só será visível ao longo da vida destes jovens, sem, contudo, se poder descurar que se trata apenas de um dia.

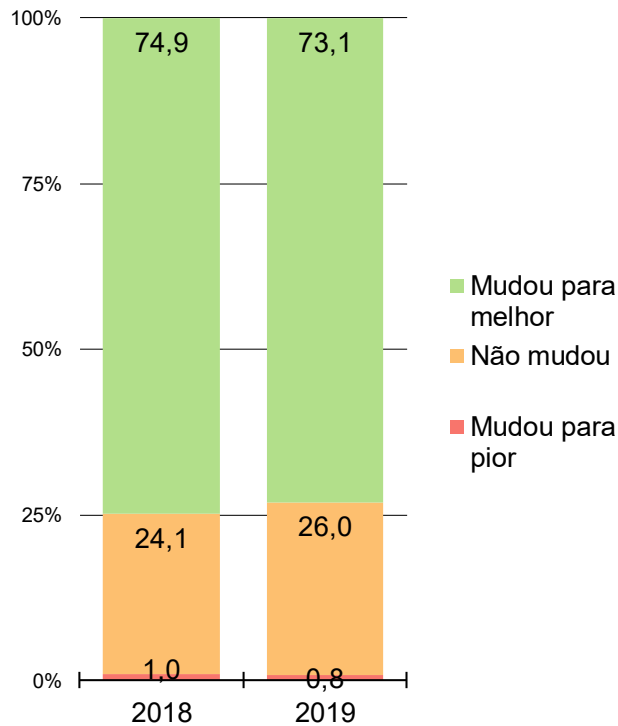
Para iniciar a análise, importa, desde logo, perceber qual o grau de concordância dos jovens com o carácter obrigatório desta iniciativa. Em termos médios, encontrou-se um valor de concordância de 5,34 (numa escala que varia entre 1 e 7), valor este reforçado pelos resultados expostos no gráfico 45. Aqui é possível verificar que 71% dos jovens concorda com a obrigatoriedade do DDN. E acrescente-se a este indicador o facto de serem os jovens mais escolarizados os que mais tendem a concordar com a obrigatoriedade (72,2% dos que frequentam o ensino superior *versus* 66,7% dos que possuem o 9.º ano ou menos), possivelmente porque compreendem o contributo e o alcance desta iniciativa para o seu percurso de cidadania.

Gráfico 45. Concordância com a obrigatoriedade do DDN, em percentagem (N=79533).



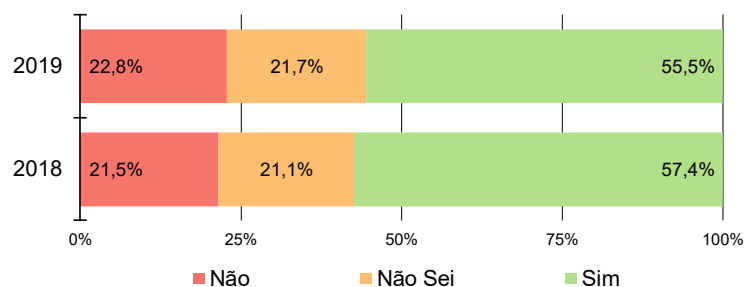
Avançando agora para outros indicadores de “efeito” que podem ser considerados relevantes por permitirem alguma monitorização da iniciativa, observe-se o gráfico 46. Nele estão expostos os resultados relativos à opinião com que os jovens ficaram relativamente às FA após a participação no DDN. A este respeito, verifica-se que 73,1% dos jovens afirmam que a sua opinião mudou para melhor, ao passo que apenas 0,8% referem uma posição inversa. Estes valores têm-se demonstrado estáveis nas várias edições do DDN, como é possível observar através dos dados de 2018 representados no mesmo gráfico.

Gráfico 46. Mudança de opinião sobre as FA após a participação no DDN, em percentagem
(N₂₀₁₈=66489; N₂₀₁₉=86502).



Para além deste facto, 55,5% dos participantes revelaram interesse em passar uma semana numa Unidade Militar, valor semelhante ao registado em 2018, e que reforça a procura de conhecer de uma forma mais experiencial o quotidiano dos militares e as suas atividades.

Gráfico 47. Interesse em passar uma semana numa Unidade Militar, em percentagem
(N₂₀₁₈=66483; N₂₀₁₉=86552).



O conjunto destes dados demonstra que o DDN aparenta exercer um efeito positivo em matéria de estruturação de opiniões e representações sobre a Defesa Nacional e sobre as FA, e, portanto, deve ser valorizado enquanto tal.

Influências sobre a apreciação global do DDN

Almejando analisar a influência de diversos fatores na opinião global sobre o DDN emitida pelos jovens em sede de questionário (medida numa escala de 1 a 7, em que este último valor representa o máximo de apreciação positiva), recorreu-se a um modelo de regressão linear múltipla.

A lógica inerente à escolha das variáveis para entrada na análise baseou-se na sua tipologia, isto é, selecionaram-se variáveis que respeitam aos conteúdos do DDN e às suas condições de funcionamento, sejam elas referentes às FA sejam as que se relacionam com a participação das entidades parceiras (GNR; ANEPC; DGE; SICAD). Esta opção pareceu-nos a mais adequada na medida em que permite identificar variáveis e fatores que influenciam a apreciação global do DDN, mas que são passíveis de serem melhorados e desenvolvidos pelas entidades que gerem e implementam este evento. Assim, o foco desviou-se das variáveis mais individuais dos jovens (*e.g.*, escolaridade; situação atual), que não podem ser alteradas, para os aspetos mais concretos associados à implementação do DDN.

Fizeram-se entrar na análise inicial 51 variáveis e após várias iterações de modelos explicativos, foi possível descartar variáveis supérfluas e/ou que não possuíam significância estatística. O modelo final é composto por 9 variáveis explicativas da apreciação global do DDN.

A tabela 5 apresenta o modelo ajustado e algumas medidas da sua qualidade. O modelo apresenta um bom ajustamento, sendo que as variáveis supracitadas explicam 51,5% da variação da apreciação global sobre o DDN (R^2 ajustado= 0,515; $F_{(9, 15368)} = 1810,975$; $p < 0,001$).

Todas as 9 variáveis são estatisticamente significativas para a predição da apreciação global, sendo possível hierarquizá-las quanto ao “peso” da sua influência, conforme se apresenta na tabela abaixo.

Tabela 5.

Fatores determinantes da apreciação global sobre o DDN (regressão linear múltipla).

Variáveis explicativas	Valores Beta	
Interesse da palestra sobre Defesa Nacional e Serviço Militar	0,177*	
Interesse da palestra sobre os ramos das FA	0,158*	
Avaliação do desempenho geral das equipas de divulgação	0,152*	
Interesse da demonstração/exposição de equipamentos do Exército	0,124*	
Interesse da palestra sobre a Proteção Civil	0,116*	
Interesse da palestra sobre a GNR	0,094*	
Conforto do auditório do CDDN	0,078*	
Utilidade atribuída à sessão sobre comportamentos aditivos e dependências	0,076*	
Qualidade da alimentação fornecida no CDDN	0,073*	
	R2 ajustado	0,515*
	F(9, 15368)	1810,975

* $p < 0,001$

Assim, como variáveis com maior importância, surgem as associadas ao programa do Dia da Defesa Nacional, nomeadamente a apreciação da palestra sobre Defesa Nacional e Serviço Militar ($\beta=0,177$) e sobre os ramos das FA ($\beta=0,158$). O terceiro fator com maior poder explicativo é o desempenho das equipas de divulgação ($\beta=0,152$), seguido da demonstração/exposição de equipamentos do Exército ($\beta=0,124$). O facto de apenas a demonstração de meios do Exército ter surgido com poder explicativo relevante, pode associar-se ao facto de estes meios estarem presentes em todos os CDDN, o que não acontece com os outros ramos. Seria, portanto, importante generalizar a presença de equipamentos da Marinha e da Força Aérea nos Centros, pois será de crer que a mesma poderá, de forma análoga à do Exército, contribuir para o incremento dos níveis de apreciação do DDN.

Sendo os primeiros quatro fatores associados diretamente ao papel das FA e dos ramos no DDN, surgem depois variáveis respeitantes às entidades parceiras: a palestra da Proteção Civil ($\beta=0,116$) e da GNR ($\beta=0,094$), bem como a utilidade percebida da sessão de esclarecimento sobre comportamentos aditivos e dependências do SICAD ($\beta=0,076$).

Importa ainda mencionar a relevância de fatores relacionados com os aspetos mais logísticos da iniciativa, nomeadamente o conforto dos auditórios ($\beta=0,078$) e a qualidade da alimentação ($\beta=0,073$).

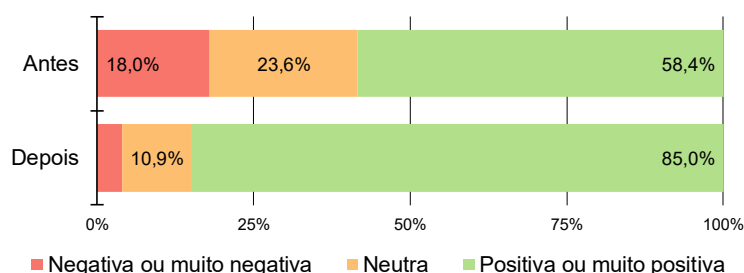
Em suma, a relevância destes resultados prende-se com a confirmação estatística de que um investimento na sua melhoria, trará, com maior probabilidade, incrementos na avaliação que os jovens fazem do DDN. Por outro lado, sinaliza também a necessidade de rever e melhorar outros componentes (como a demonstração de equipamentos da Marinha, da Força Aérea, da Proteção Civil e dos Bombeiros, a participação da DGE, entre outros), que poderão não estar a ser devidamente rentabilizados para influenciar positivamente a apreciação da iniciativa.

3. Representações sobre as Forças Armadas

Os dados apresentados nesta secção visam descrever, em traços gerais, o que os jovens pensam sobre as FA, seja enquanto instituição, seja pelas oportunidades profissionais que proporcionam.

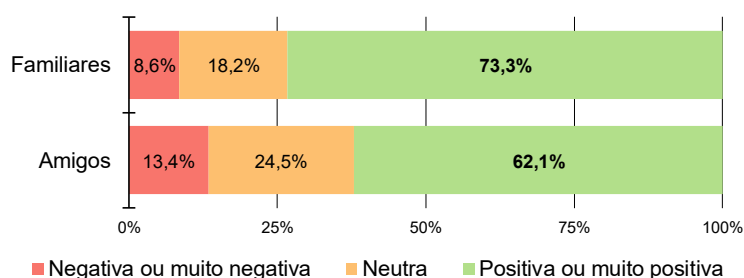
Como primeiro indicador, atente-se ao gráfico 48 que compara a opinião dos participantes acerca das FA, antes e depois da participação no DDN. Verifica-se que a participação neste Dia afeta a opinião declarada por estes jovens, já que a percentagem dos mesmos com uma opinião positiva ou muito positiva sobe de 58,4% para 85% após os eventos do Dia. Também de relevo é a percentagem de jovens com uma opinião negativa ou muito negativa, que decresce acentuadamente de 18% antes da iniciativa para 4% depois da mesma.

Gráfico 48. Opinião sobre as FA antes e depois da participação no DDN.



Como indicador sobre a imagem que é transmitida pela sua rede social, aferiu-se também qual a opinião sobre as FA detida pelos familiares e amigos dos jovens participantes. Mais uma vez, encontra-se uma opinião bastante favorável, sobretudo por parte dos familiares, ainda que passível de melhorar.

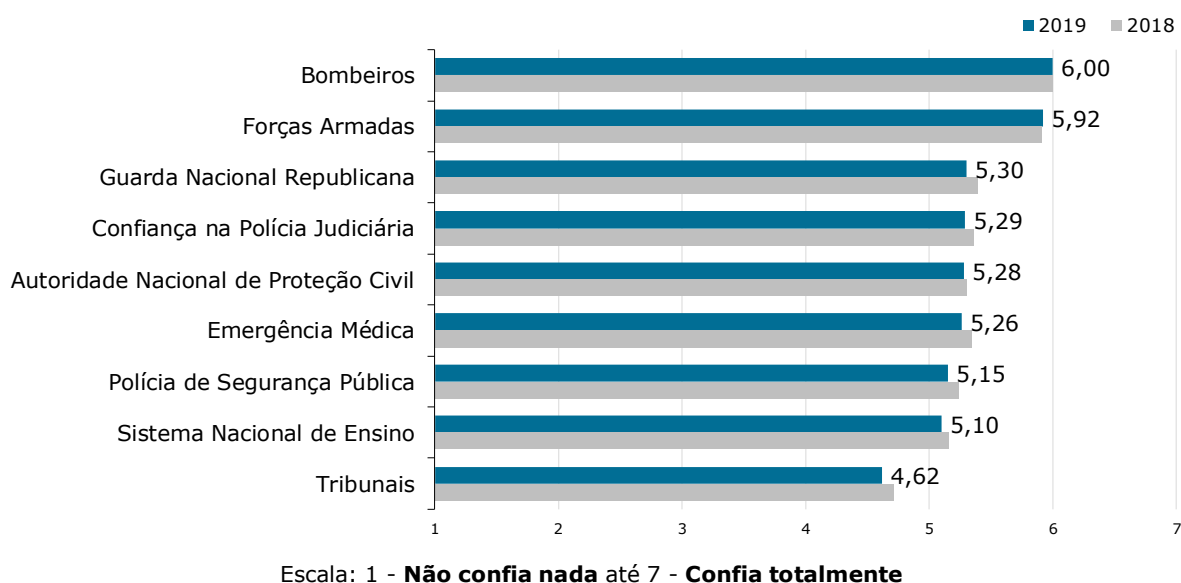
Gráfico 49. Opinião detida pelos amigos e familiares sobre as FA.



Representações de tipo institucional

A primeira variável considerada nesta subsecção, exposta no gráfico 50, compara o nível médio de confiança que os jovens atribuem a diversas instituições que contribuem para a Defesa Nacional, interna e externa, para a proteção civil ou para o apoio às populações. A todas estas são atribuídos valores positivos e acima do ponto médio da escala (que seria o valor “4”), ficando a confiança nas FA escalonada em segundo lugar, sendo ultrapassada apenas pela confiança nos Bombeiros. A confiança nos Tribunais (variável que, juntamente com o “Sistema Nacional de Ensino”, foi adicionada ao questionário de 2018) é a mais baixa de todas as instituições aferidas.

Gráfico 50. Nível médio de confiança dos jovens nas diferentes instituições do país.



Foi também pedido aos jovens que manifestassem o seu grau de concordância relativamente a um conjunto de frases sobre as FA. Estas frases visavam aferir o que pensavam os inquiridos acerca da necessidade de o país ter FA, assim como o grau de organização, de preparação e de eficiência que lhes reconheciam. Os dados obtidos (gráfico 51) demonstram que, de uma forma muito clara, os jovens concordam com a necessidade de existência das FA para a segurança do país e também se pronunciam de forma muito positiva relativamente à sua eficácia no cumprimento das missões e ao seu nível de organização. Assim, pode dizer-se que, do ponto de vista institucional, as

FA têm uma muito boa aceitação junto da população jovem, o que em termos de processos de comunicação organizacional é uma base de partida bastante sólida.

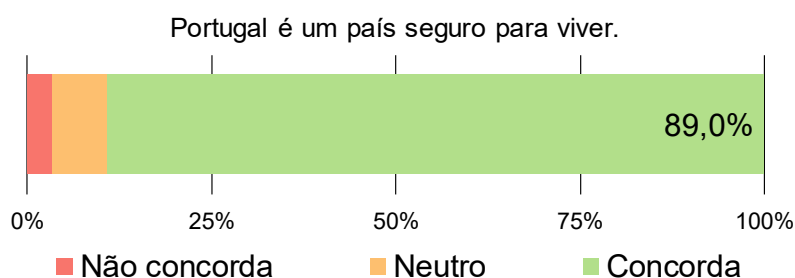
Gráfico 51. Média da valorização institucional das FA.



Sentimento de Segurança

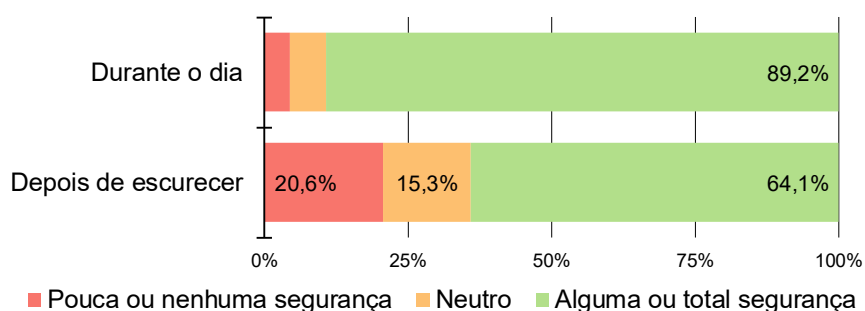
No gráfico 52, é possível constatar que os inquiridos consideram, na sua grande maioria, que Portugal é um país seguro para viver. Relativamente aos 3,3% de jovens que não concorda com esta afirmação, encontram-se distribuídos por todos os distritos em estudo, com maior incidência em Lisboa (671 jovens), no Porto (462 jovens) e em Setúbal (277 jovens).

Gráfico 52. Opinião dos participantes sobre a segurança no nosso país (N=86595).



Procurando aprofundar esta questão da segurança, através do gráfico 53 percebe-se que a grande maioria se sente seguro ao andar sozinho na sua zona de residência durante o dia. No entanto, durante a noite, a opinião não é tão homogénea com 20,6% dos inquiridos a referir que sentem pouca ou nenhuma segurança e 15,3% que nem se consideram seguros nem inseguros. Nestas duas novas variáveis, verifica-se a mesma tendência de representatividade por todos os distritos em estudo, mantendo-se Lisboa, Porto e Setúbal como os três distritos mais referidos como inseguros, com uma maior incidência de insegurança depois de escurecer.

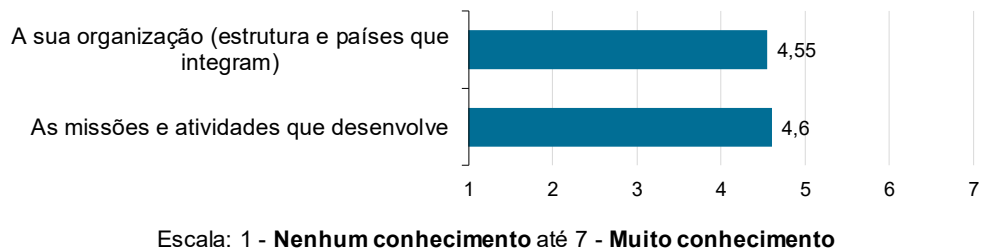
Gráfico 53. Opinião acerca da segurança que sente ao andar sozinho pela sua zona de residência.



Conhecimento sobre a OTAN

Relativamente ao grau de conhecimento que os participantes declaram ter sobre a OTAN (gráfico 54), nomeadamente sobre a sua organização e sobre as suas missões, verificam-se médias próximas do ponto médio da escala. Estes resultados evidenciam algum desconhecimento desta Organização por parte dos inquiridos, sugerindo a necessidade de avaliar a pertinência do reforço dos conteúdos sobre esta matéria no programa do DDN.

Gráfico 54. Grau de conhecimento que os participantes consideram ter sobre a OTAN.



Representações de tipo profissional sobre as Forças Armadas

Noutra perspetiva, a das representações profissionais, procurou-se perceber o que pensam os jovens, em termos gerais, acerca do emprego proporcionado pelas FA, por se considerar esta uma matéria essencial para posteriormente se analisar o nível de atratividade que o mesmo suscita. Os dados obtidos revelam que este domínio de representação apresenta valores mais baixos que a vertente institucional, mas ainda assim muito favoráveis (gráfico 55).

Gráfico 55. Perceção média sobre as características de um emprego nas FA.



As perceções associadas mais positivamente ao emprego proporcionado pelas FA são o facto de poder ser praticado bastante exercício físico, de proporcionar uma boa experiência profissional, de permitir a continuação de estudos e a evolução na carreira. Inversamente, os valores mais baixos de apreciação, embora positivos, prendem-se com a remuneração que proporciona e com o grau de atratividade das atividades que comporta.

Procurou aferir-se a existência de alguma diferença nestas perceções entre jovens de ambos os sexos, em jovens com diferentes escolaridades concluídas ou frequentadas e diferenças entre grupos formados pela junção de ambas as variáveis. Na variável da

escolaridade não se verificaram diferenças relevantes. Na variável do sexo, verifica-se a mesma ordenação plasmada no gráfico 55 para ambos os sexos. No entanto, os valores médios de concordância com cada característica são sempre maiores no sexo feminino:

- Relativamente à variável “*permite praticar bastante exercício físico*”, existem evidências estatísticas para afirmar que a média de concordância é diferente entre o ambos os sexos ($t(86343) = -3,200$; $p < 0,001$). De facto, a concordância média feita pelos inquiridos do sexo masculino é de 6,07 (desvio-padrão = 1,190), enquanto que pelas inquiridas do sexo feminino é de 6,10 (desvio-padrão = 1,136). Sendo ambas as médias positivas, as mulheres apresentam maior concordância com esta característica de um emprego nas FA;
- Relativamente à variável “*proporciona uma boa experiência profissional*”, existem evidências estatísticas para afirmar que a média de concordância é diferente entre o ambos os sexos ($t(86342) = -18,972$; $p < 0,001$). De facto, a concordância média feita pelos inquiridos do sexo masculino é de 5,73 (desvio-padrão = 1,290), enquanto que pelas inquiridas do sexo feminino é de 5,89 (desvio-padrão = 1,190). Sendo ambas as médias positivas, as mulheres apresentam maior concordância com esta característica de um emprego nas FA;
- Relativamente à variável “*permite a continuação de estudos*”, existem evidências estatísticas para afirmar que a média de concordância é diferente entre o ambos os sexos ($t(86345) = -27,404$; $p < 0,001$). De facto, a concordância média feita pelos inquiridos do sexo masculino é de 5,63 (desvio-padrão = 1,379), enquanto que pelas inquiridas do sexo feminino é de 5,88 (desvio-padrão = 1,249). Sendo ambas as médias positivas, as mulheres apresentam maior concordância com esta característica de um emprego nas FA;
- Relativamente à variável “*permite evoluir na carreira*”, existem evidências estatísticas para afirmar que a média de concordância é diferente entre o ambos os sexos ($t(86338) = -20,522$; $p < 0,001$). De facto, a concordância média feita pelos inquiridos do sexo masculino é de 5,60 (desvio-padrão = 1,321), enquanto que pelas inquiridas do sexo feminino é de 5,77 (desvio-padrão = 1,210). Sendo ambas as médias positivas, as mulheres apresentam maior concordância com esta característica de um emprego nas FA;

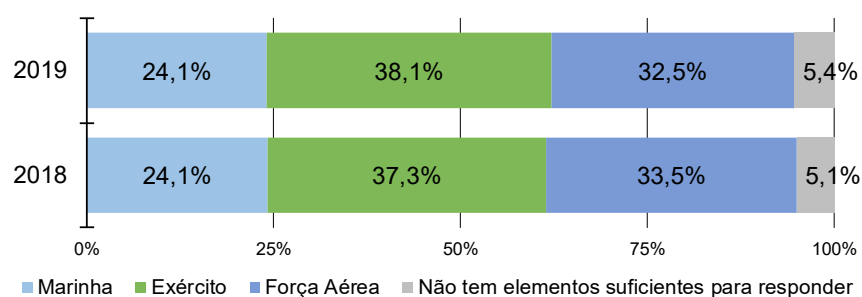
- Relativamente à variável “*tem atividades interessantes, atrativas e desafiantes*”, existem evidências estatísticas para afirmar que a média de concordância é diferente entre o ambos os sexos ($t(86342) = -13,776$; $p < 0,001$). De facto, a concordância média feita pelos inquiridos do sexo masculino é de 5,39 (desvio-padrão = 1,380), enquanto que pelas inquiridas do sexo feminino é de 5,52 (desvio-padrão = 1,333). Sendo ambas as médias positivas, as mulheres apresentam maior concordância com esta característica de um emprego nas FA;
- Relativamente à variável “*é bem visto pela sociedade*”, existem evidências estatísticas para afirmar que a média de concordância é diferente entre o ambos os sexos ($t(86340) = -13869$; $p < 0,001$). De facto, a concordância média feita pelos inquiridos do sexo masculino é de 5,39 (desvio-padrão = 1,350), enquanto que pelas inquiridas do sexo feminino é de 5,51 (desvio-padrão = 1,295). Sendo ambas as médias positivas, as mulheres apresentam maior concordância com esta característica de um emprego nas FA;
- Relativamente à variável “*é bem pago*”, existem evidências estatísticas para afirmar que a média de concordância é diferente entre o ambos os sexos ($t(86340) = -25,074$; $p < 0,001$). De facto, a concordância média feita pelos inquiridos do sexo masculino é de 4,96 (desvio-padrão = 1,470), enquanto que pelas inquiridas do sexo feminino é de 5,20 (desvio-padrão = 1,367). Sendo ambas as médias positivas, as mulheres apresentam maior concordância com esta característica de um emprego nas FA.

Em suma, as jovens do sexo feminino tendem a expressar maior concordância com as representações profissionais sobre as FA aqui plasmadas. Assim, é importante considerar que os dados aqui plasmados permitem perceber como é visto um emprego nas Forças Armadas pelos, assim como a diferenciação de perspetivas por género. Dados que interessam às Forças Armadas como entidade empregadora.

A atratividade dos ramos das Forças Armadas

Para finalizar esta temática, aborda-se a questão da atratividade dos ramos de uma forma genérica, sem estar associada a intenções de ingresso e apenas para aferir a relação que existe entre os mesmos neste domínio.

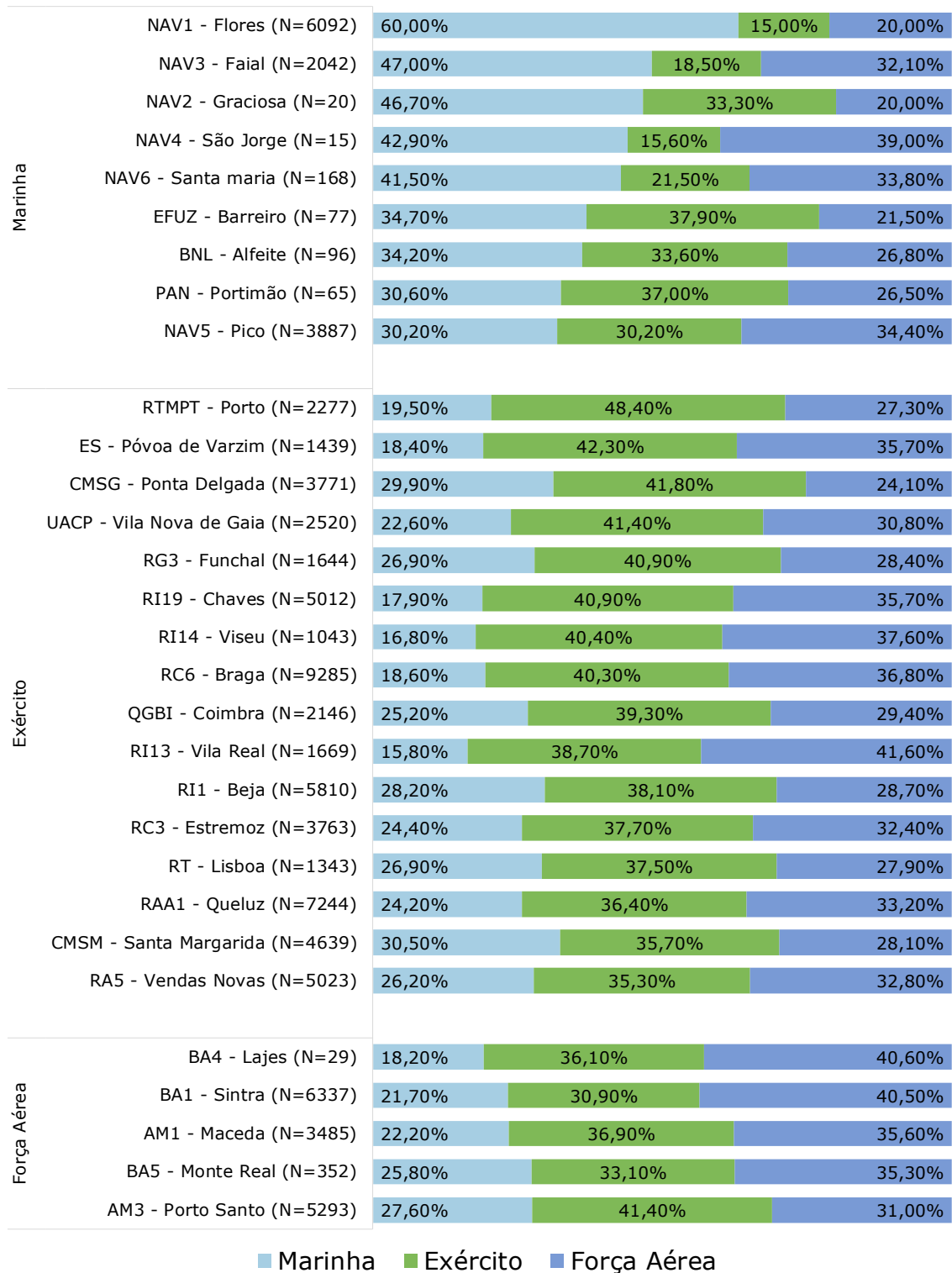
Gráfico 56. Atratividade dos ramos das FA, em percentagem (N₂₀₁₈=66537; N₂₀₁₉=86586).



A informação recolhida permite observar uma taxa de atratividade mais elevada no Exército (38,1%), seguida pela Força Aérea (32,5%) e, por último, a Marinha (24,1%) – gráfico 56. A expressão territorial e a dimensão quantitativa de cada um dos ramos poderão ter algum poder explicativo para as diferenças de atratividade registadas, sendo por isso natural que o Exército seja o ramo que apresenta os valores mais elevados. Ainda assim, tanto a Marinha como a Força Aérea ocupam um espaço considerável, que inclusive, tem demonstrado um ligeiro crescimento nos últimos 10 anos, tal como tem sido evidenciado em estudos anteriores. Outro fator que parece possuir alguma associação a esta atratividade é o Centro de Divulgação onde decorre o DDN (e onde os dados são recolhidos). No gráfico 57, apresenta-se a variável em estudo para cada um dos CDDN onde decorreu este dever militar. Essencialmente, os dados demonstram a dispersão da atratividade de cada um dos ramos nos diversos pontos do território. De uma maneira geral (mas com exceções), o ramo a que pertence o CDDN é o que regista maior atratividade nesse centro. Em 7 dos 9 CDDN e NAVs localizados em Unidades da Marinha é este o ramo que apresenta maior atratividade, em 15 dos 16 CDDN do Exército é este o ramo que apresenta maior atratividade e em 3 dos 5 CDDN da Força Aérea é este o ramo que apresenta maior atratividade. A associação entre uma maior atratividade atribuída pelos jovens ao ramo que enquadra o centro onde decorre o DDN é relevante. Talvez não seja possível eliminar a “influência” do ramo que acolhe o Centro de Divulgação, mas a presente informação justifica que cada ramo considere o reforço da sua presença nos centros que não são geridos por si, de forma a assegurar algum

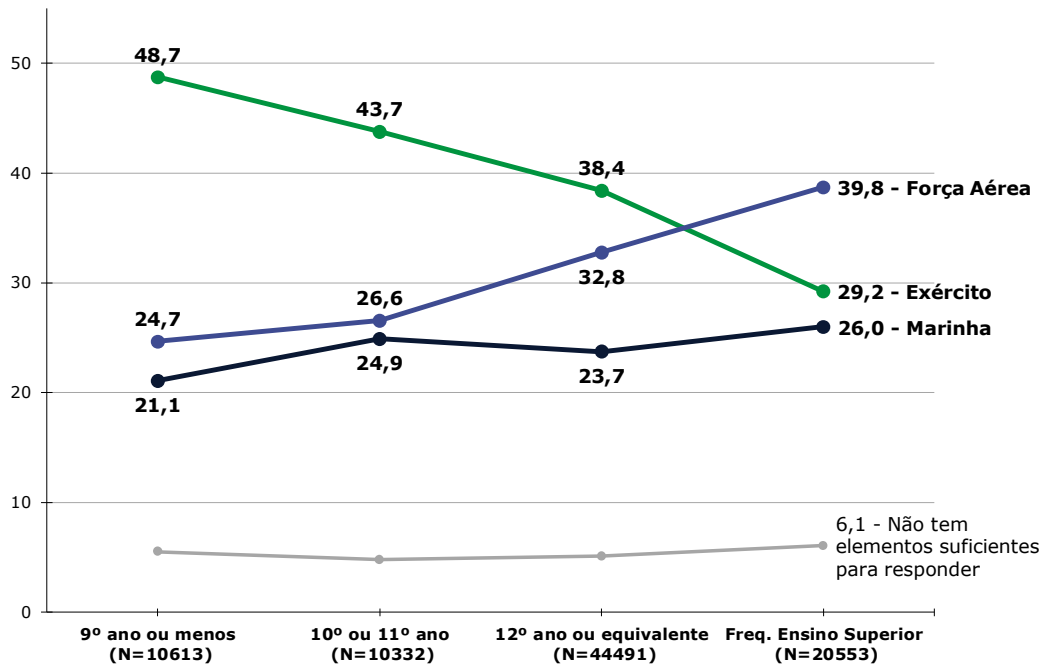
nível de informação e de presença junto de públicos que não têm contactos diretos com as suas unidades. Esta poderá ser uma forma de atenuar os efeitos da distribuição regional de cada um.

Gráfico 57. Atratividade dos ramos das FA, por CDDN (N=86586).



Relativamente à variação desta atratividade em função da escolaridade, a informação demonstra uma clara tendência. Atente-se ao gráfico 58.

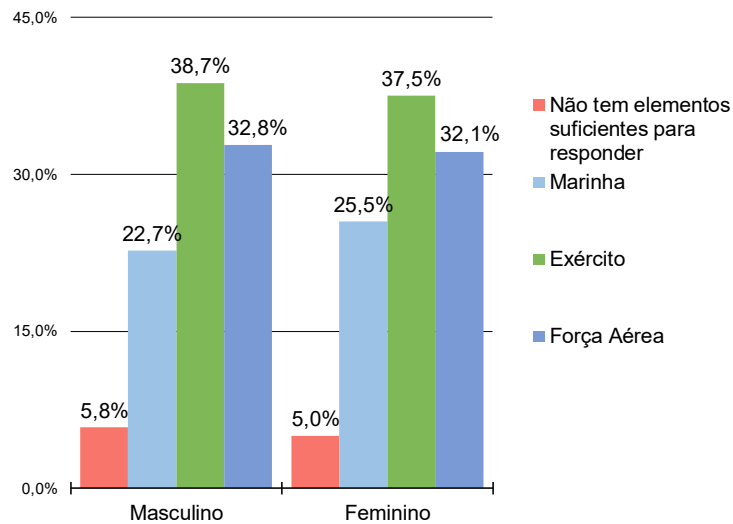
Gráfico 58. Atratividade dos ramos das FA em função da escolaridade, em percentagem.



A atratividade da Marinha aumenta com o aumento da escolaridade, encontrando-se os dois polos opostos de escolaridade a uma distância de 4,9%. A Força Aérea também demonstra esta tendência, sendo inclusive bastante mais acentuada, com uma diferença de 15,1% entre os dois polos opostos. O Exército apresenta uma tendência contrária, vendo a sua atratividade a decrescer à medida que a escolaridade aumenta, representando, este decréscimo, uma diferença de 19,5% entre os dois extremos da escolaridade. Existe uma aproximação entre a Força Aérea e o Exército ao nível do 12.º ano de escolaridade, encontrando-se a maior inflexão, em sentidos opostos, na passagem deste nível de escolaridade para o ensino superior. Adicionalmente, fica claro que no universo simbólico dos jovens há um dos ramos que assume o protagonismo quando se tem em conta a variável da escolaridade – a Força Aérea. A informação do gráfico anterior é, portanto, muito importante, pois permite a cada um dos ramos saber qual o seu posicionamento junto dos jovens e, assim, fundamentar as ações que entender necessárias em função do objetivo (manter ou inverter a posição). Ressalva-

se também o facto de apenas uma percentagem reduzida de jovens não identificar um dos ramos como o mais atrativo.

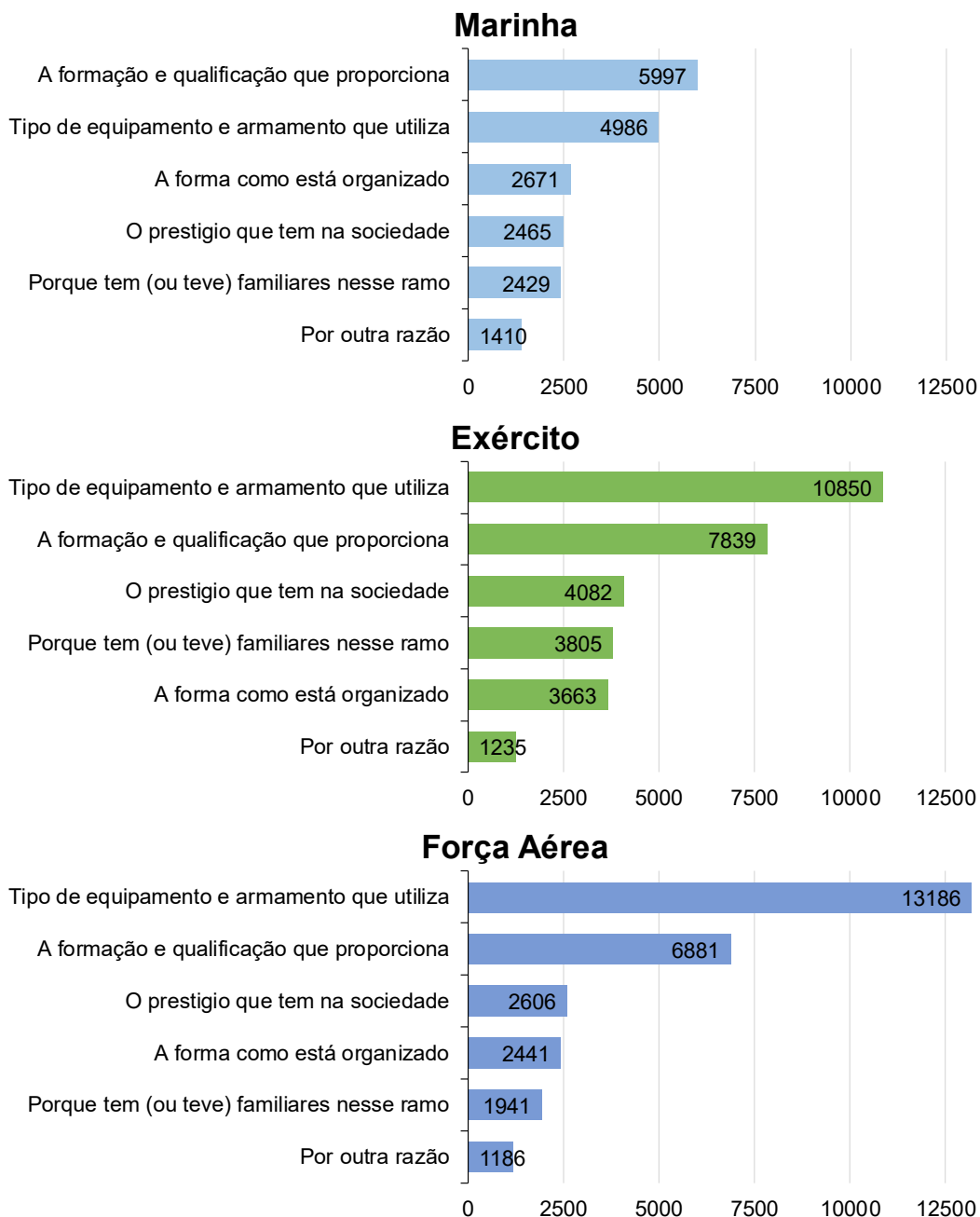
Gráfico 59. Atratividade dos ramos das FA em função do sexo, em percentagem
($N_{\text{masculino}}=43776$; $N_{\text{feminino}}=42565$).



No gráfico acima, é possível perceber que o padrão de atratividade dos ramos não varia muito em função do sexo dos participantes. De facto, quer os jovens quer as jovens identificam o Exército como sendo o mais atrativo, seguido da Força Aérea e depois a Marinha, com percentagens também bastante idênticas. Assim, os resultados não permitem afirmar que um dos sexos possui preferências diferenciadas quanto à atratividade dos ramos.

Relativamente às razões para identificarem um ramo como o mais atrativo ou interessante (gráfico 60 na página seguinte), a principal razão associada à Marinha é a formação e qualificação que proporciona. Para o Exército e para a Força Aérea, o tipo de equipamento e armamento que utilizam é a razão mais referida para a escolha.

Gráfico 60. Razões para considerar o ramo como “o mais interessante ou atrativo”.

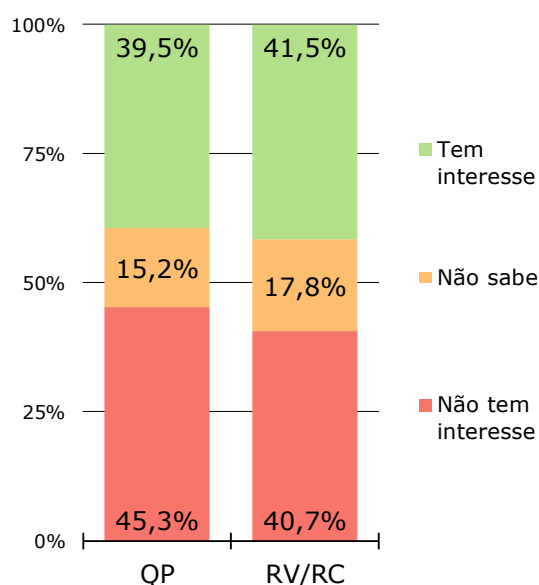


4. A Predisposição para o ingresso nas Forças Armadas

Uma outra dimensão de análise pertinente prende-se com a manifestação de intenção dos jovens em ingressar nas FA. O gráfico 61 permite observar a percentagem de jovens que manifestou interesse em ingressar nas duas principais modalidades de prestação de serviço: o Quadro Permanente (QP) e o Regime de Voluntariado e de Contrato (RV/RC). Os resultados mostram que 41,5% dos jovens admite interesse em ingressar no RV/RC e 39,5% no QP. No extremo oposto, isto é, dos que não manifestam interesse, encontram-se 45,3% que rejeitam a possibilidade de ingresso no QP e 40,7% no RV/RC. Também relevantes, nomeadamente para a definição de planos de comunicação, são as percentagens de jovens que não se pronunciaram em nenhum sentido, opção que poderá estar associada a falta de informação ou desconhecimento acerca das modalidades de prestação de serviço militar e das ofertas profissionais das FA, ou mesmo a situações de alguma indefinição dos jovens relativamente à configuração possível do seu futuro profissional

É, no entanto, importante destacar aqui que, com o nível de informação que possuem, poderá não ser fácil ter uma distinção clara das opções profissionais do QP e do RV/RC. Mas também não é nossa intenção avaliar o interesse das duas de uma forma comparada. O que pretendemos é aferir um nível de interesse mais global que as FA suscitam enquanto oportunidade profissional (com vários caminhos possíveis).

Gráfico 61. Predisposição para ingresso nas FA, em percentagem (N_{QP}=86584; N_{RV/RC}=86585).



É importante salvaguardar que estes números, bastante positivos enquanto indicadores da predisposição de ingresso, não permitem de todo concluir que o DDN se constitui como a sua causa última. O interesse em ingressar nas FA assenta num conjunto muito diversificado de fatores justificativos que os jovens mobilizam quando fazem projeções profissionais. O que se pretende com o reporte destes números é sublinhar que a predisposição genérica para ingresso nas FA, manifestada pelos jovens aquando da participação no DDN (o que é diferente de dizer pela participação no DDN), é significativa e reveladora de que não se registam sinais que apontem para um fenómeno de rejeição da profissão militar. Isto não significa que venham efetivamente todos a ingressar, mas seguramente diz que não afastam essa possibilidade. Este aspeto é fundamental porque, do ponto de vista da configuração de um plano de comunicação para o recrutamento, sugere que o foco não será o de criar a representação, mas sim o de potenciar a sua efetivação.

Pode também dizer-se que este indicador de predisposição não se trata de um valor casuístico ou meramente pontual. Agregando os dois indicadores de predisposição (no QP e no RV/RC), obtém-se um valor mais genérico de interesse no ingresso, que tem sido avaliado ao longo das várias edições do DDN. No gráfico 62 observa-se a evolução dessa predisposição e constata-se que existe uma regularidade nos valores observados. Em comparação com o ano de 2018, observa-se em 2019 um ligeiro decréscimo (3,3%), após um aumento significativo de 7,5% entre 2017 e 2018. Não obstante esta ligeira descida, o valor obtido em 2019 é bastante positivo e superior aos registados entre 2008 e 2017.

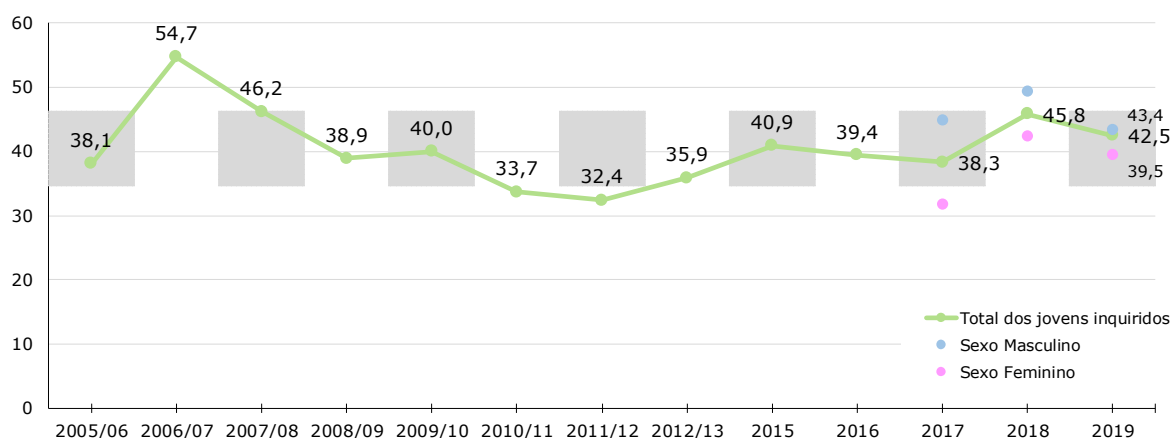
O gráfico 62 permite também observar a predisposição de ingresso por sexo desde 2017. Este aspeto será analisado em detalhe mais adiante, mas importa assinalar que ainda que os jovens do sexo masculino apresentem valores de predisposição sempre superiores aos verificados na amostra feminina, essa diferença tem vindo a esbater-se, situando-se em 3,9% em 2019. Neste sentido, se compararmos os valores do sexo feminino registados em 2010 e em 2019 verificamos que há um aumento de quase de 10% nos que manifestam algum interesse em ingressar nas Forças Armadas.

Estes resultados demonstram que os jovens denotam alguma atração em relação à profissão militar, o que, aliado aos valores das representações institucionais apresentados anteriormente (tendencialmente muito positivas), torna possível concluir

que não aparenta existir uma “crise de vocações” em relação à profissão militar. Ademais, clarifica que o facto de os ramos não estarem a atingir os números de recrutamento de que necessitam (que em si mesmo são superiores aos “normais” nos últimos anos por não terem sido feitas incorporações numericamente ajustadas em anos anteriores) encontra a sua explicação radicada noutros fenómenos que não a rejeição apriorística dos jovens, com estas idades, em relação às FA. Teremos certamente que levar a análise para aspetos relacionados com o nível de presença das FA no mercado de trabalho ou com a capacidade competitiva da sua oferta profissional.

Assim, encontrando-se o potencial disponível, cabe às FA a função de configurar e comunicar a sua oferta profissional, procurando a transformação do interesse e das intenções em comportamentos efetivos, isto é, em candidaturas e incorporações.

Gráfico 62. Evolução percentual da predisposição para ingresso nas FA*.



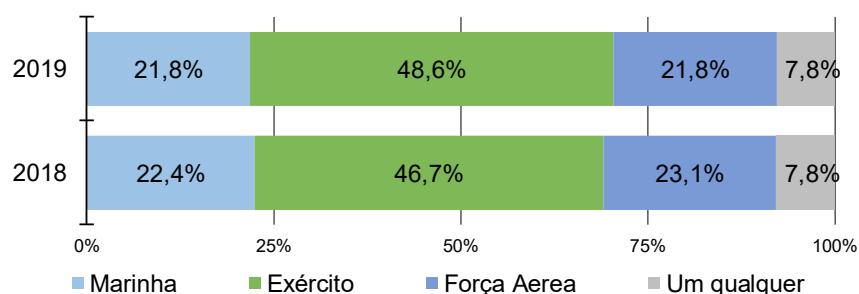
*os valores de 2005 a 2009 são apenas para o universo masculino

Um outro dado muito importante para efeitos de aferição do posicionamento das FA na perspetivação do futuro profissional dos jovens, prende-se com o ramo em que projetam esse ingresso. Os dados obtidos (gráfico 63) demonstram, desde logo, que subjacente à intenção/ideia de ingressar está a escolha de um determinado ramo, uma vez que apenas 7,8% dos jovens afirmaram não ter uma ideia concreta neste domínio.

Quanto às escolhas, destaca-se que em 2019, dos jovens que afirmam poder vir a ingressar nas FA, 48,6% escolheram o Exército como ramo preferencial, apresentando a Marinha e a Força Aérea valores idênticos (21,8%) e que representam descidas

ligeiras face aos valores obtidos no ano anterior. Este escalonamento entre os ramos (com uma distância relativa do Exército face aos demais é muito relevante), já se tinha verificado em anos anteriores, nomeadamente em 2018. Comparando estes dados com a atratividade geral de cada ramo (aferida independentemente da intenção de ingresso, no capítulo anterior), verificamos aqui um maior desequilíbrio em favor do Exército e uma redução significativa da Força Aérea.

Gráfico 63. Ramo de preferência para ingresso nos jovens que o pretendem, em percentagem (N₂₀₁₈=19851; N₂₀₁₉=23149).



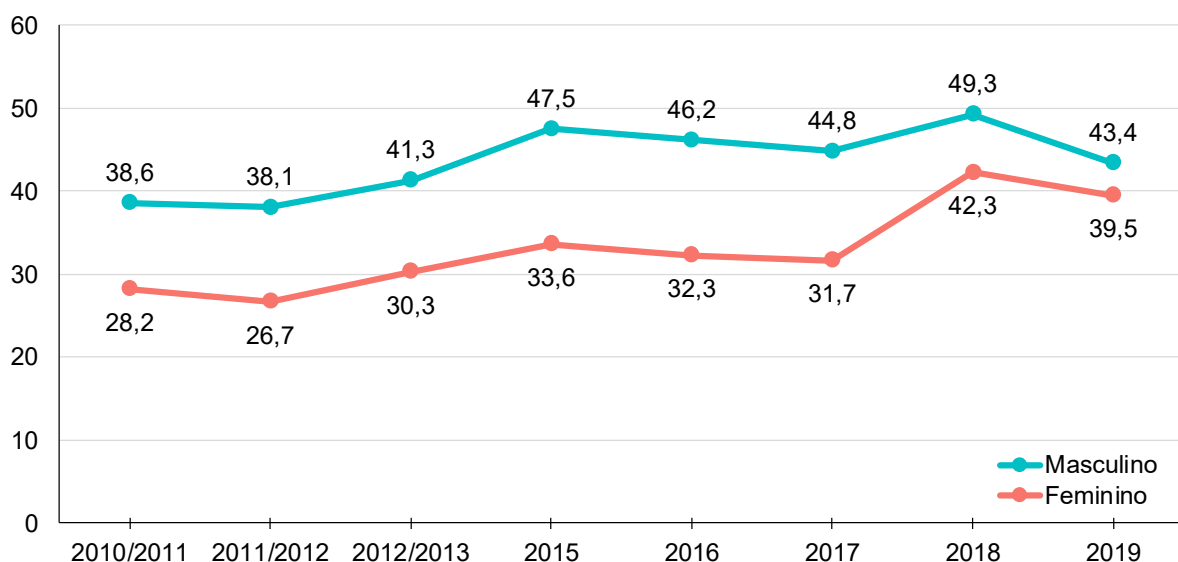
Ainda relativamente ao ramo de preferência, é de notar que a experiência do próprio DDN e dos seus diversos componentes poderá contribuir para o desenvolvimento de uma preferência. Nesse sentido, será pertinente procurar assegurar uma representatividade homogénea dos três ramos em todos os CDDN, nomeadamente no que concerne à demonstração de meios e equipamentos, que, sabemos, ainda não ser equivalente.

Analisando agora com mais detalhe a variação da predisposição para o ingresso em função do sexo, no gráfico 64 é possível constatar uma influência muito visível desta variável. No entanto, esta influência tem vindo a diminuir, sobretudo nos últimos dois anos. De facto, em todos os anos analisados, os jovens do sexo masculino evidenciam maior interesse no ingresso nas FA. Mas se nos anos de 2015, 2016 e 2017 esta diferença ultrapassava os 13%, em 2018 é de 7% e em 2019 é de apenas 3,9%. Em termos latos, e comparando os anos extremos do gráfico (2010 e 2019) verificamos que a percentagem de mulheres interessadas em ingressar nas Forças Armadas aumentou

sensivelmente 10%, o que é extremamente relevante em matéria de sustentabilidade da profissionalização do serviço militar.

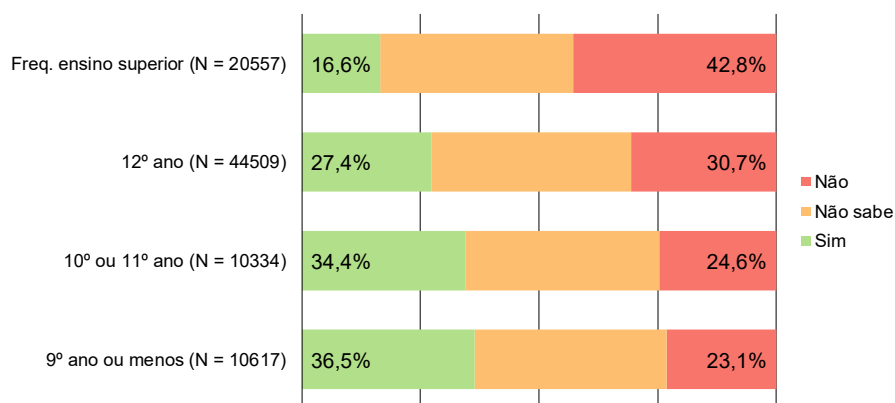
Este é um dado muito relevante que possivelmente traduz, pelo menos em parte, o esforço que tem sido feito pelos ramos no sentido de aproximação ao segmento feminino na sua comunicação. É fundamental persistir neste esforço para que não só a predisposição de ingresso nas FA aumente na população feminina, mas também para que esta se concretize em efetivos ingressos e, conseqüentemente, se incremente a proporção de mulheres nas fileiras.

Gráfico 64. Evolução da predisposição para ingresso nas FA, por sexo, em percentagem
(N_{masculino}=41531; N_{feminino}=39991).



Analisando agora a variação da predisposição para o ingresso em função da escolaridade (gráfico 65), ganha-se um pouco mais de compreensão sobre a matéria. É possível constatar que a percentagem de jovens interessados em ingressar no RV/RC vai diminuindo à medida que a escolaridade aumenta, ou por outras palavras, o nível de escolaridade aparenta ser inversamente proporcional à predisposição para o ingresso.

Gráfico 65. Predisposição para ingresso no RV/RC, por nível de escolaridade, em percentagem.



A informação acima exposta é normal e expectável. Considere-se que os jovens que estão no sistema de ensino e pretendem desenvolver uma trajetória escolar que os leve à conclusão do ensino superior, certamente ponderam menos o ingresso no mercado de trabalho aos 18/19 anos (idade em que vão ao DDN), seja através das FA, seja por outra via qualquer.

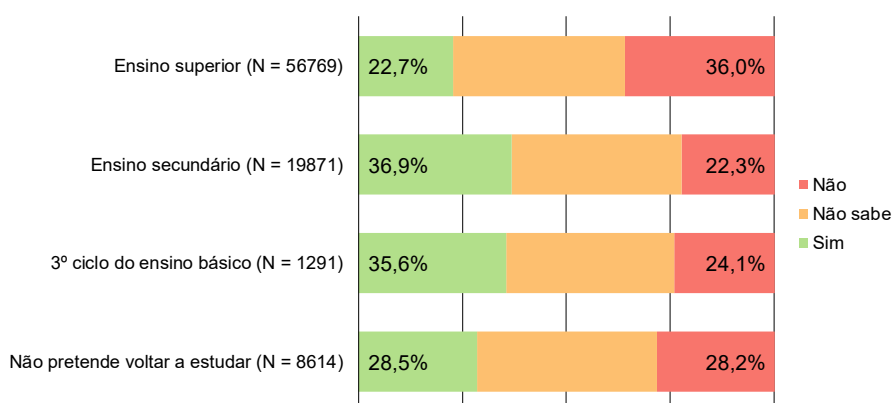
Por outro lado, é de relevo considerar o número de jovens dispostos a ingressar: 3 409 a frequentar o ensino superior (correspondente a 16,6% da amostra com essa escolaridade); 12 210 com o 12.º ano ou equivalente (correspondente a 27,4% da amostra com essa escolaridade); 3 559 com o 10.º ou 11.º ano ou equivalente (correspondente a 34,4% da amostra com essa escolaridade); 3 875 com o 9.º ano ou menos (correspondente a 36,5% da amostra com essa escolaridade). Considerando apenas a nossa população de estudo (jovens do DDN em 2019) e sem extrapolar para os jovens portugueses em geral (cuja faixa etária que se coaduna com o serviço em RV/RC é bem mais abrangente), tem-se aqui um potencial de cerca de 23 mil candidatos ao Serviço Militar, só nesta edição do DDN. Aparenta existir então, interesse e população que possa sustentar a profissionalização militar, sendo por isso possível uma visão otimista sobre a conceptualização deste modelo.

É pertinente ainda acrescentar que a dimensão do incremento da educação/formação, estando definida como inerente ao modelo de profissionalização do Serviço Militar, poderá ter um retorno bastante positivo nesta variável da predisposição para o ingresso. Efetivamente, é de prever que os jovens percecionariam o Serviço Militar como mais atrativo se, associado às motivações institucionais e do serviço cívico, pudessem

também agregar a melhoria das suas qualificações escolares e profissionais. É, portanto, fundamental, uma ação proactiva de reforço das opções educativas e formativas que as FA disponibilizam, de forma a potenciar a sua atratividade e facilitar a concretização das intenções de ingresso.

Considere-se agora, não a escolaridade atual, mas sim a escolaridade que o inquirido pretende atingir. No gráfico seguinte, é possível observar uma tendência geral de que quanto mais escolarizado o jovem pretende ser, menos atrativo será o ingresso nas FA. Estes dados estão em linha com o que havia sido explicitado anteriormente e mostram que é na conciliação de trajetórias (prossecução de estudos/qualificação profissional e ingresso nas FA) que se poderá alavancar a profissionalização do Serviço Militar.

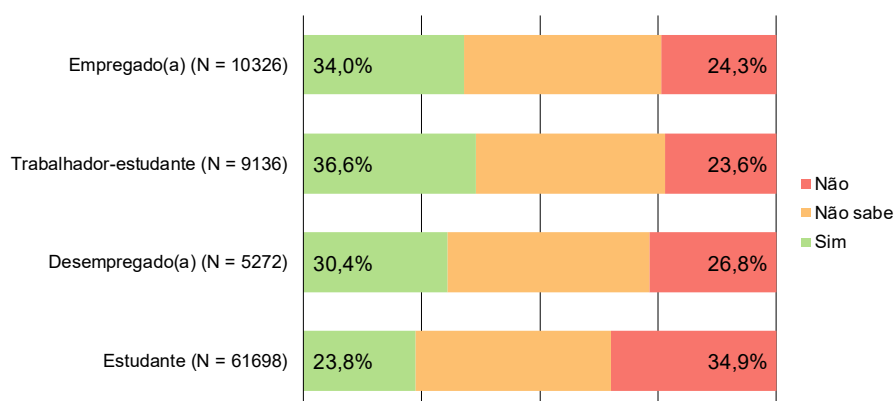
Gráfico 66. Predisposição para ingresso no RV/RC, por nível de escolaridade que pretende concluir, em percentagem.



No gráfico 67 observa-se mais uma variável que trará informação adicional com aplicabilidade direta relação das FA com os jovens. Ao cruzar a atividade atual dos inquiridos com a sua predisposição para o ingresso, é possível verificar que a permeabilidade ao ingresso nas FA é muito menor nos jovens que se encontram atualmente no percurso educativo, sendo possível equacionar as seguintes razões para este resultado: (1) os jovens poderão não ver o ingresso como um percurso que permita o aumento da sua escolaridade; (2) os jovens ainda não ingressaram no mercado de trabalho, logo não equacionam o ingresso como um futuro profissional; (3) pretendem prosseguir com os estudos para a obtenção de um emprego específico, não militar, baseado nas suas qualificações.

Por outro lado, é possível identificar uma maior permeabilidade nos jovens que estão atualmente empregados (3 507 estão predispostos a ingressar), dos trabalhadores-estudantes (3 341 estão predispostos a ingressar) e dos desempregados (1 604 estão predispostos a ingressar). Estas taxas de predisposição diferentes consoante a situação ocupacional são indicadores valiosos ao nível da comunicação que se poderá construir para a captação de diferentes grupos, e até, para perceber qual a melhor faixa etária para atuar sobre os mesmos (sendo relevante considerar o espectro de idades em que o cidadão pode ingressar nas FA e também qual a sua situação ocupacional expectável em cada uma das idades). Mas importa não perder a noção da dimensão de cada uma das categorias desta variável, pois os nossos jovens são maioritariamente estudantes.

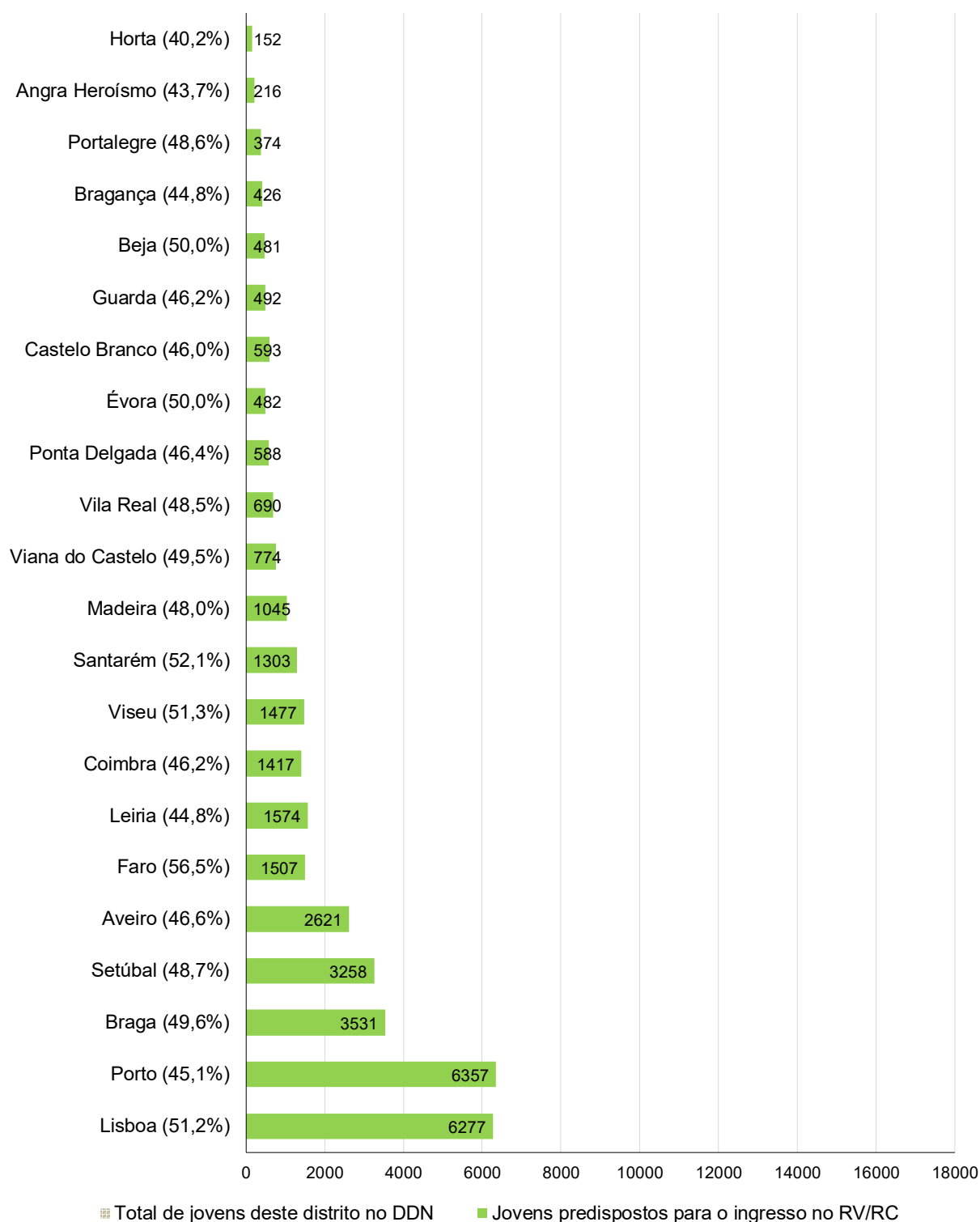
Gráfico 67. Predisposição para ingresso no RV/RC, por situação ocupacional atual, em percentagem.



Com objetivos meramente ilustrativos, apresenta-se também a variação desta predisposição para ingresso em função do distrito de residência, para que assim se perceba quais as regiões do país onde as FA gozam de maior e menor potencial de recrutamento, assim como maior e menor participação no DDN.

O gráfico seguinte permite observar: (1) o número total de participantes de cada distrito que se encontra predisposto para o ingresso nas FA; (2) a proporção destes jovens face ao total de todos os jovens que participaram no DDN, daquele distrito; (3) a comparação proporcional entre o número de jovens que participa no DDN de cada distrito; (4) o número percentual, situado junto da identificação do centro, dos jovens que se encontram predispostos a ingressar nas FA, sendo assim possível comparar diretamente os diferentes distritos.

Gráfico 68. Predisposição para ingresso no RV/RC, por distrito de residência.



É possível constatar uma amplitude de variação na predisposição para o ingresso entre os 40,2% (Horta) e os 56,5% (Faro), e uma média de todos os distritos de 41,4%. Olhando para os cinco distritos com mais jovens presentes no DDN, é no do Porto onde

se encontra a predisposição mais baixa face ao total, 45,1%, apesar de a expressão numérica de jovens ser alta (N=6357), facto que se deve à grande densidade populacional deste distrito. De notar também que destes cinco distritos é em Lisboa que se regista a predisposição de ingresso mais elevada (51,2% ou 6277 jovens), facto relevante também por se constituir como um aumento relevante face ao ano de 2018, onde se registou um valor de 40,2%.

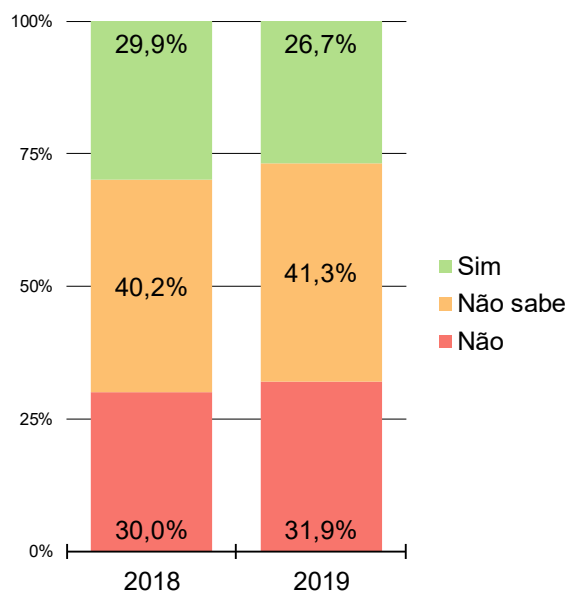
Até agora vimos o potencial máximo da predisposição para o ingresso, sendo este composto por sensivelmente 35 mil jovens (apontando apenas os dados dos inquéritos válidos, sem extrapolar para o universo populacional de referência).

Torna-se agora relevante, delimitar mais os dados e aferir, num horizonte mais imediato, qual o potencial de concretização dessa predisposição.

Considere-se, por isso, não a predisposição para o ingresso genericamente, mas sim o facto de o jovem já estar atualmente a equacionar o ingresso através do RV/RC como um percurso a seguir num futuro próximo. Explanado no gráfico 69, é possível observar uma diminuição na percentagem de jovens favoráveis ao ingresso quando se deixa de falar numa possibilidade pouco definida temporalmente (a predisposição) e se concretiza esta possibilidade como um percurso viável e mais próximo. Ainda assim, encontra-se um grupo que pretende ingressar de 23 095 jovens (correspondendo a 26,7% da amostra total). O que se conclui, portanto, é que existe uma grande percentagem de jovens que poderia beneficiar de um tipo específico de comunicação ou publicitação (por exemplo, mais específica para a minúcia e os detalhes da profissão).

Também de relevo é o facto de se verificar a existência de 35 817 jovens (ou 41,3% da amostra total) que afirmam “não saber” se pretendem ingressar neste horizonte temporal mais concreto, constituindo assim um elevado número de hesitantes ou indecisos que também, de um ponto de vista da comunicação ou publicitação, não devem ser ignorados devido à sua potencialidade de ainda poderem vir a considerar esta opção como favorável.

Gráfico 69. Jovens que consideram ingressar, num futuro próximo, no RV/RC, em percentagem
(N₂₀₁₈=66438; N₂₀₁₉=86356).



Procurando conhecer melhor estes jovens, contrastam-se, nas figuras 1 e 2, características associadas aos jovens inquiridos que se encontram interessados em ingressar, num futuro próximo, no RV/RC com as daqueles que afastam esta possibilidade.

Os interessados em ingressar são maioritariamente homens, mas a diferença entre os sexos é apenas de 7,7%, facto devido ao interesse das mulheres no RV/RC ter vindo a aumentar ao longo dos últimos anos. Esta diferença inverte-se para os que não estão interessados em ingressar.

Relativamente à sua situação atual, 63,4% dos interessados em ingressar são estudantes (não estando integrados no mercado de trabalho), e apenas metade (55,8%) ambiciona concluir o Ensino Superior. Estes números aumentam consideravelmente nos que não estão interessados em ingressar, com 78% de estudantes e 74% com a ambição de concluir o Ensino Superior. Nesta dimensão conclui-se que os não interessados em ingressar estão comprometidos com um percurso, a via académica, o que não consideram ser compatível com o Serviço Militar.

Quanto à prática de desporto, o contraste também é significativo, com 59,5% de praticantes entre os jovens que equacionam ingressar e apenas 40% de praticantes entre os que não o equacionam.

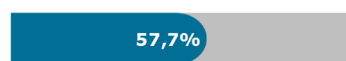
É no interesse em passar uma semana numa Unidade Militar que se encontra a diferença mais significativa. Quase a totalidade (89,2%) dos jovens que estão interessados em ingressar acolheriam a oportunidade de contactar aprofundadamente com a Instituição através desta iniciativa. Por oposição, apenas 27,4% dos jovens que não estão interessados em ingressar gostariam de passar por esta experiência.

Relativamente às perceções sobre um emprego nas FA, e para a generalidade dos itens, os jovens interessados em ingressar revelaram médias mais elevadas do que os que afastam essa hipótese. A possibilidade de praticar exercício físico, ter uma boa experiência profissional e poder prosseguir com os estudos são as perceções mais elevadas por parte dos interessados em ingressar. Ser um emprego bem pago, ter atividades interessantes, atrativas e desafiantes e ser bem visto pela sociedade são as perceções com a média mais baixa por parte dos que não estão interessados em ingressar (ainda assim, são valores médios elevados tendo em conta a escala de 1 a 7 utilizada).

Figura 1.

Características dos jovens interessados em ingressar, num futuro próximo, nas Forças Armadas através dos regimes de Voluntariado e de Contrato (RV/RC).

Os interessados em ingressar são:



São homens.



Apenas estudam.



Ambicionam o Ensino Superior.



Gostaria de passar 1 semana numa unidade militar.



Pratica algum tipo de desporto.

TOP 3 sobre um emprego nas FA:

1º Permite praticar bastante exercício físico ($\mu=6,33$);

2º Proporciona uma boa experiência profissional ($\mu=6,24$);

3º Permite a continuação de estudos ($\mu=6,13$).

Figura 2.

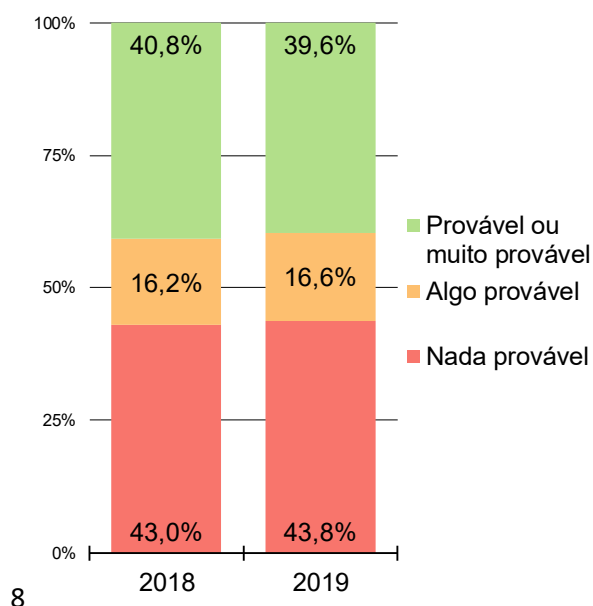
Características dos jovens NÃO interessados em ingressar, num futuro próximo, nas Forças Armadas através dos regimes de Voluntariado e de Contrato (RV/RC).

Os NÃO interessados em ingressar são:



Para finalizar a análise acerca das intenções de ingresso, procurou-se discriminar ainda com maior acuidade a amostra de jovens que ponderam este ingresso, através da delimitação do mesmo aos próximos 12 meses (gráfico 70), ou seja, um nível ainda mais concreto dessa intenção

Gráfico 70. Probabilidade do ingresso no RV/RC ocorrer nos próximos 12 meses, em percentagem (N₂₀₁₈=19900; N₂₀₁₉=23169).

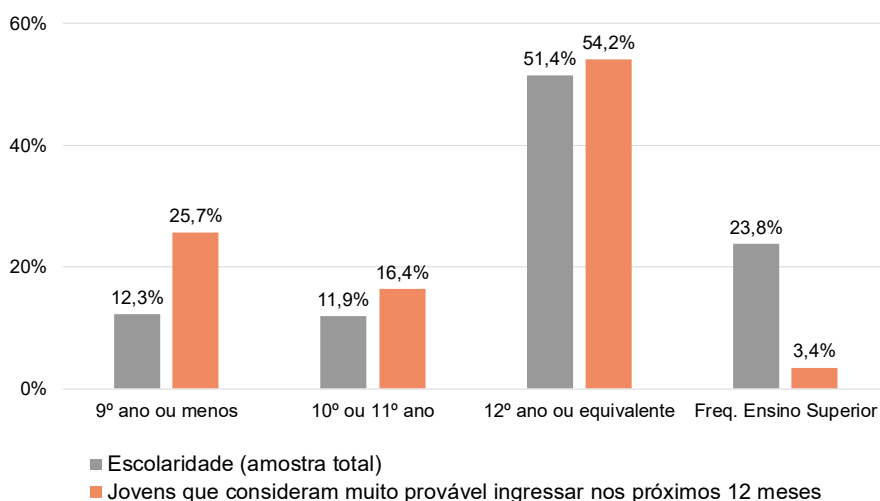


8

Verifica-se assim que, dos 23 095 de jovens identificados no gráfico 69, cerca de 39,6% (ou 9149) consideram como provável ou muito provável vir a ingressar no RV/RC nos próximos 12 meses. É possível constatar um decréscimo de 1,2% face ao valor identificado em 2018, ano em que 40,8% destes jovens consideravam como provável ou muito provável vir a ingressar no RV/RC nos próximos 12 meses. Não obstante este peso percentual, o número de jovens com intenção de ingresso a 12 meses é em 2019 superior ao do ano passado (8 120 em 2018 *versus* 9149 em 2019) já que o número de base de jovens que equacionam ingressar através do RV/RC é maior em 2019 do que em 2018.

Considerando que existe uma variável sociodemográfica de grande importância que não deve ser ignorada nesta faixa etária, a sua escolaridade (e por consequência o seu percurso no sistema de ensino), contrasta-se no gráfico 71 a distribuição da escolaridade na totalidade de jovens que foram ao DDN com a distribuição da escolaridade nos jovens que responderam como “muito provável” o seu ingresso nos próximos 12 meses.

Gráfico 71. Distribuição da escolaridade na população do DDN *versus* aqueles que pretendem ingressar nos próximos 12 meses, em percentagem ($N_{\text{total}}=86580$; $N_{\text{muito_provável_12_meses}}=3772$).

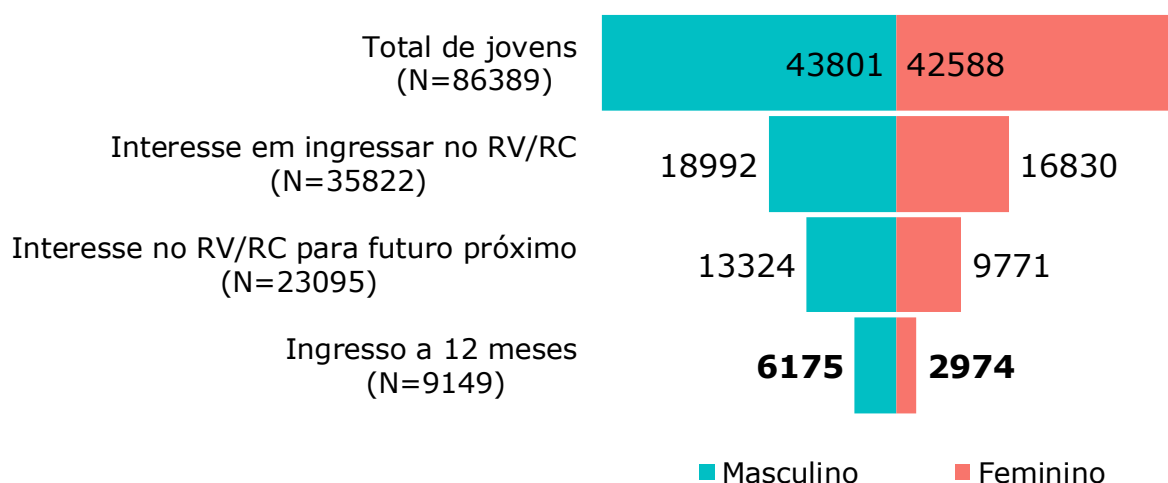


É possível identificar uma clara (e expectável) diferença entre os dois grupos na subamostra do ensino superior, mas também na dos jovens com o 9.º ano ou inferior. Por um lado, os jovens que estão no ensino superior já se encontram comprometidos com um percurso escolar (e provavelmente com uma expectativa profissional futura),

pelo que identificam menor atratividade no ingresso mais imediato nas FA. No polo oposto, os jovens com níveis de escolaridade mais baixos mostram-se tendencialmente mais atraídos pela opção de uma carreira militar, possivelmente por a considerarem vantajosa em comparação com as alternativas existentes no mercado de trabalho para as suas reduzidas habilitações.

Procurando sumariar as diferentes perspetivas sobre a intenção de ingresso nas FA, apresenta-se o gráfico 72, onde é possível verificar a composição dessa intenção à medida que se coloca essa possibilidade de uma forma temporalmente mais concreta. Num plano genérico, quase 36 mil jovens equacionam, de forma geral, a possibilidade de ingresso, sendo que esse número desce para cerca de 23 mil quando a mesma se afigura para um futuro próximo. Se esse futuro se situar a 12 meses, o número de potenciais ingressos desce para cerca de 9000. E este parece ser, de facto, um número com ligação à realidade, na medida em que durante o ano de 2019 existiram cerca de 8500 candidaturas aos três ramos das FA. Assim, este gráfico permite aferir o potencial global em termos de recrutamento, assim como o resultado líquido que daí advém com os instrumentos atualmente em uso. Ambos podem ser melhorados, mas trabalhar com uma base global de aceitação com estas dimensões é revelador que a profissionalização do serviço militar pode encontrar um caminho de maior sustentabilidade, sendo para isso necessário acionar mecanismos de comunicação e de ajustamento das características da sua oferta profissional, de forma a permitir que o interesse no ingresso se transforme em comportamentos efetivos.

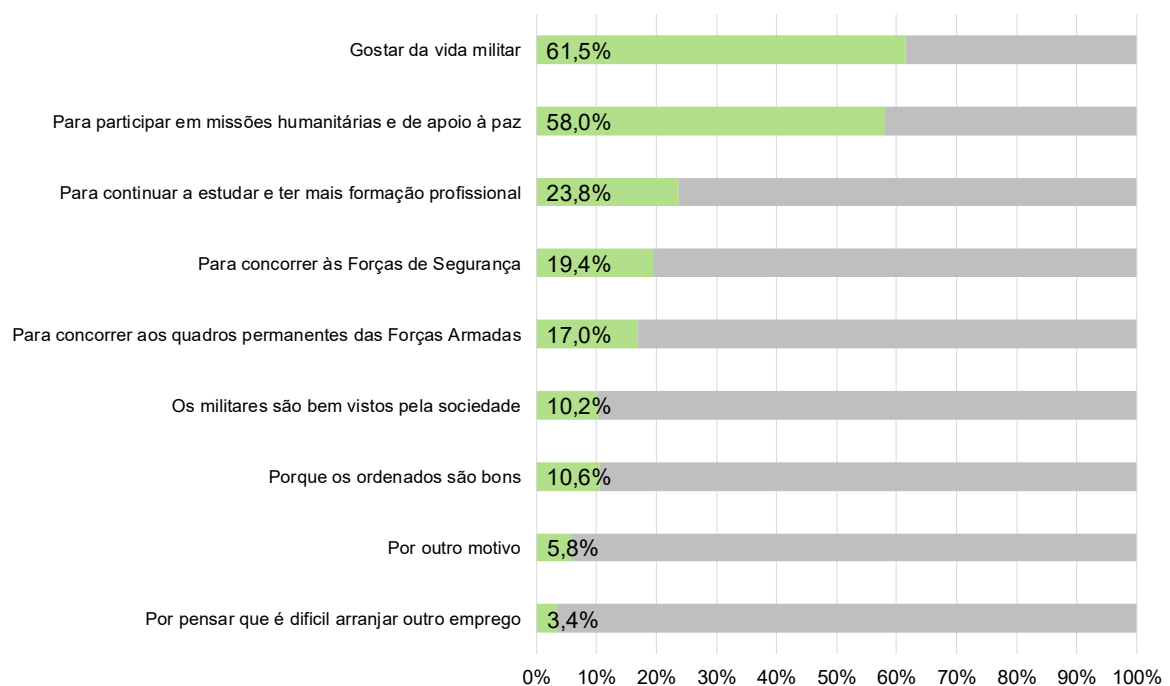
Gráfico 72. Drop-down da predisposição para ingresso nas FA, por sexo.



Para auxiliar nesses desígnios, analisem-se agora os motivos que os jovens apresentam para justificar as intenções de ingresso e de não ingresso, expostos nos gráficos 73 e 74, respetivamente.

Inicia-se a análise pelos motivos justificativos do interesse no ingresso nas FA através do RV/RC, sendo que cada jovem poderia identificar até três razões distintas. Observa-se como fator mais relevante a percepção de gostar da vida militar (com 61,5% dos jovens a identificarem este fator com relevante), seguido pela possibilidade de participação em missões humanitárias e de apoio à paz (com 58% dos jovens a identificarem este fator com relevante). Relativamente a este fator e considerando a diminuição que se tem verificado ao nível da participação das FA em missões internacionais, será importante que se considere a necessidade de alavancar a atratividade da profissão em mais fatores.

Gráfico 73. Motivos justificativos da intenção de ingressar nas FA, em percentagem.



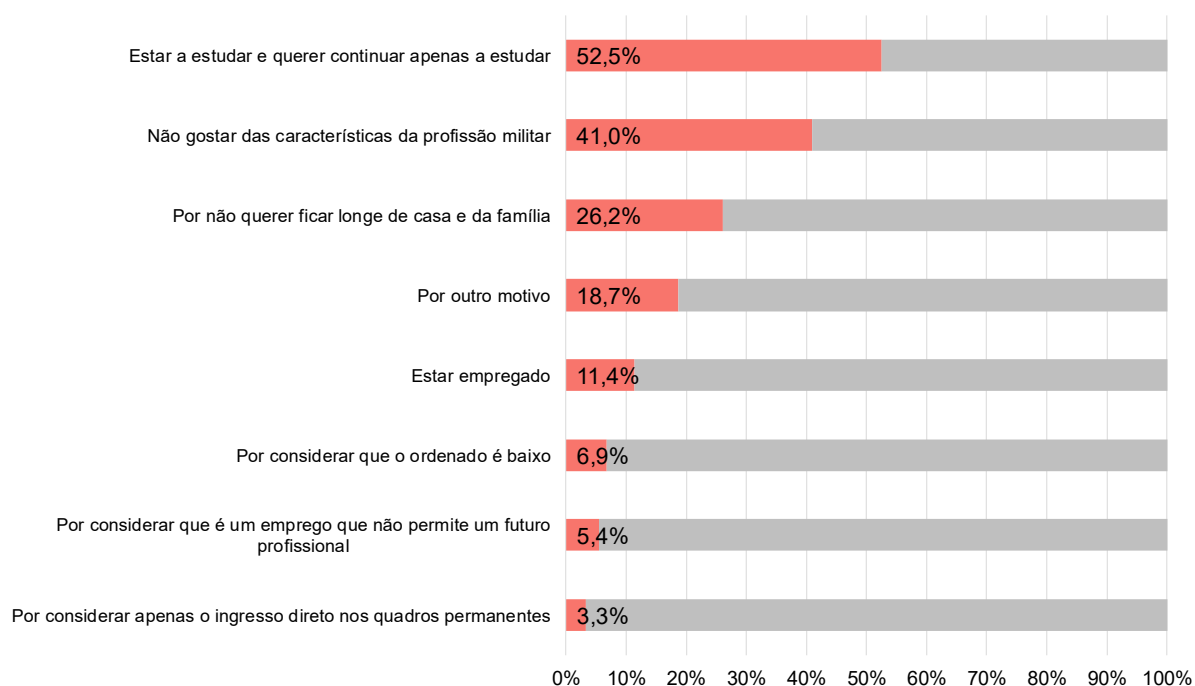
Num patamar mais distante, mas ainda relevante, encontram-se os motivos de continuação de estudos e obtenção de formação profissional (23,8%), o concurso às Forças de Segurança (19,4%) e o concurso aos Quadros Permanentes das FA (17%).

Em suma, a identificação com a profissão e com as suas atividades mais diferenciadoras, como são as missões internacionais, constituem-se como as principais motivações para o ingresso, seguidas pela procura de um incremento das qualificações escolares e profissionais e pela busca de uma forma de aceder a uma carreira futura mais permanente, seja internamente, seja noutras instituições associadas à segurança.

Note-se ainda que os ordenados ou a falta de perspetivas profissionais alternativas não são elementos justificativos muito utilizados, sendo este um indício relevante para identificar os fatores de atratividade das FA.

Analisando agora o gráfico 74, construído através das respostas dos jovens que não se interessam pelo ingresso no RV/RC, identifica-se como fator mais relevante o interesse com a continuação em exclusivo dos estudos (com 52,5% dos jovens a identificarem este fator como relevante), seguido por não gostar das características da vida militar (com 41% dos jovens a identificarem este fator com relevante) e por não querer ficar longe de casa e da família (26,2%).

Gráfico 74. Motivos justificativos da intenção de não pensar em ingressar nas FA, em percentagem.



Num patamar oposto, ou seja, como sendo de pouco impactantes para a opção de não ingressar, encontram-se o facto de querer apenas ingressar no Quadro Permanente (3,3%), considerar que este emprego não permite ter um futuro profissional (5,4%), que o ordenado é baixo (6,9%) ou a condição de estar empregado (11,4%).

Como nota final relativa aos motivos de ingresso e não ingresso, é interessante constatar que o fator relativo à remuneração aparece como pouco relevante para esta população, quer para o ingresso, quer para o inverso. Este é um dado relevante que permite perceber, muitas vezes ao contrário do que é comumente veiculado, que a atratividade das FA extrapola esta componente monetária e que poderá ser potenciada recorrendo também a mecanismos não instrumentais (*e.g.*, perspectivas de formação e qualificação).

Modelo explicativo da intenção de ingresso nas Forças Armadas

Objetivando analisar a influência de diversos fatores na variação da intenção de ingresso dos jovens nas FA recorreu-se a um modelo explicativo. Discriminou-se o tipo de ingresso, quer através das academias militares, quer através do RV/RC, pelo que se apresentam os resultados de duas regressões lineares múltiplas radicadas num mesmo modelo. O grau de interesse no ingresso nas FA foi expresso pelos jovens numa escala de 1 a 7, em que este último valor representa o máximo de interesse.

Após várias iterações, o modelo utilizado para descrever este fenómeno foi constituído através das seguintes dimensões:

1. Características Sociodemográficas
 - 1.1. Sexo
 - 1.2. Escolaridade
 - 1.3. Prática desportiva regular
 - 1.4. Tempo médio de utilização diária da internet
 - 1.5. Presença no mercado de trabalho
2. Influência social
 - 2.1. Opinião que os familiares transmitem sobre as FA
 - 2.2. Opinião que os amigos transmitem sobre as FA
3. Opinião geral sobre o Dia da Defesa Nacional
4. Representações profissionais sobre as FA
 - 4.1. Tem atividades interessantes e atrativas
 - 4.2. É bem visto pela sociedade
 - 4.3. É bem pago
 - 4.4. Permite a continuação de estudos
 - 4.5. Permite evoluir na carreira
 - 4.6. Permite praticar bastante exercício físico
 - 4.7. Proporciona uma boa experiência profissional
5. Iniciativas junto das FA
 - 5.1. Desejo em passar uma semana numa Unidade militar

A tabela 6 apresenta o modelo ajustado e algumas medidas da sua qualidade para o grau de interesse em ingressar no Quadro Permanente através de um estabelecimento

de ensino superior militar. O modelo apresenta boa qualidade, sendo que as variáveis supracitadas explicam 36,5% da variação do interesse no ingresso e o erro de predição é, em média, de 1,7 valores ($R^2 = 0,365$; $EP = 1,705$; $F_{(16, 64553)} = 2316,930$; $p < 0,001$). Quinze das variáveis adicionadas são estatisticamente significativas para a predição da apreciação global, sendo possível hierarquizá-las quanto ao “peso” da sua influência.

Tabela 6.

Fatores determinantes para o grau de interesse em ingressar no Quadro Permanente através de um estabelecimento de ensino superior militar (regressão múltipla).

Variáveis explicativas	Valores Beta
Sexo do participante no DDN	-0,106 *
Escolaridade concluída ou frequentada	-0,119 *
Prática desportiva regular	0,068 *
Tempo médio de utilização diária da internet	-0,023 *
Entrou no mercado de trabalho	0,041 *
Opinião que os familiares transmitem sobre as Forças Armadas	0,050 *
Opinião que os amigos transmitem sobre as Forças Armadas	0,017 *
Opinião geral sobre o Dia da Defesa Nacional	0,094 *
Um emprego nas Forças Armadas:	
Tem atividades interessantes e atrativas	0,172 *
É bem visto pela sociedade	n.s.
É bem pago	0,062 *
Permite a continuação de estudos	0,049 *
Permite evoluir na carreira	0,031 *
Permite praticar bastante exercício físico	-0,114 *
Proporciona uma boa experiência profissional	0,045 *
Gostaria de passar uma semana numa Unidade militar	0,313 *
	R2 ajustado 0,365*
	F(16, 64553) 2316,930

A tabela 7 apresenta o modelo ajustado e algumas medidas da sua qualidade para o grau de interesse em ingressar no RV/RC.

Tabela 7.

Fatores determinantes para o grau de interesse em ingressar nos Regimes de Voluntariado e de Contrato (regressão múltipla).

Variáveis explicativas	Valores Beta
Sexo do participante no DDN	-0,017 *
Escolaridade concluída ou frequentada	-0,125 *
Prática desportiva regular	0,039 *
Tempo médio de utilização diária da internet	-0,018 *
Entrou no mercado de trabalho	0,037 *
Opinião que os familiares transmitem sobre as Forças Armadas	0,025 *
Opinião que os amigos transmitem sobre as Forças Armadas	0,028 *
Opinião geral sobre o Dia da Defesa Nacional	0,134 *
Um emprego nas Forças Armadas:	
Tem atividades interessantes e atrativas	0,190 *
É bem visto pela sociedade	n.s.
É bem pago	0,044 *
Permite a continuação de estudos	n.s.
Permite evoluir na carreira	0,017 *
Permite praticar bastante exercício físico	-0,081 *
Proporciona uma boa experiência profissional	0,072 *
Gostaria de passar uma semana numa Unidade militar	0,340 *
	R2 ajustado 0,393*
	F(16, 64553) 2618,256

* $p < 0,001$

n.s - valor não significativo

O modelo apresenta boa qualidade, sendo que as variáveis supracitadas explicam 39,3% da variação do interesse no ingresso e o erro de predição é, em média, de 1,6 valores ($R^2 = 0,393$; $EP = 1,593$; $F_{(16, 64553)} = 2618,256$; $p < 0,001$). Catorze das variáveis adicionadas são estatisticamente significativas para a predição da intenção de ingresso, sendo possível hierarquizá-las quanto ao “peso” da sua influência.

Uma análise global revela que as variáveis com maior importância nas duas tipologias de ingresso são o interesse em passar uma semana numa Unidade Militar em primeiro lugar e considerarem que as FA proporcionam atividades interessantes e atrativas.

Assim, jovens que demonstram interesse em passar uma semana numa Unidade Militar estão tendencialmente mais predispostos para o ingresso, o que demonstra um interesse em contactar de forma mais próxima com a Instituição, assim como uma vontade em “experimentar” uma realidade militar. Embora não se deva interpretar este resultado como uma causalidade (em que passar uma semana numa Unidade leva a querer ingressar), deve considerar-se que os jovens estão aqui a demonstrar curiosidade que, se satisfeita, poderá capitalizar o seu interesse no ingresso e até transformá-lo numa candidatura.

A segunda variável mais relevante, a representação de que as FA proporcionam atividades interessantes e atrativas, relaciona-se diretamente com as expectativas que os jovens possuem sobre a Instituição. Quanto mais eles concordarem com esta afirmação, ou seja, quanto mais veem as funções inerentes às FA como aliciantes, mais predispostos estarão para o ingresso.

Considerando apenas os resultados relacionados com o ingresso no QP através de um estabelecimento de ensino superior militar, tem-se hierarquicamente, quanto ao peso:

- Em terceiro lugar a escolaridade concluída ou frequentada ($\beta = -0,119$), em que quanto mais escolarizado for o jovem, menor será a sua predisposição para o ingresso nas FA;
- Em quarto lugar aparece a crença de que as FA permitem a prática de exercício físico ($\beta = -0,114$), que também se caracteriza por exercer inversamente a sua influência, ou seja, quanto maior for esta representação, menor será a sua predisposição para o ingresso. Como atenuante do peso desta variável é de relevar

que a prática de exercício físico regular ($\beta=0,068$) contribui para aumentar a predisposição para o ingresso;

- Em quinto lugar aparece o sexo do jovem ($\beta=-0,106$), cujo resultado indica que jovens do sexo feminino terão uma menor predisposição para o ingresso neste tipo de vínculo com as FA.

Considerando apenas os resultados relacionados com o ingresso no RV/RC tem-se hierarquicamente, quanto ao peso:

- Em terceiro lugar aparece a opinião geral sobre o DDN ($\beta=0,134$), podendo haver aqui a inferência de que o DDN atua de facto como um instrumento de informação relevante sobre as FA;
- Em quarto lugar aparece a escolaridade concluída ou frequentada ($\beta=-0,125$), em que quanto mais escolarizado for o jovem, menor será a sua predisposição para o ingresso no RV/RC;
- Em quinto lugar aparece a crença de que as FA permitem a prática de exercício físico ($\beta=-0,081$) que, à semelhança do que foi anteriormente descrito, também se caracteriza por exercer inversamente a sua influência;
- Destaca-se também a percepção de que um emprego nas FA proporciona uma boa experiência profissional ($\beta=0,072$) como a sexta variável mais relevante.
- As crenças de que um emprego nas FA permite a continuação de estudos e que é bem visto pela sociedade não são estatisticamente significativas, não contribuindo por isso para explicar a predisposição para o ingresso que se registou.

Concretizando as diferenças entre a intenção face aos dois tipos de ingresso apresentados, atente-se às seguintes dimensões:

- O sexo do participante, em que se o jovem for do sexo masculino tem mais probabilidade de querer ingressar, assume uma expressão cerca de 6x maior na previsão de uma intenção de ingresso no QP do que no RV/RC. Denote-se que, dos jovens que responderam “7 – Muito interesse” quanto a um futuro ingresso no QP, 60% são do sexo masculino e 40% do sexo feminino, uma diferença de 10% entre sexos. Já os jovens que responderam o mesmo valor quanto a um futuro ingresso no RV/RC, 54% são do sexo masculino e 46% são do sexo feminino, uma diferença de 6% entre sexos;

- A prática desportiva regular, em que os jovens que praticam desportos estarão mais predispostos para o ingresso, também é outra dimensão que, embora com menor poder explicativo, é 43% mais relevante para os jovens que equacionam a possibilidade de ingressar (ou não) no QP *versus* os que equacionam a mesma possibilidade no RV/RC;
- As opiniões de familiares e amigos, embora também com pouco poder explicativo, demonstram uma diferença interessante. Nos jovens que equacionam a possibilidade de ingressar no RV/RC, tanto a opinião que os familiares como os a que amigos transmitem sobre as Forças Armadas possuem o mesmo peso. Nos jovens que equacionam a possibilidade no QP, a opinião que os familiares transmitem sobre as Forças Armadas é muito mais relevante que a opinião dos amigos para explicar esta predisposição de ingresso.
- A opinião geral sobre o DDN evidência um poder explicativo 1,43x maior para o ingresso no RV/RC do que no QP. Com os dados atuais, apenas será possível conjecturar que, como o ingresso no QP é um percurso que essencialmente substitui o ensino superior pela via universitária, talvez os jovens que o preferem já tenham vindo a formular essa pretensão ao longo do tempo. Por outro lado, a natureza delimitada no tempo do RV/RC poderá implicar que este percurso apenas começa a ser ponderado por muitos jovens durante o próprio DDN, pelo que a apreciação geral por este dever militar irá influenciar mais a predisposição para o ingresso neste regime.
- Uma última variável de contraste é a perceção que um emprego nas Forças Armadas permite a continuação de estudos. Quanto mais os jovens detiverem esta perceção, mais provável será a sua intenção de ingresso no QP. No entanto, quanto à predisposição de ingresso no RV/RC, esta variável não é significativa e por isso, não contribui tanto para prever o comportamento destes jovens.

Em suma, este modelo permite aferir diversas dimensões que parecem contribuir para a predisposição para o ingresso nas FA em duas formas distintas de prestação de serviço. O fator crítico é o grau de interesse que os jovens atribuem às atividades associadas a um emprego nas FA, assim como o interesse em poder ter uma experiência imersiva *in loco* com a Instituição e as suas rotinas. Com base nestes dados, o desenvolvimento da propensão para ingresso nas FA poderá passar por ações que incidam na dimensão de género (e potenciem a intenção de ingresso da população

feminina), pela conceção de processos de conciliação da prestação de serviço militar com a prossecução de estudos (pois é este o principal fator de justificação do não querer ingressar), por atuar ao nível da inversão do sentido de influência da escolaridade (potenciando ainda mais a atratividade junto dos mais escolarizados) e, acima de tudo, pelo potenciar do grau de interesse das atividades profissionais associadas a um emprego nas FA (não se descuidando as diversas especialidades e funções que existem para apelar ao maior público-alvo possível).

O que procuram os jovens num trabalho?

Finda a análise sobre o potencial de recrutamento e as dimensões que influem para a predisposição ao ingresso, finaliza-se este capítulo do relatório com uma análise sobre as características de um contexto de trabalho ideal, segundo a perspetiva dos jovens que participaram neste dever militar. Esta avaliação foi introduzida pela primeira vez no questionário de 2019 com o objetivo de recolher informação que permitisse perceber as expectativas dos jovens face ao emprego e, assim, ajudar as FA no seu posicionamento enquanto empregador. Esta é uma matéria fundamental para conhecer os jovens portugueses e para aferir o potencial de ajustamento das oportunidades profissionais das FA.

A tabela 8 expõe a média obtida em cada uma das 25 características do contexto de trabalho avaliadas. Através da sua ordenação, é possível perceber o que a maioria dos jovens ambiciona e, por outro lado, o que não é tão relevante para a generalidade dos inquiridos. Não existem médias próximas dos pontos mais baixos da escala (que indicariam uma clara oposição à presença de determinada característica), facto compreensível visto nenhuma característica ser inerentemente negativa.

Os cinco itens com a média mais alta, e por consequência, mais valorizados pelo conjunto dos jovens inquiridos, relacionam-se com: a possibilidade de compatibilizar a sua vida pessoal e familiar com o trabalho (Equilíbrio vida-trabalho, $\mu=4,34$); que o trabalho providencie estabilidade e garantia de ordenado (Segurança, $\mu=4,33$); a adequação das funções às competências e qualificações do trabalhador (Trabalho qualificado, $\mu=4,30$); a possibilidade de aprendizagem contínua e autodesenvolvimento (Conhecimento e aprendizagem, $\mu=4,29$); que o trabalho permita ajudar os outros, contribuindo para a sociedade em geral (Ajudar os outros e/ou a sociedade, $\mu=4,27$). Ou seja, os jovens na faixa etária dos 18/19 anos, procuram equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, um trabalho compatível com as suas qualificações, que lhes proporcione estabilidade e oportunidades de aprendizagem e que tenha significado social.

O ganho estritamente material surge na sexta posição desta tabela, o que reforça que a proposta de valor de um trabalho não deverá ser radicada apenas na compensação salarial.

Por oposição, as cinco características com a média mais baixa, por ordem decrescente, relacionam-se com: ser responsável pelo trabalho dos outros (Supervisão, $\mu=3,38$); seguir regras instituídas, assim como tradições/costumes instalados (Tradicionalismo, $\mu=3,32$); trabalhar com constrangimentos de tempo e sob elevada exigência (Trabalhar sobre pressão, $\mu=3,08$); não questionar o *status quo* nem expressar as ideias próprias (Seguir regras e rituais, $\mu=3,05$); trabalhar sozinho sem contactar muito com as outras pessoas (Trabalhar sozinho, $\mu=3,02$).

Tabela 8.

Ranking das características do contexto de trabalho ideal segundo os jovens participantes no DDN.

Característica do trabalho	Descrição	Média
1º Equilíbrio vida-trabalho	Ter um trabalho compatível com o meu estilo de vida e com as minhas necessidades pessoais e familiares.	4,34
2º Segurança	Ter um trabalho que seja estável, onde tenha segurança financeira/garantia de ordenado.	4,33
3º Trabalho qualificado	Poder trabalhar em funções adequadas às minhas competências e qualificações.	4,30
4º Conhecimento e aprendizagem	Envolver-me na busca de conhecimento e compreensão das coisas que são do meu interesse; aprender e desenvolver-me continuamente.	4,29
5º Ajudar os outros e/ou a sociedade	Estar diretamente envolvido em ajudar os outros; fazer algo que contribua para a melhoria da sociedade em que vivemos.	4,27
6º Lucro/ganho	Ter elevada probabilidade de ganhar muito dinheiro ou outros bens materiais.	4,25
7º Pertencer	Ser reconhecido como membro de uma determinada organização, da qual tenha orgulho em fazer parte.	4,22
8º Reconhecimento	Ser reconhecido pela qualidade do meu trabalho de forma visível ou pública.	4,18
9º Trabalhar em equipa	Ter relações de trabalho próximas com o grupo; trabalhar como uma equipa em função de um objetivo.	4,11
10º Estatuto intelectual	Ser reconhecido como um trabalhador de elevado estatuto intelectual ou como alguém que é visto como um expert ou perito numa determinada área.	4,02
11º Contacto com os outros	Ter contacto frequente com outras pessoas.	4,00
12º Criatividade geral	Poder criar novas ideias, programas ou qualquer outro aspeto que não tenha sido feito/pensado pelos outros.	3,99
13º Flexibilidade e independência	Ter a liberdade de fazer as coisas à minha maneira, sem grandes regras, restrições, horários rígidos ou interferência de outros; não ter que fazer o que outros me mandam fazer.	3,84
14º Tomar decisões	Ter o poder de decidir ações a tomar, objetivos a prosseguir, etc.	3,82
15º Influenciar os outros	Estar numa posição que permita mudar as atitudes ou opiniões de outras pessoas.	3,77
16º Procura de aventura e desafio/excitação	Executar, com frequência, atividades de risco, onde possa experienciar um elevado grau de adrenalina/excitação.	3,70
17º Competição	Realizar atividades que colocam as minhas capacidades em comparação com as dos outros; trabalhar num local onde são claros os resultados que levam a perdas e os que levam a ganhos.	3,65
18º Atividade física	Trabalhar em algo que seja fisicamente ativo e onde me sinta recompensado por ultrapassar desafios físicos.	3,59
19º Poder e autoridade	Poder controlar o trabalho e as trajetórias profissionais de outras pessoas.	3,48
20º Estabilidade	Ter uma rotina de trabalho e tarefas que são altamente previsíveis e que não costumam mudar durante longos períodos de tempo.	3,47
21º Supervisão	Ser diretamente responsável pelo trabalho feito por outras pessoas.	3,38
22º Tradicionalismo	Fazer as coisas de acordo com as regras instituídas, seguindo as tradições/costumes instalados.	3,32
23º Trabalhar sob pressão	Trabalhar num local onde existe uma acentuada pressão de tempo/urgência e/ou em que a qualidade do meu trabalho é avaliada de forma bastante exigente pelos supervisores, clientes ou outros.	3,08
24º Seguir regras e rituais	Trabalhar onde não seja necessário questionar ou fazer juízos de valor; onde evite expressar as minhas ideias, se estas forem contra o que pensam/dizem as chefias ou os colegas mais velhos.	3,05
25º Trabalhar sozinho	Trabalhar e/ou fazer projetos sozinho, sem necessitar de contactar muito com outras pessoas.	3,02

Escala: 1 – Não gostava nada; 2 – Não gostava; 3 – Nem gostava nem desgostava; 4 – Gostava; 5 – Gostava muito.

Com a exceção de trabalhar sozinho, as outras quatro características são aquelas que comumente se poderão associar a uma ideia tradicional das FA. Além disso, um trabalho rotineiro, o exercício de controlo sobre outros e um trabalho fisicamente ativo, características que também se associam com uma visão tradicional das FA, são as características que antecedem as últimas cinco. Em termos de implicações destes dados para a gestão do modelo de profissionalização, e concretamente para potenciar o recrutamento, conclui-se que os esforços de comunicação deverão afastar-se das abordagens habituais que se focam precisamente nas características menos procuradas pela generalidade de jovens.

Conclui-se esta temática contrastando o grupo de jovens inquiridos que se encontram interessados em ingressar num futuro próximo, no RV/RC com os que afastam esta possibilidade quanto às características que mais valorizam num emprego (Figura 3).

Figura 3.

Comparação entre os jovens interessados e não interessados em ingressar no RV/RC num futuro próximo, quanto às características de um contexto de trabalho ideal.

TOP 5

Os interessados em ingressar:	Os NÃO interessados em ingressar:
1º Ajudar os outros ($\mu=4,42$);	1º Equilíbrio vida-trabalho ($\mu=4,30$);
2º Pertencer ($\mu=4,41$);	2º Trabalho qualificado ($\mu=4,26$);
3º Segurança ($\mu=4,40$);	3º Segurança ($\mu=4,26$);
4º Conhecimento e aprendizagem ($\mu=4,39$);	4º Conhecimento e aprendizagem ($\mu=4,22$);
5º Trabalho qualificado ($\mu=4,38$).	5º Lucro/ganho ($\mu=4,21$).

Observando a informação exposta, é possível identificar que para os jovens interessados em ingressar no RV/RC, ajudar os outros e contribuir para a sociedade em geral (Ajudar os outros e/ou a sociedade, $\mu=4,42$) é o mais relevante. A característica

análoga nos jovens que não estão interessados em ingressar é a possibilidade de compatibilizar a sua vida pessoal e familiar com o trabalho (Equilíbrio vida-trabalho, $\mu=4,30$). Também a segunda característica mais importante difere: para os jovens interessados em ingressar é a vontade de ser reconhecido como membro de uma determinada organização, da qual tenha orgulho em fazer parte (Pertencer, $\mu=4,41$); para os jovens não interessados em ingressar verifica-se que é a adequação das funções às competências e qualificações do trabalhador (Trabalho qualificado, $\mu=4,26$). A terceira e quarta posição é comum a ambos os jovens, sendo na quinta posição que se encontra uma nova diferença: para os jovens interessados entra aqui a adequação das funções às suas competências e qualificações (Trabalho qualificado, $\mu=4,38$); para os jovens não interessados em ingressar a ambição de obter bens monetários ou materiais (Lucro/ganho, $\mu=4,21$).

Notas Conclusivas

O Dia da Defesa Nacional, enquanto elemento ligação entre a Defesa Nacional, as Forças Armadas e os jovens, funciona de forma muito satisfatória. A **apreciação do evento**, por parte dos jovens, é bastante positiva e, avaliado por este prisma, tem-se revelado um instrumento de (in)formação muito relevante. Apesar da diversidade sociodemográfica da população, da obrigatoriedade da participação (com a qual a grande maioria até concorda), é visto como muito interessante, **percecionado como momento de informação sobre Defesa Nacional** e a sua realização em contexto militar é legitimada pelos participantes.

Denote-se que as **seguintes situações poderão beneficiar de intervenção**: (1) a **participação das entidades parceiras do DDN que poderia melhorar alguns dos indicadores avaliados**; (2) a **alimentação, cujos valores de apreciação demonstrados ao nível da qualidade poderão influir negativamente na avaliação do evento**; (3) o **reforço das dimensões associadas às FA (assistir a treinos; receber mais informação sobre a profissão militar; conhecer melhor o funcionamento das Unidades, etc.)**.

De facto, a interatividade, o contacto e o enquadramento que a Instituição Militar proporciona é uma valência deste Dia que poderá ser reforçada, em termos de peso no programa do evento, correspondendo até a um pedido dos próprios jovens. O alargamento a outros temas e à participação de outras entidades parceiras parece-nos seguro e ajustado, mas importa não perder aquilo que são as “amarras” da relação que o DDN estabeleceu com os jovens.

Relativamente aos **jovens portugueses**, e apesar de alguma diversidade regional relevante, **um dos seus traços mais distintivos é a sua crescente escolarização (mais vincada no sexo feminino) e ambição evidenciada pela maioria de concluir um percurso académico superior**.

Os jovens portugueses demonstram, no geral, elevados índices de confiança na maioria das instituições ligadas à Defesa Nacional. **Apresentam também representações muito positivas sobre as FA**, tanto numa perspetiva institucional como profissional.

O segmento populacional que não afasta a possibilidade de ingresso nas FA é relevante em termos quantitativos e demonstra que a base de trabalho é positiva. Ou

seja, existe um potencial de recrutamento (que não é uma garantia, mas uma base de trabalho para gerar candidatos) que não está em retração, pelo contrário. Tendo sido possível evidenciar as diferenças e potencialidades de cada ramo das FA, assim como no que será necessário trabalhar ao nível da comunicação para fomentar a atratividade, esta informação poderá ser utilizada pelas FA para procurar captar, através das suas ações de divulgação e de informação, o potencial de recrutamento identificado.

Há aspetos que podem ser potenciados (maior aceitação no sexo feminino e nos níveis de escolaridade mais elevados), mas eventuais problemas conjunturais de recrutamento não derivam de nenhum processo de rejeição ou de desvalorização das FA por parte destes jovens. Neste domínio, as FA têm uma situação muito positiva, pelo que a sua atuação, para atingir patamares mais elevados de atratividade, deverá recair em aspetos associados à sua proposta de valor.

Uma área sobre a qual as FA deverão atuar, de acordo com o apurado nestes resultados, será no incremento da conciliação da atividade profissional nas FA com a prossecução de estudos, uma vez que é aqui que reside a grande justificação para a intenção de não querer ingressar no Serviço Militar.

Outro dado que importa salientar, até porque se constitui como um indicador cuja recolha se fez pela primeira vez em 2019, associa-se à **compreensão do que os jovens mais valorizam num emprego**. As evidências apontam para a conclusão de que os jovens na faixa etária dos 18/19 anos procuram equilíbrio entre a vida pessoal e profissional, um trabalho compatível com as suas qualificações, que lhes proporcione estabilidade e oportunidades de aprendizagem e que tenha significado. Pelo contrário rejeitam propostas profissionais onde tenham que trabalhar sozinhos e sem contacto com outras pessoas, onde tenham que seguir regras e rituais acriticamente, onde trabalhem sob acentuada pressão de tempo/urgência e, simultaneamente, com elevados padrões de exigência. Aspetos igualmente pouco valorizados são a necessidade de ter que fazer as coisas de acordo com as regras instituídas e os costumes instalados, bem como ter responsabilidade direta pelo trabalho feito por outros.

São estas as apreciações dos jovens e, se são eles o público-alvo do Dia da Defesa Nacional e das Forças Armadas, serão, sem dúvida, apreciações merecedoras de consideração, reflexão e ação.

